

Anais do
**Congresso
de Pesquisa
e Extensão
do UNIPTAN**

Número 7

Coordenação de
Pesquisa e Extensão

Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN

Número 7

Coordenação de Pesquisa e Extensão

C749a Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN (7. : 2022 : São João del-Rei, MG)
Anais [recurso eletrônico] / VI Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 1º a 03
de junho de 2022, São João del-Rei, MG / Organizado por: Coordenação de Pesquisa e Extensão
– São João del-Rei, MG : UNIPTAN, 2022.

Realização Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves
Disponível em: www.uniptan.edu.br
ISSN: 2525-6955

1. Pesquisa e Extensão – São João del-Rei – Congressos. I. Centro Universitário
Presidente Tancredo de Almeida Neves II. Título.

CDU - 061

Ficha catalográfica elaborada por Ludmilla Vieira Silva CRB-6/3340

ANAIS DO CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO UNIPTAN
NÚMERO 7

UNIPTAN

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Reitora

Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

Pró-reitor de Pesquisa e Extensão

Heberth Paulo de Souza

Pró-reitora de Ensino e Assuntos Acadêmicos

Kelly Aparecida Torres

Coordenadora de Pesquisa

Eliane Moreto Silva Oliveira

Coordenadora de Extensão

Ana Claudia Silva Lima

APOIO

FUNADESP - Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN é evento realizado anualmente pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, em São João del-Rei/MG.

O evento, inicialmente idealizado para divulgar os resultados de projetos de pesquisa vinculados aos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Científica Júnior do UNIPTAN, recebeu, na sua última edição, trabalhos de alunos de graduação não-bolsistas da Instituição e também da comunidade acadêmica externa de diferentes regiões do país.

Nesta edição dos Anais, o leitor pode conferir pesquisas diversas, relatos de atividades e de ações em prol da comunidade, discussões e informações de qualidade abordadas em trabalhos apresentados no 6º Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN.

Entre artigos e resumos expandidos, este caderno apresenta produtos acadêmicos, que foram apresentados entre os dias 1º a 03 de junho de 2022, em sessões de comunicações orais realizadas de forma online.

Os trabalhos resultam de projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos por docentes junto aos Programas de Extensão, de Pesquisa e de Iniciação Científica do UNIPTAN, bem como representam a produção da comunidade acadêmica externa à instituição, de diferentes regiões do Brasil.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Eliane Moreto Silva Oliveira
Coordenadora de Pesquisa

Ana Claudia Silva Lima
Coordenadora de Extensão

SUMÁRIO

ARTIGOS

A ÚLTIMA CHANCE: ESTUDO DE CASO DAS IMAGENS DAS PRINCIPAIS CANDIDATAS À PREFEITURA DE JUIZ DE FORA NO HGPE EM 2020	8
O MOVIMENTO PENDULAR DEMOCRÁTICO E OS FATORES REAIS DE PODER SOB A ÓTICA DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	23
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM EVENTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO I CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DO CAMPO DAS VERTENTES	38
CONTRIBUIÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA DIMINUIÇÃO DE ÓBITOS CONSIDERADOS SENSÍVEIS A AÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	52
PROFESSOR 5.0: MEDIADOR DE TECNOLOGIA 4.0, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO.....	64
A PESSOA HUMANA E OS DIREITOS, CONTRIBUIÇÃO DE REALE.....	80
A DISTORÇÃO DA IMAGEM CORPORAL: UM PROBLEMA DE SAÚDE A SER ENFRENTADA, TAMBÉM, PELOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	96
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO FUNCIONAL E AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS PORTADORAS DA SÍNDROME DE DOWN.....	110

RESUMOS

PASSADO E PRESENTE: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO COMO REPARAÇÃO ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS.....	124
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SAÚDE DA MULHER NEGRA	130
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS NEUROLÓGICOS DA COVID-19 NA POPULAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	135
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO: PRODUÇÃO DE BIOMASSA DE BANANA VERDE.....	139
SEMANA TIRADENTES DA ODONTOLOGIA NACIONAL: PROMOÇÃO DE SAÚDE EM ESCOLARES	145
ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE A PRODUÇÃO DO LEITE: UMA ANÁLISE DE APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE EM RESENDE COSTA	151

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO LINFEDEMA RELACIONADO AO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	159
MINICURSO DE PRODUÇÃO DE LINGUIÇA ARTESANAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM PROGRAMA DE EXTENSÃO	165
PRIMEIRA LIGA ACADÊMICA DO CURSO DE ENFERMAGEM EM TRAUMA E EMERGÊNCIA DURANTE A PANDEMIA	171
O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO.....	175

A ÚLTIMA CHANCE: ESTUDO DE CASO DAS IMAGENS DAS PRINCIPAIS CANDIDATAS À PREFEITURA DE JUIZ DE FORA NO HGPE EM 2020

Arthur Raposo Gomes¹
Luiz Ademir de Oliveira²
Luciana Panke³

Resumo: A ideia deste artigo é fazer uma análise sobre as estratégias de comunicação das principais candidatas à Prefeitura de Juiz de Fora: Margarida Salomão (PT), Ione Barbosa (Republicanos) e Delegada Sheila (PSL): enquanto a primeira foi eleita, em segundo turno, a segunda e a terceira terminaram, respectivamente, em terceiro e quarto lugar nas urnas. Propõe-se traçar um panorama conceitual e referencial sobre assuntos como propaganda política, campanhas eleitorais e gênero e política, a partir de nomes acadêmicos como Afonso de Albuquerque (1999), Jean-Marie Domenach (1963), Pippa Norris (2003), Luciana Panke (2016; 2021); e Luiz Ademir de Oliveira (2018; 2021). Através da metodologia de Análise de Conteúdo, é verificado o último programa do HGPE do primeiro turno, com o objetivo de entender a construção da imagem das candidatas dentro do arquétipo das mulheres candidatas guerreiras, maternais e profissionais.

Palavras-chave: Comunicação eleitoral. HGPE. Juiz de Fora. Imagem. Mulher na política.

1 INTRODUÇÃO

Mídia e política são duas esferas diferentes, mas em constante interface na atualidade: conforme explicado por Miguel e Biroli (2010)⁴, os meios midiáticos viabilizam uma interação

¹ 1 Jornalista (UFSJ, 2019) e publicitário (CES/JF, 2017), é mestre (2022) e doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo especialização em Influência Digital (Faculdade Futura, 2021) e MBA em Comunicação Corporativa, Planejamento e Gestão (UCAM, 2019).

² Com pós-doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é doutor em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ). Professor do curso de graduação em Comunicação Social (Jornalismo) na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF.

³ Com pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidade Autônoma Metropolitana (UAM/México), é doutora em Ciências da Comunicação (USP). Faz parte do corpo docente da Universidade Federal do Paraná, lecionando na graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e no Programa de Pós-Graduação. E-mail para contato: arthurraposogomes@gmail.com

⁴ MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). Mídia representação e democracia. Editora Hucitec. São Paulo: 2010.

entre os políticos e os cidadãos, ocasionando um aminguamento da dimensão dos partidos políticos. Ainda segundo esta dupla, a mídia faz com que os políticos moldem seus comunicados a partir de uma ordem lógica deste meio, bem como atua na formação da agenda pública. Além disso, refletem que a visibilidade, proporcionada pelos meios de comunicação, deve ser zelada atentamente por quem faz parte do meio político.

Nesse contexto midiaticizado, percebe-se a prevalência também da cultura do espetáculo⁵. Schwartzberg (1977)⁶ sugere que o espetáculo, elaborado pela atuação dos atores políticos, mantém o poder e o Estado – encantando o público a partir de imagens, representadas ou reais, que são cuidadas para encantar e fidelizar a atenção.

Neste sentido, este artigo se propõe a fazer, inicialmente, reflexões sobre temas relativos à propaganda política, campanhas eleitorais e questões de gênero no meio político, quando serão utilizadas referências assinadas por nomes tradicionais do campo, tais como Jean-Marie Domenach (1963) e Pippa Norris (2003), bem como pesquisadores e docentes brasileiros contemporâneos, como Afonso de Albuquerque (1999), Luciana Panke (2016; 2021); Luis Felipe Miguel (2014); e Luiz Ademir de Oliveira (2018; 2021).

A metodologia empregada é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), a partir da tipologia elencada por Panke (2016), com a intenção de entender como ocorreu a construção da imagem das principais candidatas à Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), durante o último programa do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) do primeiro turno, exibido na noite do dia 12 de novembro de 2020, três dias antes da votação. Esta escolha é justificada pela tendência que indica que o eleitorado decide o voto cada vez mais perto da data do pleito⁷. Os programas

5 Debord (1997) caracteriza a cultura do espetáculo a partir dos elos estabelecidos entre os indivíduos, baseados pelas imagens transmitidas por meio das mídias.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contratempo, 1997.

6 SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. O Estado Espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política. Círculo do Livro. São Paulo: 1977.

⁷ Informação retirada da seguinte matéria jornalística:

ROSSI, Amanda. "O eleitor decide o voto cada vez mais tarde", diz diretora do Ibope. **UOL ELEIÇÕES 2018**. 12 out 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/bbc/2018/10/12/o-eleitor-decide-o-voto-cada-vez-mais-tarde-diz-diretora-do-ibope.htm>> Acesso em 29 jul 2021.

foram coletados na época da exibição, visto que compuseram o *corpus* de análise da dissertação do autor principal.

A hipótese a ser verificada nesta pesquisa pontual é que, enquanto a petista Margarida reforçará aspectos da mulher candidata guerreira, as conservadoras Delegada Sheila (PSL) e Ione (Republicanos) serão projetadas a partir de características maternais e ligadas à família, tendo em vista os respectivos padrões ideológicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para realizar este estudo, foi estruturado um referencial bibliográfico dividido em duas partes: (1) Propaganda política, campanhas eleitorais e o HGPE e (2) gênero e política.

2.1 Propaganda política, campanhas eleitorais e o HGPE

A propaganda é o artifício mais antigo e utilizado da comunicação política. Ela "sempre esteve presente onde houvesse a necessidade de estabelecer uma relação entre os que exercem o poder e os demais, seja este poder obtido por modo autoritário ou [...] pelas vias democráticas" (GOMES, 2010, p. 107). Domenach (1963) comenta, inclusive, que a propaganda política tem ligação com marcantes eventos que ocorreram na história mundial: tais como, a revolução comunista, o fascismo e a Segunda Guerra.

Manhanelli (2004, p. 49) distingue, por sua vez, os conceitos de propaganda política e propaganda eleitoral: a primeira, segundo o autor, tem abordagem mais ampla e é destinada à promoção de ideais e convicções com a intenção de influenciar a opinião pública; já a segunda é desenvolvida durante o período de busca de votos.

Espírito Santo e Figueiras (2010) complementam a discussão sobre a comunicação política e eleitoral a partir da indicação que ambas contribuem à elaboração e administração de uma estratégia política de comunicação. A dupla de pesquisadoras acima pontua que a mensagem política, os líderes políticos e a opinião pública sustentam a organização de campanhas eleitorais.

Referência internacional sobre campanhas eleitorais, Norris (2003) caracteriza uma trajetória histórica sobre o tema: conforme apresentado pela autora, existem três momentos das campanhas eleitorais – pré-modernas, modernas e pós-modernas.

As campanhas pré-modernas, que aconteceram entre os séculos 19 e 20, são exemplificadas por um baixo orçamento, fortalecimento das lideranças do partido e distribuição

de informações publicitárias por meio de materiais impressos e radiofônicos (NORRIS, 2003).

Já as campanhas modernas, entre 1960 e 1980, apresentavam um maior rigor organizacional e profissional, já que marca a entrada de consultores e profissionais específicos. Os valores destinados às ações são moderados e o principal meio de propaganda é a TV (NORRIS, 2003).

A partir dos anos de 1990, ocorre a predominância das campanhas eleitorais pós-modernas: que registram alto valor financeiro; inserção da televisão fechada, recursos digitais e anúncios direcionados, além de um maior contato entre consultores e lideranças partidárias no que se refere à coordenação das ações, que são descentralizadas e altamente planejada a nível nacional (NORRIS, 2003).

Ela ressalta, no entanto, que essa evolução histórica das campanhas eleitorais não segue uma regularidade: no momento pós-moderno, por exemplo, Norris (2003) pontua que são resgatadas ações mais direcionadas que eram características das campanhas pré-modernas.

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral foi instaurado no Brasil em 1962, mas tornou-se um importante instrumento à democracia nacional no período pós-ditadura militar, em 1985 (ALBUQUERQUE, 1999).

Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, o desenvolvimento de uma eficiente infraestrutura de telecomunicações durante o regime militar foi fundamental para que o HGPE pudesse se tornar um instrumento político tão importante como ele se tornou após a redemocratização (ALBUQUERQUE, 1999, p. 45).

O autor acima se recorda que a década de 1970 foi marcada por duas leis voltadas à legislação eleitoral: a Lei Etelvino Lins, que proibia a propaganda política, mediante pagamento, de candidatos ou partidos em cadeias de rádio e TV; e a Lei Falcão, que normatizava a propaganda política na mídia: candidatos poderiam expor apenas o próprio nome, número das urnas e um resumo currículo, além de uma fotografia.

Já no período da redemocratização, quando as eleições foram regimentadas, a Lei Falcão foi excluída e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assumiu a responsabilidade pelos pleitos.

Decretada para organizar o pleito de 1998, a Lei Eleitoral 9.504/1997⁸ passou por algumas alterações em 2015, cerca de 17 anos depois. Entre os principais pontos que entraram em vigor, está a autorização de programação de Horário Eleitoral apenas entre segundas e sábados, além da indicação que, no rádio, o HGPE vai ao ar entre 7h e 7h10m, bem como entre 12h e 12h10m. Já na TV, o Horário Eleitoral é exibido das 13h às 13h10m e 20h30m a 20h40m.

Em 2017, a nova Lei Eleitoral 13.488⁹ entrou em vigor, alterando a Lei das Eleições, de 1997, o Código Eleitoral, datado em 1965, e a Minirreforma Eleitoral de 2015: o intuito foi reformar o ordenamento político-eleitoral.

Fernandes, Oliveira e Martins (2018) certificam que, até 2014, o HGPE possuía significativa audiência e relevância estratégica nas eleições por postos de Executivo (prefeituras, governos de estado e Presidência da República).

No entanto, essa perspectiva positiva pode ter sido abalada a partir da alteração na legislação que ocorreu em 2015, com a diminuição da duração do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, de 45 para 35 dias - "o que implica no uso mais estratégico da internet e das redes sociais, já que podem ser utilizados antecipadamente no período pré-eleitoral sem restrições" (FERNANDES, OLIVEIRA, MARTINS, 2018, p. 142).

No ano de 2020, marcado pelo avanço do novo coronavírus no Brasil e no mundo, especialistas e consultores de campanhas políticas e eleitorais avaliavam que, no contexto de distanciamento social físico, a TV retomasse o papel importante na distribuição de mensagens para conquista do eleitorado – cujo uma parcela ainda não dispõe de acesso à internet domiciliar¹⁰.

Na visão de Panke (2016), visto que se trata de um meio de comunicação que emprega

⁸ Disponível no link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm> Acesso em 16 jul 2021.

⁹ Disponível no link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13488.htm> Acesso em 16 dez 2020.

¹⁰ **ESTADÃO CONTEÚDO.** Pandemia estimula gastos das campanhas com TV. Isto é – Dinheiro. 30 set 2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/pandemia-estimula-gastos-das-campanhas-com-tv/>> Acesso em 08 dez 2020.

diferentes códigos de linguagem que contribuem para a compreensão da mensagem, a televisão possui um poder relativo à fascinação.

"Além de difundir os atributos perceptíveis das candidatas, a televisão favorece o uso das imagens para impressionar, emocionar e também populariza as canções e os *jingles* que ajudam a fixar a marca da candidatura" (PANKE, 2016, p. 105).

2.2 Gênero e Política

Martins e Alves (2020) relacionam a definição de gênero com o conceito do feminismo acadêmico anglo-saxão: conforme apontado pela dupla, são pontuadas questões sociais e culturais em interface aos quesitos biológicos.

Miguel (2014, p. 94) narra que a baixa proporção de mulheres no meio político é verificada em, praticamente, todos os países. Segundo dados apresentados, desde 1997, “há uma tendência de ampliação da presença feminina nos parlamentos do mundo, mas em velocidade reduzida”.

O isolamento social provocado pelas tarefas domésticas e familiares é apresentado por Miguel (2014) como um causador da não formação de contatos que fortalecem uma candidatura política feminina.

“[...] Aquelas que exercem trabalho remunerado permanecem em geral como responsáveis pelo lar, no fenômeno conhecido como ‘dupla jornada de trabalho’, tendo reduzido seu tempo para outras atividades, incluída aí a ação política” (MIGUEL, 2014, p. 94).

Além disso, há de ser citada também uma determinada construção social que coloca o meio político como um campo masculino: para Miguel (2014), isso também é um fator que desmotiva a participação das mulheres.

O elemento “família” é indicado pelo autor acima como um claro exemplo de distinção entre homens e mulheres na política: enquanto para eles, a família pode ser uma força de apoio, “para elas conta como um fardo” (MIGUEL, 2014, p. 106).

As mulheres tiveram acesso ao direito do voto quase 80 anos antes da eleição da primeira mulher, Dilma Rousseff (PT), à Presidência da República no Brasil, em 2010. Para Martins e Alves (2020), entretanto, foi a partir da posse de Rousseff que as mulheres foram encorajadas a disputar um cargo eletivo.

No caso específico do Executivo juiz-forano, Raposo Gomes e Oliveira (2021) notam que essa possibilidade é confirmada quando se realiza um resgate histórico das corridas eleitorais. Em 2008, apenas uma mulher concorreu pela administração municipal. No pleito

seguinte, este número passou para dois. Em 2016, três. Já no ano de 2020 - marcado pela eleição da primeira mulher, Margarida Salomão (PT), à Prefeitura de Juiz de Fora - houve cinco nomes femininos concorrendo pelo cargo majoritário: um recorde até então (RAPOSO GOMES; OLIVEIRA, 2021).

Pinto (2001, p. 103) reflete que, quando uma mulher é posta em um cargo de destaque e liderança, "o fato de ser mulher vai contar contra ou a favor de sua atuação, o que dificilmente acontece com os homens". Já inseridas no campo político, as mulheres ficam, muitas vezes, conduzidas para temas necessárias, mas de menos importância e localizadas fora de eixos de foco de atenção: tais como assistência social, família ou educação (MIGUEL, 2014). Entre as normas e padrões que, geralmente, as mulheres precisam se adequar quando integram o meio político estão os atributos visuais: então candidata, em 2010, mudanças físicas, como a cor da tinta do cabelo, de Dilma foram noticiadas pela imprensa, conforme lembrado por Dantas (2019).

[...] As marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino. Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada do que faz com seus competidores do sexo masculino (MIGUEL, 2014, p. 106-7).

Tratando sobre campanhas eleitorais femininas, Panke (2016, p. 96) discorre que a estratégia de comunicação das candidatas deve promover características positivas – como competência, honestidade e simpatia – das mulheres, que precisam “ter bem claro o que pretende desenvolver nas suas funções como servidora pública”.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A Análise de Conteúdo foi a metodologia escolhida para empregar nesta pesquisa. Bardin (2016) é quem concebe o processo a ser percorrido da seguinte forma: para começar, ocorre a coleta e pré-análise do material que, em seguida, é codificado e categorizado para, por fim, poder-se fazer apontamentos.

Essa metodologia é associada com a tipologia da imagem das mulheres candidatas, estipulada por Panke (2016): **a guerreira, a maternal e a profissional**. A autora certifica, no entanto, que "nenhuma pessoa pertence unicamente a uma delas" (PANKE, 2016, p. 121).

Além disso, no cenário das disputas eleitorais, a representação das mulheres é constituída por diferentes aspectos: desde o próprio discurso linguístico até pontos sonoros, imagéticos e

corporais.

Dentro do arquétipo da mulher guerreira, a autora teoriza como uma representação da candidata que se coloca como uma agente das mudanças sociais. Ainda para Panke (2016, p. 122), toda mulher que se dispõe a ingressar no meio político, caracterizado pela predominância dos homens, pode ser classificada como uma guerreira.

Em materiais audiovisuais, a imagem desta mulher guerreira é montada, por exemplo, a partir de imagens curtas editadas de maneira seca; expressões sérias; cores fortes; bandeiras; foco em propostas; argumentos de ataque, desqualificação ou denúncia; e recursos sonoros combativos, ligados a drama ou ação (PANKE, 2021).

Já quanto a figura da mulher candidata maternal, a autora cita como um reflexo do incentivo da maternidade, que é vista como um papel social comum às pessoas do sexo feminino (PANKE, 2016).

Essa representação é caracterizada por cores neutras presentes nas roupas; uso de acessórios e ícones estereotipados à feminilidade; imagens domésticas ou com famílias; tom conciliador na fala; citação aos filhos, ou às pessoas de maneira geral, que devem ser cuidados; além de trilha sonora suave (PANKE, 2021).

Sobre o último tipo, da mulher candidata profissional, Panke (2016, p. 150) conceitua que, aqui, "as campanhas que valorizam o êxito das candidatas", envolvendo também "o caso das mulheres subordinadas, que são levadas ao poder pela mão de um padrinho".

Nesse arquétipo, a mulher candidata profissional é apresentada por meio de roupas mais formais ou ternos; aparência mais conservadora; organização percebida no ambiente de trabalho; traços de liderança diante o ofício original; memórias sobre a carreira e experiências passadas; sons que são associados à superação de desafios e posicionamentos assertivos (PANKE, 2021).

4 RESULTADOS

Desde o início do período de campanha, a eleição à PJF, em 2020, foi marcada pelo protagonismo das mulheres: entre os 11 nomes que concorreram ao Executivo juiz-forano,

cinco eram de mulheres (SALLES, 2020)¹¹.

Essa participação feminina nas campanhas pela administração municipal de Juiz de Fora foi crescendo desde 2008, quando houve apenas uma candidata (Margarida Salomão, PT). Em 2012, eram duas: Margarida e Victória Mello (PSTU). Em 2016, três: Margarida, Victória e Maria Ângela (PSOL). Já em 2020, cinco: a professora e então deputada federal Margarida Salomão (PT), eleita em segundo turno como a primeira prefeita da cidade; a deputada estadual Delegada Sheila (PSL); a delegada Ione Barbosa (Republicanos); a professora e sindicalista Victória Mello (PSTU); e a também docente ligada ao movimento sindical, Lorene Figueiredo (PSOL) (RAPOSO GOMES; OLIVEIRA, 2021).

Neste artigo, e na dissertação atual do autor principal, serão analisadas as estratégias de comunicação das três primeiras – que figuravam, junto com o empresário Wilson Rezato (PSB) – entre as principais candidaturas preferidas ao cargo, segundo pesquisas de intenção de voto.

Professora, ex-reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e deputada federal desde 2013, **Margarida Salomão** (PT) foi a mulher que mais concorreu pela Prefeitura de Juiz de Fora, tendo chegado ao segundo turno das últimas três eleições, perdendo para a candidatura concorrente (RAPOSO GOMES; OLIVEIRA, 2021).

O último programa da campanha de Margarida, no primeiro turno, teve duração de 1 minuto e 14 segundos: aproximadamente 86% desse tempo consistiu em depoimentos de apoiadoras, de diferentes idades e bairros da cidade, que elencaram atributos profissionais e ligados à capacitação e trajetória pública e política da candidata.

Nesse sentido, nota-se a elaboração da imagem da mulher candidata **profissional** que é projetada a partir dos relatos e afirmações feitas. Essa construção simbólica é fortalecida a partir de algumas fotos da carreira de Salomão que, até então, estava como deputada federal.

Nos únicos dois segundos que a candidata fala durante o programa, Margarida demonstra-se **maternal**, reforçando a importância do cuidado com o outro: "gente é a nossa prioridade" (SALOMÃO, 2020). Com trilha suave e tom acolhedor, a petista encerra a

respectiva participação no HGPE pontuando que a atenção deve ser com “todas as pessoas” (SALOMÃO, 2020).

Figura 1: *Print* de cena do último programa do HGPE de Margarida que relembra histórico político



Fonte: Salomão, 2020.

Formada em Direito e com pós-graduação em Ciências Penais, **Sheila Oliveira** (PSL) trabalhou por anos na Polícia Civil. Em 2016, ela disputou um cargo eletivo, pela primeira vez, em 2016, quando elegeu-se como vereadora de Juiz de Fora. Dois anos depois, em 2018, também foi eleita, desta vez, como deputada estadual de Minas Gerais.

O último programa exibido por Delegada Sheila durou 3 minutos e 15 segundos. No início da peça audiovisual (27s), a imagem transmitida de Delegada Sheila é a da **mulher candidata guerreira**. Com uma camisa de cor laranja, ela sublinha o fato da presença feminina na disputa pelo Executivo local, ao modo que fotografias das demais candidatas e de outras mulheres são exibidas ao fundo.

A imagem da mulher candidata guerreira é exemplificada também a partir da seguinte afirmação: "Desejo que esse cenário possa inspirar a mulher a ocupar cada vez mais espaço, não só na política, mas em qualquer lugar que ela quiser" (OLIVEIRA, 2020).

Figura 2: *Print* de cena do último programa do HGPE de Sheila exibe cores fortes no vídeo



Fonte: Oliveira, 2020.

No trecho seguinte, foram apresentadas também características pessoais, de caráter **profissional**, da candidata, que é citada como uma mulher “forte”, “competente”, “a mais preparada” e que “será a melhor gestora para Juiz de Fora” (OLIVEIRA, 2020). Coincidentemente, a estratégia empregada nestes segundos é a mesma utilizada por Margarida: depoimentos de mulheres, de variadas idades e profissões, que pontuam a capacidade política e administrativa de Delegada Sheila e projetam a imagem da mulher candidata profissional.

O tom da mulher candidata guerreira reapareceu logo em seguida, quando a candidata defende que "aceita essa grande responsabilidade: ser a primeira prefeita de Juiz de Fora" (OLIVEIRA, 2020), acompanhada por imagens na qual Delegada Sheila está entre apoiadores e perto de bandeiras.

A trilha sonora assertiva e inspirada em superação, bem como os apontamentos feitos pela candidata, sobre a respectiva trajetória, entretanto, associam o arquétipo citado acima também com a da mulher candidata profissional, que predomina o último programa do HGPE.

Já **Ione Barbosa** também é formada em Direito, com especialização em Tutela dos Direitos Subjetivos e mestrado em Ciências Sociais (SALLES, 2020). O pleito de 2020 foi a estreia da também delegada de Polícia Civil no meio político, embora ela já tivesse notabilidade pública pela cobertura da imprensa de casos policiais (RAPOSO GOMES; OLIVEIRA, 2021).

O último programa de Ione, no primeiro turno, teve duração de 1 minuto e 47 segundos. Quantos aos recursos simbólicos do programa da candidata do Republicanos, identificou-se que houve um **equilíbrio** de exposição entre os códigos visuais da candidata guerreira, maternal e profissional.

Figura 3: *Print* de cena do último programa do HGPE de Ione reforça atenção com a população



Fonte: Barbosa, 2020.

Quanto ao arquétipo da mulher candidata guerreira, teve cenas com bandeiras da candidatura presentes e um momento em que Ione dirige-se, diretamente, ao espectador de maneira firme e séria. Já sobre a profissional também: com visual físico mais conservador, foram pontuadas referências ao preparo para o posto e, em determinados momentos, voz assertiva e confiante, afirmando que seria possível, com o apoio do eleitorado, chegar ao segundo turno e, em seguida, ser eleita. Naquela ocasião, poucos dias antes do pleito, a candidatura de Ione registrava uma ascensão segundo as pesquisas de intenção de voto, empatando com Delegada Sheila, que passava por uma queda perante a opinião do eleitor¹².

Entretanto, no último programa de HGPE da candidata do Republicanos, as características da mulher candidata maternal prevaleceram: as roupas utilizadas por Ione tinham cores neutras; houve cenas ligadas de maneira estereotipada ao universo feminino, tais como, jardim e abraços com crianças, além de uma extensa narração de um discurso conciliador, acompanhado por uma trilha sonora amena que remete ao cuidado com o outro – que, independentemente de gênero, idade e profissão, almeja habitar em uma cidade melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹² Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/10-11-2020/margarida-assume-lideranca-na-corrida-a-pif-segundo-o-ibope.html>> Acesso em 04 ago 2021.

Seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, no meio político, o debate quanto as questões de gênero no meio político é intenso. Desse modo, as produções científicas do campo da Comunicação Política podem e devem incentivar reflexões sobre a participação das mulheres, por exemplo, no contexto eleitoral.

O ano de 2020, como já exposto, foi um marco para a causa feminina na cidade de Juiz de Fora: além do expressivo número de candidatas, o eleitorado levou Margarida Salomão à cadeira do Executivo local.

A partir do que foi levantado, de acordo com a análise de símbolos transmitidos durante os últimos programas das três principais mulheres candidatas à Prefeitura de Juiz de Fora, percebe-se que a campanha de Margarida Salomão (PT) reservou a última exibição no HGPE para reforçar atributos profissionais da petista, associados a uma fala maternal dita pela própria Margarida ao final do vídeo.

Assim, discorda-se por completo da hipótese inicial: Margarida evita usar o último programa de TV de maneira combativa, focando em um tom assertivo e acolhedor. Isso pode ser interpretado como uma tentativa de aproximar-se do eleitorado de modo a evitar polarizações ideológicas que marcaram eleições recentes, mas sem ignorar o protagonismo feminino defendido pela candidata, cujo a estratégia de campanha reuniu vídeos exclusivamente feitos por mulheres.

Quanto a candidata Delegada Sheila (PSL) - que inicialmente pressuponha-se que enfatizaria questões maternais - teve o último programa de HGPE marcado pela associação do arquétipo da mulher candidata guerreira, que predominou, com a profissional - inclusive, com estratégia parecida com a que foi aplicada no programa da petista Margarida.

Uma interpretação possível para o viés forte e ofensivo predominante na peça audiovisual consiste em uma última tentativa de fortalecer a candidatura da Delegada Sheila e levá-la ao segundo turno: no período oficial de campanha, foi acompanhada uma desidratação do nome da candidata do PSL perante o eleitoral, segundo as pesquisas de intenção de voto.

Estreante no meio eleitoral, Ione (Republicanos) teve o último programa no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral mais equilibrado entre as candidatas estudadas: os recursos visuais projetaram, em diferentes momentos, características próprias dos arquétipos da mulher candidata guerreira, maternal e profissional.

Esse fato pode ser lido como um último esforço estratégico de apresentar um panorama do perfil da candidata, que vinha em crescimento nos levantamentos feitos por institutos de pesquisa, com o intuito de levá-la ao segundo turno para, assim, poder vencer a eleição,

conforme narrado pela própria Ione em determinado trecho.

No entanto, o caráter maternal prevaleceu no último HGPE da delegada Ione Barbosa, quando verificados os demais símbolos – discursivos e sonoros. A candidata sinalizou, por exemplo, a importância de ouvir e ter atenção com as demandas originárias dos diferentes grupos sociais que fazem parte da cidade.

Assim, pode apontar-se que, no período analisado, a ideologia comum dos respectivos partidos não foi determinante na construção da imagem no último programa do HGPE: a candidata do PT foi apresentada, principalmente, pelos tópicos profissionais; a candidata do PSL, por sua vez, enfatizou a imagem de guerreira; e a estreante candidata do Republicanos, sobre a importância do cuidado com o outro.

Contudo, conforme cravado pela própria literatura, ao se disporem concorrer e, se eleitas, ocuparem o cargo máximo da administração municipal, as três candidatas podem ser vistas como mulheres candidatas guerreiras. Já sobre a imagem da candidata maternal, no último dia de exibição na TV, o HGPE das candidatas observadas enfatizou sobre o cuidado com a população da sociedade em geral e não aos respectivos filhos. Quanto a imagem da candidata profissional, fatos sobre a história, a carreira e as habilidades das mulheres pleiteantes. Não houve qualquer menção a figuras políticas ou padrinhos políticos.

Sinaliza-se, por fim, que a análise contida neste artigo se trata de um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida pelo autor principal – quando foram verificadas outras questões e em outros períodos de tempo: trabalho no qual é possível traçar um panorama geral dos principais nomes que concorreram ao Executivo juiz-forano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. de. (1999): **‘Aqui você vê a verdade na tevê’**. A propaganda política na televisão. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação - MCII). Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 1-204.

BARBOSA, Ione. **“Agora é 10!”** - Programa do HGPE de Ione Barbosa (Republicanos). 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. [Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro]. São Paulo: Edições70, 2016. 3a reimp. da 1a. edição de 2016.

DANTAS, Fernanda Argolo. **Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar**. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. 2019. 271 f. Tese (Doutorado – Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.

ESPÍRITO SANTO, Paula do; FIGUEIRAS, Rita. Comunicação eleitoral. In: CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; ESPÍRITO SANTO, Paula do (Orgs). **Conceitos de Comunicação Política**. LabCom Books, 2010. P. 77-89.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A; MARTINS, T. F. A Propaganda Política na TV e o HGPE como modelo hegemônico de estratégia eleitoral: análise da eleição de 2014. **Mediaciones Sociales**, v.17, p.135 - 155, 2018.

GOMES, Neusa Demartini. Propaganda. In: CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; ESPÍRITO SANTO, Paula do (Orgs). **Conceitos de Comunicação Política**. LabCom Books, 2010. P. 107-115.

MANHANELLI, Carlos Augusto. **Marketing pós-eleitoral**: técnicas de marketing para um mandato de sucesso. São Paulo: Summus, 2004.

MARTINS, J. M.L.; ALVES, M. Novas disputas, antigas batalhas: a reinvenção da imagem de candidatas a prefeita Luízianna Lins (PT) e Marta Suplicy (PMDB). In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Org). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. P. 217-239.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. 1. ed.

NORRIS, Pippa. **A virtuous circle: political communication in postindustrial societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Republicada em 2003.

OLIVEIRA, Sheila. “**O nome dela é Sheila**”. – Programa do HGPE de Delegada Sheila (PSL). 2020.

RAPOSO GOMES, Arthur; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. Agora é que são elas: a imagem construída das principais candidatas à Prefeitura de Juiz de Fora durante a corrida eleitoral de 2020. In: **Anais do IX Congresso Compolítica**. 2021.

SALLES, Renato. Campanha eleitoral começa em uma semana; veja perfil de postulante à PJF. **Tribuna de Minas**. 20 set 2020. Disponível em: < <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/20-09-2020/campanha-eleitoral-comeca-em-uma-semana-veja-perfil-de-postulante-a-pjf.html>> Acesso em 10 dez 2020.

SALOMÃO, Margarida. “**Olá, eu quero fazer um convite a você**”. Programa do HGPE de Margarida Salomão (PT). 2020.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

_____. Candidatas guerreiras no Brasil: um estudo de caso das narrativas audiovisuais das mulheres mais votadas às prefeituras das capitais em 2020. In: **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**. Nº. 16. 2021. P. 459-474.

PINTO, Céli. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 98-112, marco/maio 2001.

O MOVIMENTO PENDULAR DEMOCRÁTICO E OS FATORES REAIS DE PODER SOB A ÓTICA DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Brenda Carvalho Nascimento¹

Vanessa Eugênia dos Santos¹

Pedro Arruda Junior²

Resumo: O presente trabalho buscou analisar a sucessiva alteração de textos constitucionais no Brasil e os retrocessos democráticos que marcam a história do país. Para isso, foram utilizadas duas teorias basilares para a pesquisa: a Teoria do Movimento Pendular Democrático, na visão de Arthur Schlesinger Jr e sua adaptação realizada por Flávio Martins, além da Teoria dos Fatores Reais de Poder, de Ferdinand Lassalle. Também houve um contraponto entre essa última e a obra “A Força Normativa da Constituição”, de Konrad Hesse. Fez-se uso do tipo histórico-jurídico de pesquisa aliado ao método indutivo através de investigação bibliográfica e descritiva. Em um primeiro momento, foram estabelecidas bases das duas teorias anteriormente citadas e, posteriormente, analisou-se cada umas das constituições brasileiras a fim de identificar o movimento pendular descrito por Schlesinger Jr e Martins, além os fatores reais de poder dominantes na época de sua vigência. Concluiu-se que uma das explicações plausíveis para a quantidade de textos constitucionais brasileiros, ao longo da história e diversidade de seus conteúdos, é, justamente, a alternância contínua dos fatores reais de poder na sociedade que culminam com grave insegurança jurídica, pois ora tem-se uma constituição que prevê direitos e fundamentais para, no momento seguinte, o texto ser substituído por outro de viés autoritário. Ademais, é necessário perceber que as constituições, de acordo com Hesse, deveriam ter força normativa o suficiente para não serem subjugadas pelos fatores reais de poder. Deveria haver uma relação de coordenação mútua entre constituição de papel e constituição real.

Palavras-chave: Movimento pendular democrático. Fatores reais de poder. Constituições brasileiras. Retrocessos constitucionais. Força normativa da constituição.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende levantar, examinar e colocar luz sobre as sucessivas alternâncias de textos constitucionais e os retrocessos democráticos, interpretados a partir da ótica de um Estado Democrático de Direito, ocorridos ao longo da história das constituições brasileiras.

¹ Discente do Curso de Direito do UNIPTAN/AFYA - Membro do Grupo de Pesquisa PAPO - Participação Popular e Cidadania sob a ótica da CR/88 - UNIPTAN/AFYA

² Professor orientador. Doutor em Direito pela UFF e Professor do UNIPTAN/AFYA (Líder do Grupo de Pesquisa PAPO - Participação Popular e Cidadania sob a ótica da CR/88 - UNIPTAN/AFYA). E-mail para contato:

Pretende-se evidenciar alguns conceitos importantes sobre o tema; demonstrar como, desde 1824, a democracia brasileira se comporta em movimento pendular, ora avançando e ora retrocedendo. Esclarecer como essas mudanças se devem, principalmente, à constante alternância dos fatores reais de poder no país, a partir da teoria de Ferdinand Lassale. A partir deste ponto pretende-se evidenciar como esse quadro é problemático, partindo do pressuposto que a Constituição e o Direito como um todo deveriam gozar de Força Normativa o suficiente para ser determinante nas relações sociais e não serem subjugados por grupos sociais que exercem relações de poder político.

Também será exibido teorias importantes que se relacionam ao assunto e explicam o porquê de o Brasil ser um país com tantas mudanças de texto constitucional, o que gera insegurança jurídica e coloca em risco direitos e garantias fundamentais.

A pesquisa, portanto, se norteia no sentido de responder a seguinte pergunta: quais, e de que forma, fenômenos e teorias podem explicar as sucessivas mudanças de textos constitucionais e a alternância entre avanços democráticos brasileiros seguidos de retrocessos constitucionais ocorridos na história do país?

Diante disso, tem-se o objetivo de analisar os possíveis retrocessos constitucionais e democráticos ocorridos ao longo da história brasileira. Para tal foram estabelecidos objetivos específicos, quais sejam: analisar se houve e quais os retrocessos mais significativos nas sete constituições que estiveram em vigor ao longo da história pátria; e apresentar teorias que expliquem o porquê, de tempos em tempos, existir uma onda de retrocessos constitucionais no país.

Para as ideias apresentadas, foi utilizado o tipo histórico-jurídico de pesquisa aliado ao método indutivo através de investigação bibliográfica e descritiva. Dessa forma, houve, em um primeiro momento, a apresentação da Teoria dos Fatores Reais de Poder, de Ferdinand Lassale e a apresentação do contraponto à essa teoria realizado por Konrad Hesse. Em seguida, também pontuou-se as principais informações sobre a Teoria do Pêndulo Democrático, de Arthur Schlesinger Jr e sua reinterpretação realizada por Flávio Martins. Posteriormente, seguiu-se para análise jurídico-histórica das sete constituições brasileiras, buscando pontuar e identificar quais trouxeram retrocessos democráticos e quais eram os fatores reais de poder existentes na vigência de cada uma.

2 FERDINAND LASSALLE E OS FATORES REAIS DE PODER

Segundo Ferdinand Lassalle, na obra “A Essência da Constituição”, a essência das constituições seria a soma dos fatores reais de poder que regem uma nação. Nesse sentido, tais fatores seriam uma espécie de “força ativa e eficaz que informa todas as leis e instituições jurídicas vigentes, determinando que não possam ser, em substância, a não ser como elas são” (LASSALLE, 2007, p.10-11).

O conceito dos fatores reais de poder foi utilizado por Lassalle no século XIX como uma forma de fundamentar a existência de uma Constituição real que se sobressai à Constituição formal. Desse modo, haveria em um país duas constituições: uma constituída por esses fatores reais de poder e a outra seria a “constituição de papel” (Lassalle a denominou pela expressão “folha de papel” - Stück Papier), que só teria validade se refletisse e se fundasse no primeiro tipo, a constituição real. Caso houvesse dissenso entre ambas, esta última sucumbiria à primeira.

É muito comum observar que, antes que a “folha de papel” sucumba à Constituição real, ela se torne uma constituição meramente nominativa, isto é, que não possui efetividade, não consegue regular a realidade social como deveria, pois, nesses casos, é a constituição real quem exerce essa função.

Lassalle (2007, p. 10-17) exemplifica os principais fatores reais de poder como sendo a monarquia, a aristocracia, a grande burguesia, os banqueiros, a pequena burguesia e a classe operária. Importante dizer que a obra de Lassalle foi escrita originalmente em 1865, de forma que, em pese algumas dessas forças continuarem ativas, outras perderam o protagonismo e novos fatores surgiram ao longo da história.

É evidente que no Brasil, desde 1500, foram vários os fatores reais de poder vigentes (monarquia, oligarquias, forças militares, etc.), de modo que a constituição de papel divergiu da constituição real nacional e sucumbiu a ela diversas vezes. Analogamente, citando-se como exemplo o Regime Militar que ocorreu a partir de 1964, sabe-se que o principal fator real de poder que existia naquela época eram justamente os militares. Em contrapartida, atualmente os militares são um fator real de poder muito menos impactante que a décadas atrás. Nessa mesma análise, é possível dizer que na sociedade brasileira atual um grande fator real de poder é o Supremo Tribunal Federal (STF), cuja influência na forma como as normas funcionam no país é de alta potência.

Dessa forma, é possível afirmar que de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade, os fatores reais de poder também são suscetíveis a alterações, questão essa que será discutida mais detalhadamente ao decorrer da presente pesquisa. Portanto, é válido compreender o

conceito assim como também a volatilidade a que estão sujeitos os fatores reais de poder para que esses possam ser compreendidos ao decorrer da história constitucional brasileira.

Nesse sentido, analisando-se as sete constituições que vigoraram no Brasil, é fato que algumas foram responsáveis por garantir novos direitos aos cidadãos, contudo, alguns retrocessos também ocorreram. É ainda mais importante notar o movimento pendular em que a história constitucional brasileira se comporta. Desse modo, sob o olhar de um Estado Democrático de Direito, em um momento se tem avanços democráticos significativos, que perduram décadas, seguidos de retrocessos democráticos alarmantes.

2.1 O Contraponto de Konrad Hesse à Teoria de Ferdinand Lassalle

Com base no exposto acima percebe-se que, para Lassalle, as questões políticas interferem diretamente no universo jurídico de uma nação, de forma que as relações de poder exercidas por determinados grupos irão interferir diretamente no conteúdo das normas deste país, de modo a beneficiá-los e atender seus interesses.

Frisa-se que, para Lassalle, quando a constituição de papel não se coaduna com a constituição real, essa última se sobrepõe à primeira. Contudo, o jurista alemão Konrad Hesse, em que pese concordar com a existência das forças reais de poder e admitir que a realidade social comprova a existência da força vinculante de alguns grupos sociais, estabelece que, se passa a ser admitido no seio jurídico de um país a existência de uma constituição real que possui mais força normativa que a constituição jurídica, estaria-se negando a natureza de “dever ser” do Direito, descaracterizando-o como ciência jurídica-normativa capaz de regular a realidade social.

A concepção sustentada inicialmente por Lassalle parece ainda mais fascinante se se considera a sua aparente simplicidade e evidência, a sua base calcada na realidade — o que torna imperioso o abandono de qualquer ilusão — bem como a sua aparente confirmação pela experiência histórica. E que a história constitucional parece, efetivamente, ensinar que, tanto na práxis política cotidiana quanto nas questões fundamentais do Estado, o poder da força afigura-se sempre superior à força das normas jurídicas, que a normatividade submete-se à realidade fática. (HESSE, 1991. p. 2).

Negar-se-ia, dessa maneira, a força normativa própria e propulsora da Constituição Jurídica para efetivação de uma realidade estatal organizada. Dessa forma, HESSE (1991, p. 04) questiona: “Existiria, ao lado do poder determinante das relações fáticas, expressas pelas forças políticas e sociais, também uma força determinante do Direito Constitucional?”

Portanto, para Konrad Hesse a relação entre constituição de papel, descrita por Lassalle, e os fatores reais de poder deve ser uma via de mão dupla: a constituição deve ser determinada pelas relações sociais e, ao mesmo tempo, ter força o suficiente para exercer papel determinante e impor ordem perante à realidade política. Nesse sentido, Constituição real e Constituição de papel se relacionam mutuamente e de forma coordenada.

Portanto, em que pese os fatores reais de poder exercidos por certos grupos inevitavelmente existirem, não podem eles subjugar a constituição de papel a um lugar coadjuvante nas relações sociais.

Entender esse contraponto realizado por Konrad Hesse é fundamental para enxergar os fatores reais de poder de forma crítica além de compreender que quando esses se colocam acima da constituição jurídica tem-se um quadro de profunda insegurança jurídica e descaracterização do papel exercido pelo Direito como regulador social, sobretudo o Direito Constitucional.

3 O CICLO PENDULAR DEMOCRÁTICO NA VISÃO DE ARTHUR SCHLESINGER JR. E SUAS DERIVAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Na obra “The Cycles Of America” (1999), Arthur Schlesinger Jr. descreve e reformula um fenômeno peculiar anteriormente observado na história estadunidense por outros autores como Henry Adams e, seu pai, Arthur Schlesinger.

Schlesinger Jr explica em sua obra que, no século XX, Henry Adams já havia percebido que nos primeiros anos da República, os Estados Unidos funcionava em movimentos pendulares de 12 (doze) anos daquilo que chamou de “energia nacional”, ora essa energia era centralizada ora era difusa.

"A period of about twelve years", he [Adams] wrote, "measured the beat of the pendulum. After the Declaration of Independence, twelve years had been needed to create an efficient Constitution; another twelve years of energy brought a reaction against the government then created; a third period of twelve years was ending in a

sweep toward still greater energy; and already a child could calculate the result of a few more such returns." (SCHLESINGER JR, 1999, p. 23)³

Posteriormente, o pai de Schlesinger Jr, Arthur Schlesinger, reapresentou de forma repaginada a teoria de Adams, estabelecendo que a história americana se comportava em movimentos espirais⁴ com duração de 16 (dezesesseis) anos e meio, alternando, dessa maneira, entre liberalismo e conservadorismo.

Arthur Schlesinger Jr dá prosseguimento a teoria de seu pai, mas a modifica em alguns pontos: para ele os ciclos pendulares na política são autogerados, isto é, acontecem independente de fatores externos. Ademais, o autor substitui os termos “liberalismo” e “conservadorismo”, originalmente usados por Arthur Schlesinger, por “propósito público” e “interesse privado”. Para Schlesinger Jr. (1999, p. 27) cada ponto do pêndulo flui a partir das condições deixadas pela fase anterior.

Let us define the cycle then as a continuing shift in national involvement, between public purpose and private interest. But definition is not explanation. Why does the cycle move as it does? What causes these periodic alternations, this ebb and this flow, in national priorities? If it is a genuine cycle, the explanation must be primarily internal. Each new phase must flow out of the conditions - and contradictions - of the phase before and then itself prepare the way for the next recurrence. A true cycle, in other words, is self - generating. It cannot be determined, short of catastrophe, by external events. (SCHLESINGER JR, 1999, p. 27)⁵

³ Tradução livre: "Um período de cerca de doze anos", escreveu ele, "mediu a batida do pendulum. Após a Declaração da Independência, foram necessários doze anos para criar uma Constituição eficiente; outros doze anos de energia trouxeram uma reação contra o governo então criado; um terceiro período de doze anos estava terminando em uma varredura em direção a uma energia ainda maior; e já uma criança poderia calcular o resultado de mais alguns retornos.

⁴ Para Schlesinger a imagem de uma espiral é mais apropriada para descrever o fenômeno do que um pêndulo, pois durante as alternâncias de regime, o país não volta exatamente para o status quo ante em que se encontrava anteriormente, havendo mudanças estruturais.

⁵ Tradução livre: Definamos então o ciclo como uma mudança contínua no envolvimento nacional, entre o propósito público e o interesse privado. Mas definição não é explicação. Por que o ciclo se move assim? O que causa essas alternâncias periódicas, esse refluxo e esse fluxo, nas prioridades nacionais? Se for um ciclo genuíno, a explicação deve ser principalmente interna. Cada nova fase deve fluir das condições - e contradições - da fase anterior e então preparar o caminho para a próxima recorrência. Um verdadeiro ciclo, em outras palavras, é auto-gerador. Não pode ser determinado, a não ser pela catástrofe, por eventos externos.

Schlesinger Jr. (1999, p. 29) ainda diz que, de maneira básica, a mudança geracional é uma mola propulsora para as alterações de ciclo (isto é, para alternância entre um ponto do pêndulo e outro). Justamente por ser motivada pela chegada de novas gerações, a alternância entre regimes que prevalecem o propósito público e o interesse privado se dão em ciclos de 30 (trinta) anos, tempo de durabilidade da vida política de uma geração.

Nesse diapasão, FLÁVIO MARTINS (2020), baseado na teoria Schlesinger Jr., estabelece que as democracias avançam e retrocedem em ciclos pendulares de 30 (trinta anos). Portanto, sob o viés do Estado Democrático de Direito, ora há avanços democráticos que perduram por décadas seguidos de graves retrocessos constitucionais.

Os autores da presente pesquisa entendem que, apesar de muitos autores fixarem uma periodicidade na qual o movimento pendular é observado (Adams: 12 anos; Schlesinger: 16 anos e meio; Schlesinger Jr.: 30 anos), esse tempo pré estabelecido pode ser alterado por elementos e fenômenos sociais internos bem como, ao contrário do que defende Schlesinger Jr, por fatores externos visto a globalização intensa percebida atualmente, de forma que a alteração de forças reais de poder em um país ou um bloco de países podem influenciar, mesmo que indiretamente, nos rumos políticos das demais nações.

No Brasil, o movimento pendular pode ser facilmente percebido a partir da observação atenta das diversas constituições existentes. Para além das mudanças geracionais, é interessante perceber como os fatores reais de poder, abordados no tópico anterior, também são fundamentais e exercem papel importante na construção do texto constitucional.

4 ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

4.1 A Constituição Imperial

Sabe-se que a Constituição imperial foi outorgada no ano de 1824, sendo a primeira Constituição do Brasil. É fato que a primeira Carta Magna foi uma forma de fortalecimento dos poderes do imperador, pois a mesma foi responsável por instaurar o Poder Moderador, ou seja, um quarto poder responsável por comandar os demais e por isso estava acima deles. Esse quarto poder era inviolável e sagrado, não estando sujeito a nenhuma responsabilidade, conforme se extrai do artigo 99 do texto

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro

Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolavel, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma. (BRASIL, 1824)⁶

Sabendo-se disso, é possível identificar que na época o fator real de poder era o império, concentrado nas mãos do imperador D. Pedro I, visto que o mesmo poderia controlar todos os demais poderes, e assim, governar o país da forma que preferir.

Na época, o voto não era universal, ou seja, somente os homens livres e proprietários, que possuíam determinada renda, poderiam votar. Na mesma análise, para poder ser votado, o candidato deveria comprovar renda mínima em proporção com o cargo almejado.

Importante notar como havia uma discrepância entre a Constituição Real e a Constituição de papel, pois em pese o título 8º do texto trazer inúmeros direitos fundamentais civis e políticos, a escravidão se manteve com toda força no país até 1888 e a massiva minoria da população atendia os requisitos de participação eleitoral.

Por fim, cabe frisar que essa constituição vigorou por um período de 65 anos, até a aplicação da Teoria do Pêndulo Democrático fazer efeito e os fatores reais de poder se alterarem, fazendo com que a sociedade mudasse com a promulgação de uma nova constituição e instituição de um modelo republicado como forma de governo.

4.2 A Constituição de 1891 (Brasil República)

Após a proclamação da república, ocorreram significativas mudanças políticas e econômicas no país, como a abolição da escravatura, ampliação da indústria, migração de pessoas do meio rural para o urbano, além do surgimento da inflação. Contudo, a alteração mais relevante na sociedade ainda sim era a alteração do sistema de governo.

Nessa análise, algumas das mais importantes alterações trazidas pela nova Carta Magna foram: a instituição da forma federativa de Estado e da forma republicana de governo, o

estabelecimento da independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a criação do Habeas Corpus e a separação entre igreja e Estado (nota-se portanto que a Igreja, que vinha sendo um fator real de poder importante na História Brasileira, começa a perder lugar e influência).

Art.72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade, nos termos seguintes:

§ 7º Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia ou alliança com o Governo da União, ou o dos Estados. A representação diplomatica do Brasil junto á Santa Sé não implica violação deste principio. (BRASIL, 1891)⁷

Desse modo, é possível dizer que a Teoria do pêndulo constitucional, apenas analisando-se a constituição de papel da época, se movia em uma direção favorável, promovendo alterações benéficas e vantajosas para a concretização da democracia na sociedade brasileira. Contudo, mais uma vez, a constituição de papel se destoava da constituição real e não usufruía de força normativa.

Conforme explica APOLINÁRIO (2010, P. 48-49), de 1889 a 1894 estava em voga a chamada “República da Espada”, onde os militares exerciam a chefia do governo. Posteriormente, inaugurou-se a chamada “República das Oligarquias” (1894-1930), onde os fatores reais de poder eram representados por famílias latifundiárias. Nesse mesmo aspecto, os fatores reais de poder na presente época se encontravam, em um primeiro momento, com os militares e posteriormente com os grandes latifundiários.

4.3 A Constituição de 1934 (Segunda República)

⁷ Redação original do texto constitucional com o português da maneira que era grafado à época.

A nova carta constitucional possuía se voltava para as diretrizes sociais, aderindo a medidas como: maiores poderes ao governo federal, instituição do voto secreto e obrigatório, com direito ao voto às mulheres, todavia ainda existia a vedação ao voto de mendigos e analfabetos, criação da justiça eleitoral, justiça do trabalho e das leis trabalhistas. Também é fato que com essa constituição foram criados os institutos do Mandado de Segurança e da Ação Popular.

Com o tempo, essa constituição sofreu três emendas em dezembro de 1935, sob alegação de que o reforço das atribuições do executivo tinha como motivo coibir "movimento subversivo das instituições políticas e sociais".

Logo, é possível perceber que os fatores de poder deveriam se concentrar nos três poderes, porém, com predominância no poder executivo. Contudo, novamente havia discordância entre as constituições real e de papel, sendo essa última meramente nominativa, visto que os fatores reais de poder reais de poder eram exercidos paralelamente (constituição real) por uma ordem revolucionária getulista.

Nesse mesmo sentido, ao menos em tese, o pêndulo democrático ainda continuava apontando para o lado do progresso em direção a conquista da democracia, entretanto, em 1935, surgiam os primeiros indícios de que a uma mudança significativa estava para ocorrer com a outorga da seguinte Constituição. Por fim, com o início do Estado Novo, a Constituição de Papel sucumbiu à Constituição Real e, de forma patente, os dizeres de Lassalle se concretizaram.

4.4 A Constituição de 1937 (Estado Novo)

A Constituição se inspirava nas ideologias fascistas, principalmente na Constituição da Polônia, motivo esse pelo qual ficou conhecida como “Polaca”. Com isso, Getúlio dissolveu o Congresso Nacional, suprimiu partidos políticos e concentrou o poder estatal nas mãos do chefe do Supremo Executivo.

Getúlio subiu ao poder com o discurso que objetivava derrotar uma suposta ameaça comunista que amedrontava o país, para isso inventou-se a existência do chamado Plano Cohen, que, alegava Vargas, era uma tentativa dos comunistas para tomada do poder. O fato é que o discurso anticomunista utilizado por Vargas é muito bem ilustrado no preâmbulo da constituição:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da

crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente (BRASIL, 1937)

Dentre as principais mudanças ocorridas na época, destaca-se a instituição da pena de morte, a censura, anulação da independência do Judiciário e do Legislativo, permissão para suspensão da imunidade parlamentar, prisão e exílio de opositores do governo e eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos.

Com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, o Brasil acabou entrando em uma grande crise, e por mais que Vargas tentasse alterar a situação, o mesmo precisou entregar o poder ao até então presidente do STF José Linhares. Após a saída de Getúlio, o novo presidente revogou o artigo 166 da Constituição que decretava o Estado de Emergência.

Art 166 - Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas ou existências de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do País, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência.

Desde que se torne necessário o emprego das forças armadas para a defesa do Estado, o Presidente da República declarará em todo o território nacional ou em parte dele, o estado de guerra.

Parágrafo único - Para nenhum desses atos será necessária a autorização do Parlamento nacional, nem este poderá suspender o estado de emergência ou o estado de guerra declarado pelo Presidente da República.(BRASIL, 1937)

Posteriormente, o novo presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, que governou o país por decreto-lei, preparava uma nova Carta Constitucional. Sendo assim, é possível perceber que os fatores reais de poder estavam sob o comando do Supremo Executivo, comandado por Getúlio Vargas, que durante o Estado Novo governou o país da forma que melhor atendia a seus ideais.

Em decorrência disso, o pêndulo democrático tomou uma direção diversa da que vinha tomando ao longo das constituições que iam surgindo com os anos, afastando-se de um Estado Democrático e se aproximando cada vez mais de um governo autoritário.

4.5 A Constituição de 1946

Com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946 de cunho democrático foi uma guinada para o lado progressista do pêndulo constitucional. A nova constituição foi fortemente inspirada nas suas antecessoras de 1891 e 1934 e adotou a forma federativa de Estado, garantindo forte autonomia aos Estados e Municípios, além do regime representativo através de eleições diretas, do voto secreto e obrigatório, além da forte divisão de poderes.

Ademais, o rol de direitos anteriormente garantido pela constituição de 1934 é recolocado ao novo texto com acréscimos importantes: instituição de direitos e garantias individuais (liberdades de expressão, religiosa, isonomia formal), trabalhistas (vedação ao trabalho noturno para os menores de 18 anos e direito de greve garantido, embora proibido às “atividades essenciais”, classificação que abrangia a maioria das profissões à época); políticos (princípio da liberdade de criação e organização partidárias e instituição ao direito de greve, etc.)

À época, o executivo era ocupado pela coligação PSD-PTB, o primeiro partido era ligado às elites agrárias e o segundo era fortemente identificado pelo sindicalismo e nacionalismo. Dessa forma, entende-se que, em primeiro momento, os fatores reais de poder eram estabelecidos tanto pelas elites nacionais quanto pelo proletariado, havia portanto forte descentralização.

4.6 A Constituição de 1967 (Ditadura Militar)

Os fatores reais de poder começam a se alterar quando, em 1961, há uma tentativa de estabelecer o parlamentarismo como sistema de governo, limitando a autonomia do então presidente, João Goulart. A tentativa, contudo, restou infrutífera pois foi derrubada por um plebiscito, mas ali já nascia uma nova força real: a militar.

Nesse contexto, em 1964 houve um golpe civil-militar no país e instaurou-se um regime ditatorial marcado pela repressão de direitos individuais fundamentais. Cabe frisar que a classificação do golpe como “civil-militar” se dá pelo fato de que a tomada de poder pelos militares contou com apoio massivo das elite econômica, do país. Estas eram portanto as forças reais de poder que predominaram durante duas décadas: a militar e elite econômica, sobretudo os grandes empresários e banqueiros.

Nessa perspectiva, a constituição de papel escrita para atender aos interesses da constituição real adotou a forma indireta de eleições para presidente, além do fato de que os magistrados tiveram suspensas as suas garantias. A constituição foi emendada diversas vezes

por atos institucionais, sendo o mais autoritário de todos os atos o AI-5, responsável por dar ao regime militar poderes absolutos e suspendendo diversos direitos fundamentais, especialmente os de cunho político.

Buscando atender aos interesses da elite econômica, sobretudo os grandes empresários, houve grande estímulo ao crescimento do setor privado, com expansão do comércio exterior e ampliação do mercado interno (APOLINÁRIO, 2010).

4.7 A Constituição de 1988

A constituição da República de 1988, atual texto constitucional, é conhecido como “constituição cidadã”, tendo sido elaborada com diversas emendas constitucionais e participação popular massiva que culminaram com um texto extenso, prolixo e que garante inúmeros direitos de 1a, 2a e 3a gerações. A Constituição de 1988, que originalmente possuía feição social democrata, segundo MARCELO e ALEXANDRINO (2015, p. 32) e inaugurou um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, percebe-se que no tempo de sua criação, surgia um novo fator real de poder, de caráter popular, o da massa da população brasileira. Mais uma vez, aqui, podemos observar a ação do movimento pendular: após duas décadas de retrocessos democráticos em um regime ditatorial o ponteiro volta para o lado do avanço democrático.

Como a Constituição de 1988 ainda está em vigor é difícil analisar com precisão, por falta de distanciamento histórico e uma visão holística da realidade social, se seu conteúdo será efetivado. Isto é, se a constituição de papel terá força normativa o suficiente para exercer papel determinante e não ser subjugada pela constituição real. Ademais, é difícil analisar se os fatores reais de poder continuarão os mesmos ou se, nos próximos anos, haverá novamente uma mudança brusca das relações de poder.

5 CONCLUSÃO

Após o exposto, conclui-se que o Brasil teve ao longo de sua história diversos textos constitucionais com conteúdos extremamente diversos. Essa mudança relativamente numerosa de constituições ameaça de toda a forma a segurança jurídica do país. Afinal, em um momento o cidadão é cercado de inúmeras garantias constitucionais que o asseguram liberdade de expressão, locomoção, voto livre, direitos sociais e trabalhistas, porém, no momento seguinte,

todos esses direitos são suprimidos pela substituição de um texto garantista para outro de viés autoritário.

Um estudo atento às diversas constituições que o Brasil já teve mostra que é comum que justamente essa alternância no conteúdo do texto normativo: ora há avanços constitucionais, com rol extenso de direitos e garantias aos cidadãos e, em contrapartida, no momento seguinte, o texto é substituído por outro marcado pela supressão desses direitos e pelo retrocesso democrático.

Esse fenômeno já foi anteriormente descrito por diversos autores, mas de forma especial por Arthur Schlesinger Jr. e é conhecido como Movimento Pendular Democrático. Enquanto SCHLESINGER JR evidencia a alternância entre momentos de proteção do propósito público e momentos em que se encontra em voga o interesse privado, outros autores como FLÁVIO MARTINS (2020), frisa que o ciclo que alterna entre momentos de avanço democrático e retrocessos democráticos (isto é, avanço de regime ditatoriais autoritários).

Apesar de SCHLESINGER JR apontar a mudança geracional como mola propulsora para essas alternâncias de ciclo, o presente trabalho também demonstrou como os fatores reais de poder, conceito desenvolvido por Ferdinand Lassalle, também é um decisivo para justificar essas substituições sucessivas de textos constitucionais e o pêndulo democrático no país.

Percebe-se que a constante mudança de fatores reais de poder no país implica que os regimes políticos brasileiros se comportem em movimentos pendulares, tal como prevê Arthur Schlesinger Jr, em sua obra “The Cycles of American History”.

Dessa forma, ora o Estado é governado por forças mais democráticas (como nas constituições de 1934 e 1946) e ora é submetido a fatores reais de poder autoritários e repressivos (vide os textos de 1937 e 1967). A constante alternância de texto presente no país é um reflexo desse movimento pendular, caracterizado pelo revezamento dos fatores reais de poder.

Contudo, essa situação não pode ser naturalizada pois, como explica Konrad Hesse, quando os fatores reais de poder usufruem de força normativa maior que a própria constituição, o Direito é descaracterizado como uma ciência do Dever-ser e perde seu papel de ordenador da realidade social. Defende-se portanto que as constituições real e de papel devem ser coordenadas de maneira mútua, de forma que nenhuma subjugue a outra.

Esse fenômeno ainda se torna mais problemático na medida em que, geralmente, os grupos que exercem os fatores reais de poder representam uma minoria social. Dessa maneira, quando o conteúdo jurídico é determinado para atender seus interesses, a massa da sociedade,

já excluída da vida política, também se vê à margem do mundo jurídico, não se vendo representada legislativamente.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, M. R. Projeto Araribá: História. 3. ed. - São Paulo: Moderna, 2010

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>

HESSE, K. A força normativa da constituição. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. 1. ed. S.A Fabris Junior, 1991.

LASSALLE, F. A essência da Constituição. 7.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MARTINS, F. Retrocessos Constitucionais. II Congresso Internacional de Direito UNIPTAN/AFYA. 2020. Disponível em <<https://youtu.be/faSS1ukbioM>>

PAULO, V; ALEXANDRINO, M. Direito Constitucional descomplicado I. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO: 2015

SCHLESINGER JR., A. M. The Cycles of American History. New York: Mariner Books, 1999.

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM EVENTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO I CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DO CAMPO DAS VERTENTES

Arthur Raposo Gomes¹
Lara Karoline Souza de Aquino²
Larissa Leite Lima³
Leonardo Emerson de Souza Silva⁴
Wellington de Oliveira Pereira⁵

Resumo: Diferentes questões precisam ser pensadas quando se planeja e organiza um evento: uma das áreas mais presentes durante o processo é a comunicação, iniciada ainda no período de concepção e encerrada apenas no pós-evento, quando a programação já foi encerrada. Este relato de experiência aborda as estratégias de comunicação utilizadas pela equipe de divulgação do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes: evento realizado de maneira on-line e remota, em junho de 2021, que contou com o apoio do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de São João del-Rei. Durante o período relatado, foi indicado que as ações de divulgação ocorreram nas mídias sociais e na imprensa tradicional de maneira integrada. Espera-se, ao final, que este texto contribua com a organização de novos eventos.

Palavras-chave: Estratégias de comunicação. Organização de eventos. Campo das Vertentes. Assessoria de comunicação. Mídias Sociais. Assessoria de imprensa.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de evento apresenta distinções a partir da óptica e intensidade da interação: de maneira ampla, conforme apontado por Ilka Tenan (2002, p. 13), “evento é sinônimo de acontecimento não rotineiro; fato que desperta a atenção”. Já de maneira específica e profissional, ainda de acordo com esta mesma autora, percebe-se um “valor semântico próprio”,

¹ Jornalista (UFSJ, 2019) e publicitário (CES/JF, 2017), é mestre (2022) e doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo especialização em Influência Digital (Faculdade Futura, 2021) e MBA em Comunicação Corporativa, Planejamento e Gestão (UCAM, 2019).

² Jornalista formada pela UFSJ em 2021.

³ Graduando do curso de Comunicação Social – Jornalismo na UFSJ.

⁴ Jornalista graduado pela UFSJ em 2021.

⁵ Graduando do curso de Comunicação Social – Jornalismo na UFSJ.

E-mail para contato: arthurraposogomes@gmail.com

a partir da definição de evento enquanto “acontecimento especial, antecipadamente planejado e organizado, que reúne pessoas ligadas a interesses comuns”, tendo “nome, local determinado e espaço pré-definido” (TENAN, 2002, p. 13-4).

Este relato é voltado às experiências de estudantes, de graduação e pós-graduação, e docentes envolvidos na organização do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes (Comunica Vertentes). Este evento ocorreu em junho de 2021, de maneira on-line e remota, contando com o apoio do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de São João del-Rei (DCOMS/UFSJ).

Em março de 2020, o novo coronavírus avançou pelos municípios brasileiros, obrigando as instituições de ensino superior a suspenderem as atividades letivas presenciais⁶, tendo em vista a recomendação pelo distanciamento social físico. Meses depois, as universidades implementaram o ensino remoto emergencial, marcado pela realização on-line de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo permanecido vigente, no caso da UFSJ, até março de 2022⁷.

Uma das ações promovidas durante este período foi o I Comunica Vertentes: projeto que, teve a proposta de desenvolver um espaço de debate no campo da Comunicação, além de estimular o ponto de vista crítico e reflexivo, bem como as produções científicas da comunidade acadêmica da UFSJ e de outras instituições interessadas.

O objetivo deste texto é registrar e compartilhar as experiências passadas, principalmente, durante os meses de maio e junho de 2021, quando foram concentradas as atividades de comunicação feitas pela Comissão de Apoio e Divulgação da primeira edição do Congresso analisado. Vale salientar que existe a expectativa de promoção da edição 2022 do Comunica Vertentes. A organização de eventos é uma tendência possível e muito presente no

⁶ ALBERTO, Felype. Por causa do coronavírus, UFJF e UFSJ anunciam suspensão de aulas presenciais. G1 ZONA DA MATA. 16 mar 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/03/16/por-causa-do-coronavirus-ufjf-e-ufs-j-anunciam-suspensao-de-aulas-presenciais.ghtml>> Acesso em 16 mai 2022.

⁷ 2021: ano letivo na UFSJ será remoto. UFSJ. 29 mar 2021. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=8679> Acesso em 16 mai de 2022. UFSJ anuncia retorno de ensino presencial para março de 2022. G1 ZONA DA MATA. 04 nov 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/11/04/ufs-j-anuncia-retorno-de-ensino-presencial-para-marco-de-2022.ghtml>> Acesso em 16 mai 2022.

meio universitário, seja no ensino, pesquisa ou extensão. Desse modo, espera-se, ao final, contribuir com os estudos e práticas de divulgação de eventos.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do presente relato de experiência é dividido em duas partes: (1) apresentação a ação e (2) relato de experiência. Em ambas as partes, referências bibliográficas serão consultadas com o intuito de pontuar definições e conceitos teóricos para corroborar com a reflexão a ser feita.

2.1 Apresentando a ação

Segundo a tipologia estipulada por Matias (2010), um congresso é caracterizado por uma reunião que é organizada com a intenção de discutir assuntos de interesse de um determinado grupo específico. Promovido entre os dias 24 e 25 de junho de 2021, a proposta do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes foi estimular a relação entre o público discente da graduação e outros níveis de pesquisa, tendo em vista o objetivo de socializar o conhecimento e expor a qualidade dos trabalhos científicos feitos por estudantes ainda na graduação (UFSJ, 2021, meio digital). Naquela edição, o tema geral foi "Mídia e disputas de narrativa em tempos de pandemia" e a programação foi formada por palestras, Grupos de Trabalhos (GTs) e oficinas.

Conforme já citado, por causa da pandemia de Covid-19, o Congresso ocorreu de maneira on-line e remota, confirmando um padrão estabelecido durante o período de crise sanitária e de saúde pública, quando houve um crescimento na quantidade de eventos virtuais⁸. Contudo, este padrão de evento já era previsto na literatura bibliográfica específica. Matias

⁸ Eventos online crescem mais de 300% na pandemia. Youtube lidera. **EXAME**. 01 jun 2021. Disponível em: <<https://exame.com/bussola/eventos-online-crescem-mais-de-300-na-pandemia-youtube-lidera/>> Acesso em 16

(2010) descreve as videoconferências ou teleconferências como um “novo meio de organizar evento”, onde a interação entre os participantes é permitida a partir de um espaço físico específico e a linha de satélites de telecomunicação. Para a autora, entre os benefícios deste tipo de evento, está a promoção do diálogo entre pessoas e organizações que podem estar distantes geograficamente, reduzindo investimentos e racionalizando essa troca de informações. No entanto, os eventos on-line também possuem pontos negativos, como as limitadas possibilidades de interação entre o público-participante, visto que não há proximidade física, bem como as restrições de acesso das plataformas utilizadas. No caso específico do Congresso, objeto de estudo deste relato, o YouTube, associado a um software de gestão de imagens, foi utilizado para a transmissão de palestras, que eram abertas ao público, enquanto as oficinas e as sessões de GTs ocorreram em salas virtuais do GoogleMeets.

Tenan (2002, p. 17) menciona que, na prática, eventos são promovidos “por e para organizações – pessoas unidas para um propósito comum. Geralmente, os membros de uma organização se encontram para particular suas impressões, ideias, objetivos, metas e informações”. A comissão organizadora do I Congresso Comunica Vertentes contou, ao todo, com 11 (onze) integrantes, envolvidos de diferentes maneiras com o Departamento de Comunicação Social da UFSJ: a direção-geral do evento ficou sob responsabilidade do professor do Departamento de Comunicação Social da UFSJ e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Luiz Ademir de Oliveira. Os egressos do curso de Jornalismo da UFSJ e, na ocasião, estudantes de pós-graduação strictu sensu de diferentes instituições nacionais de ensino (Arthur Raposo Gomes, Mayra Regina Coimbra, Mariane Motta de Campos e Willian José de Carvalho) também fizeram parte da equipe, além da ex-professora do curso, Marina Alvarenga Botelho, da ex-aluna e então docente substituta, Deborah Vieira, além dos graduandos Lara Aquino, Larissa Leite, Leonardo Emerson e Wellington Oliveira (UFSJ, 2021, meio digital).

Os participantes da comissão organizadora foram divididos em cinco (5) subcomissões⁹, a saber: Comissão Organizadora Central, responsável pela concepção geral do Congresso; Comissão Científica, dedicada a pensar na temática geral, nos GTs, perfil de palestrantes e oficinairos; Comissão de Suporte Técnico, voltada para o planejamento e gestão das salas virtuais à programação; Comissão Financeira, que tratou sobre a previsão de custo de inscrição e acompanhamento do pagamento de participantes; e Comissão de Apoio e Divulgação, que trabalhou as estratégias de comunicação por meio, principalmente, da criação de identidade visual, gestão de mídias sociais e assessoria de imprensa – esse último grupo foi constituído pelos autores deste relato de experiência.

2.2 Relato de experiência

Para realizar um evento, é preciso passar por quatro momentos: a concepção, onde são delineados os rumos do projeto; o pré-evento, onde todo o planejamento e organização é feito; o transevento, ou o evento em si, quando boa parte das ações previstas ocorre; e pós-evento, marcado pela avaliação e encerramento das atividades (MATIAS, 2010). Nesse sentido, é importante frisar a importância e a permanência dos trabalhos de comunicação nas quatro etapas. “A estratégia de comunicação consiste na definição e adequação dos meios e mensagens a serem utilizados, na busca de informar, sensibilizar e motivar o público-alvo” (MATIAS, 2010, p. 152).

O início das atividades da Comissão de Apoio e Divulgação do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes ocorreu com a formação de um grupo de WhatsApp destinado, exclusivamente, para que os integrantes deste comitê pudessem conversar e definir questões estratégicas. Em seguida, foram desenvolvidas quatro sugestões de identidade visual para o evento, que foram avaliadas e votadas por todos os integrantes da comissão organizadora

⁹ Sobre. **I CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DO CAMPO DAS VERTENTES**. Disponível em: <https://congressocomunicavertentes.com/saiba-quem-faz-o-evento-acontecer/>> Acesso em 16 mai 2022.

e, por maioria simples, foi definida a marca abaixo, caracterizada pela modernidade, geração de identificação e sentimento de inovação.

Figura 1: Identidade visual do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes



Fonte: dos autores (2021)

Concomitantemente, foram definidas em quais mídias digitais seriam criadas páginas institucionais para o evento. Por terem forte relação com o público que possui faixa etária muito relacionada com estudantes e docentes universitários, foi desenvolvida *fanpages*, principalmente, em duas mídias sociais (*Facebook*¹⁰ e *Instagram*¹¹), além do *design* de um *website*¹², tendo em vista a importância de ter uma mídia própria para obtenção de visibilidade, bem como para reunir todas as informações pertinentes.

Figura 2: *print* da página inicial do site do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes

¹⁰ Disponível em: <www.facebook.com/comunicavertentes> Acesso em 16 mai 2022.

¹¹ Disponível em: <www.instagram.com/comunicavertentes> Acesso em 16 mai 2022.

¹² Disponível em: <www.congressocomunicavertentes.com> Acesso em 16 mai 2022.

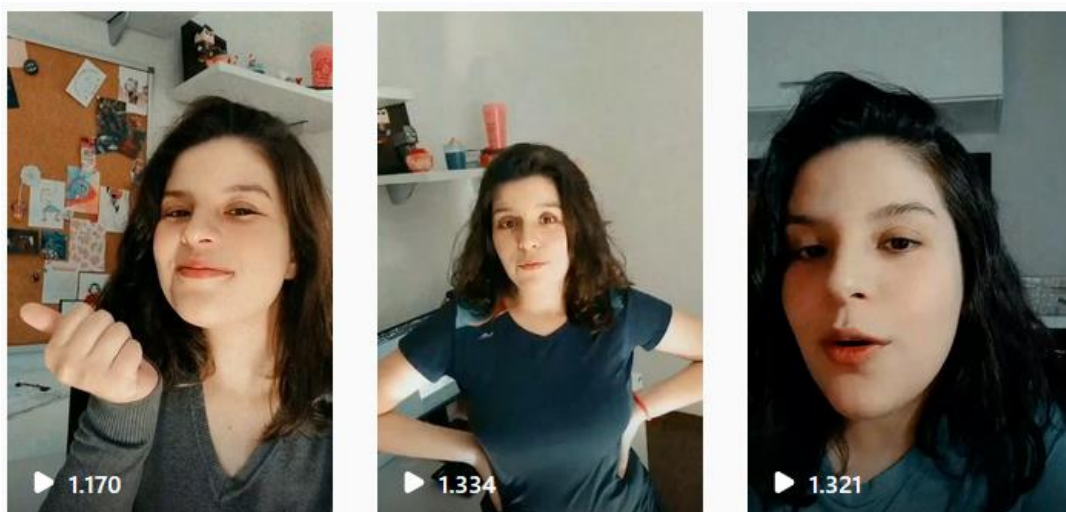


Fonte: dos autores (2021).

As editorias de conteúdo no site do evento foram planejadas, principalmente, para facilitar o acesso às informações desejadas. Por isso, no menu superior, foi programada uma aba com descrição “Sobre” a comissão organizadora; outra específica para “Programação”, e uma terceira com as normas e ementas de “Submissão de trabalhos” aos GTs. Foi pensado numa aba estilo “Blog”, com atualização constante no período pré e durante o Congresso, uma página com meios de “Contato” em casos de dúvidas, questionamentos e imprevistos, além de um *link* exclusivo para a realização de inscrições de participantes. Já quanto aos perfis nas mídias sociais, é importante frisar o cuidado estratégico da Comissão ao buscar definir um mesmo nome de usuário (@) para as *fanpages* no *Facebook* e *Instagram*: isso facilita no processo de divulgação verbal ou visual.

No *feed* das mídias sociais, ainda durante o pré-evento, foram feitas publicações com destaque a datas importantes, divulgação individual de cada um dos GTs e das oficinas que fizeram parte da programação, além do perfil de palestrantes convidados. Também houve a gravação de três vídeos por uma das integrantes da Comissão de Apoio e Divulgação: com linguagem dinâmica, em poucos segundos, foram transmitidas informações sobre o evento e a respectiva programação. Publicados no formato de *reels*, os três *posts* audiovisuais tiveram, cada um, mais de mil visualizações.

Figura 3: *print* de vídeos publicados no *Instagram* do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes



Fonte: dos autores (2021).

Outra forma de divulgação trabalhada pela equipe foi assessoria de imprensa: estratégia que tem o objetivo de formar uma “conversa jornalística”, a partir da sugestão de pautas do assessorado, que busca a publicação de notas, notícias, entrevistas e reportagens pelos veículos de comunicação, com fins de obtenção de visibilidade e, consequentemente, imagem positiva (MARTINUZZO, 2013). Foi redigido um primeiro *release*¹³ (texto informativo escrito pela assessoria de imprensa com o intuito de promover o assessorado) que foi enviado para o *mailing list* (ou seja, a lista de contatos de repórteres e jornalistas de redação) (MAFEI, 2015).

“Lembre-se: *press release* não é *folder* de propaganda. Os dados apresentados têm como único objetivo ajudar o jornalista a se pautar. Também não é notícia, porque serve para informar e não para ser publicado” (MAFEI, 2015, p. 69), embora seja perceptível que textos enviados por assessorias de imprensa sejam replicados, na íntegra, nos portais jornalísticos, tendo em vista o enfraquecimento da profissão e as enxutas redações de jornal.

¹³ Disponível aqui: <<https://congressocomunicavertentes.com/2021/06/08/evento-online-discute-sobre-a-midias-e-as-disputas-de-narrativa/>> Acesso em 16 mai 2022.

O *release* foi enviado para diferentes veículos da região, que publicaram matérias e notas sobre o início do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes. Esse material passou por um *clipping*, ou seja, por uma coleta direcionada de matérias de interesse do assessorado (MAFEI, 2015). *Prints* destes conteúdos foram postados também nas mídias sociais e no blog do evento¹⁴, com o intuito de registro e reforço de credibilidade midiática.

Figura 4: *print* de *clipping* nas mídias sociais do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes



Fonte: dos autores (2021).

Esse mesmo texto foi enviado à assessoria de comunicação da Universidade Federal de São João del-Rei, responsável pela gestão do site institucional da universidade, que apoiou o

¹⁴ Disponível aqui: < <https://congressocomunicavertentes.com/2021/06/25/clipping-veiculos-de-imprensa-repercutem-o-inicio-do-congresso/> > Acesso em 16 mai 2022.
<<https://congressocomunicavertentes.com/2021/06/09/clipping-imprensa-da-regiao-repercutem-realizacao-do-congresso/>> Acesso em 16 mai 2022.
<<https://congressocomunicavertentes.com/2021/06/12/clipping-congresso-e-destaque-no-site-da-ufsj/>> Acesso em 16 mai 2022.
<<https://congressocomunicavertentes.com/2021/06/19/clipping-congresso-e-pauta-de-programa-de-radio-em-barbacena/>> Acesso em 16 mai 2022.

evento também publicando¹⁵ o *release*, o que foi interessante sob a óptica de divulgação do Congresso, visto a audiência maior do respectivo *website*. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), entidade da qual a UFSJ faz parte, também publicou uma matéria sobre o evento no próprio site¹⁶.

Ainda sobre as mídias sociais e o blog, também foram planejados e redigidos conteúdos mais elaborados, como entrevistas com membros da comissão organizadora, além de "dicas essenciais para fazer uma ótima apresentação no Congresso"¹⁷. Esses conteúdos foram escritos seguindo recomendações de SEO (otimização de mecanismos de busca, em tradução livre), que facilitam no melhor posicionamento em buscadores on-line e gera tráfego orgânico. Segundo a plataforma *Wordpress*, onde o *website* do I Comunica Vertentes foi hospedado, entre os dias 19 de maio de 2021, quando o site foi desenvolvido, e o último dia do ano, acumulou-se um total de 9.380 visualizações, a partir de 2.225 visitantes únicos. Já nos primeiros meses de 2022, até o dia 16 de maio de 2022, data de realização desta coleta, foram mais 234 visualizações e 103 visitantes¹⁸.

Ainda no período pré-evento, foram estruturados conteúdos a serem enviados de maneira direta para públicos específicos: isto é, mensagens prontas para serem replicadas em grupos de estudantes no WhatsApp, além de e-mail marketing disparados para docentes e grupos de pesquisa relacionados.

Durante o evento, por sua vez, as atividades da Comissão de Apoio e Divulgação foram concentradas na cobertura das atividades virtuais do Congresso.

Como exemplificado abaixo, foi conduzida uma cobertura das mesas de aberturas e palestras, a partir de prints das transmissões e postagens, com a identidade visual do Congresso, também feitas por meio de softwares de design gráfico.

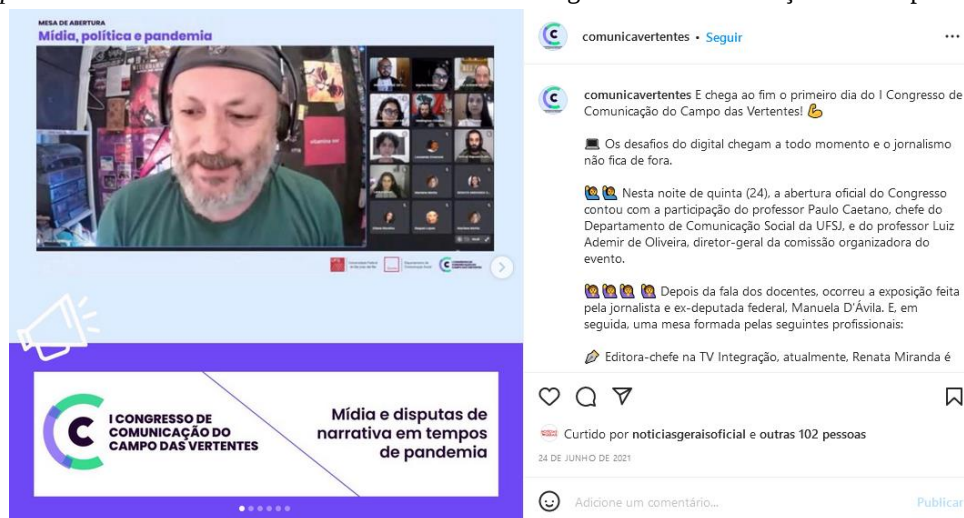
¹⁵ Disponível aqui: <https://www.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=8931> Acesso em 16 mai 2022.

¹⁶ Disponível aqui: <<https://www.andifes.org.br/?p=88046>> Acesso em 16 mai 2022.

¹⁷ Disponível aqui: <<https://congressocomunicavertentes.com/2021/06/19/dicas-essenciais-para-fazer-uma-otima-apresentacao-no-congresso/>> Acesso em 16 mai 2022.

¹⁸ Disponível em: <<https://wordpress.com/stats/year/congressocomunicavertentes.com>> Acesso em 16 mai 2022.

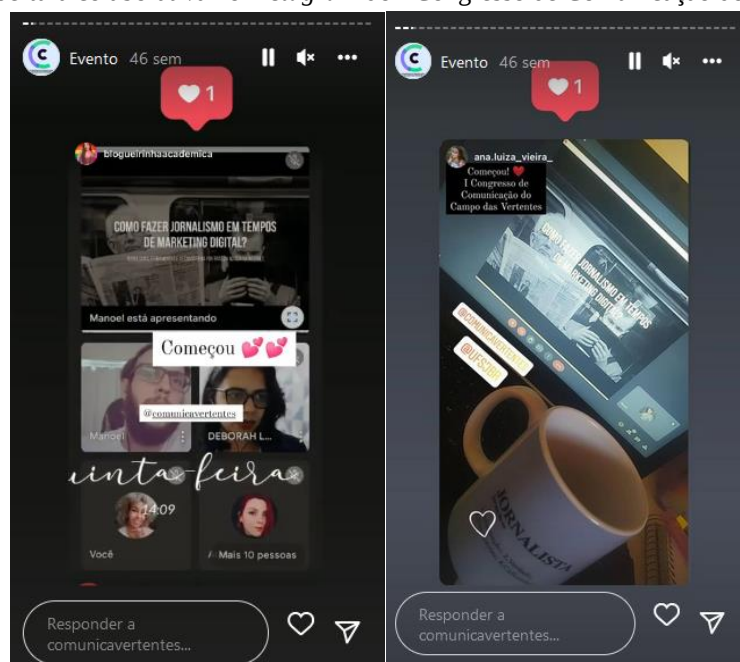
Figura 5: *print* da cobertura virtual nas mídias sociais do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes



Fonte: dos autores (2021).

Além disso, bem como ocorre comumente em eventos presenciais, os participantes do I Comunica Vertentes foram estimulados a fazer *stories* nos respectivos perfis no *Instagram*, junto a marcação do perfil do evento. Essa ação contribuiu com a multiplicação de pontos de contato do evento, divulgado também para os seguidores do público-alvo, além de formar uma comunidade específica virtual, pois essas imagens foram compartilhadas no perfil institucional.

Figura 6: *print* da cobertura colaborativa no *Instagram* do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes



Fonte: dos autores (2021).

Ainda sobre o conteúdo publicado nas mídias sociais, é preciso frisar outras práticas

presença de *emojis*, desenhos gráficos que facilitam a compreensão da mensagem, inseridos na gramática on-line de internautas e simbolizam, algumas vezes, sentimentos e expressões¹⁹; além de *hashtags* definidas com cuidado – algumas próprias, para reforço de marca, outras geográficas, com nomes de cidades, para delimitar a abrangência, e outras mais amplas, para disseminação do conteúdo.

Quando a programação principal do evento foi finalizada, mais quatro publicações foram feitas: uma, com montagens de *prints* de telas em diferentes momentos, corroborando com a formação de uma rede de contatos formada a partir do evento on-line; outra, publicizando e agradecendo os integrantes da comissão organizadora, responsáveis pela promoção do evento; uma terceira com conteúdo de serviço, indicando que os certificados dos participantes no Congresso já estavam disponíveis; e uma quarta, com *prints* do *release* final publicado no site da UFSJ e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF.

Figura 7: *print* dos últimos posts no Instagram do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes



¹⁹ A importância dos emojis na comunicação. **FIDELIZARTE** - web solutions. 2 fev 2017. Disponível em: <<https://www.fidelizarte.pt/blog/importancia-dos-emojis-na-comunicacao/>> Acesso em 16 mai 2022.
Entenda a importância dos emojis no Marketing Digital. **PLUGIN MKT**. 12 fev 2020. Disponível em: <<https://pluginmkt.com.br/blog/entenda-a-importancia-dos-emojis-no-marketing-digital>> Acesso em 16 mai 2022.



Fonte: dos autores (2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização e a divulgação de um evento são processos que exigem técnica, estratégica e pensamento humanizado: é preciso entender o comportamento do público-alvo para traçar um planejamento de comunicação que será eficaz para divulgar o evento assessorado.

Eventos estão inseridos, de maneiras múltiplas e diversas, tanto na rotina pessoal, quanto profissional do cotidiano. Em âmbito acadêmico, envolver-se com a organização deste tipo de atividade pode ser uma oportunidade de aprendizado e consolidação de conhecimentos.

A partir do que foi exposto, pode-se considerar que os trabalhos de divulgação do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes tiveram uma avaliação positiva: ao todo, resultaram em quase 300 congressistas, alcançando também bons níveis de engajamento nas mídias sociais e repercussão na imprensa da região onde a UFSJ está inserida.

A opção por mesclar estratégias de divulgação por meio das mídias digitais, bem como por meio de assessoria de imprensa, visando publicação de conteúdo jornalístico sobre o evento, também se demonstrou exitosa. As preferências, o comportamento e as rotinas sociais, mesmo durante um período pandêmico, são variadas. Desse modo, quando se trabalha com a divulgação de um evento, é preciso traçar maneiras diferentes, complementares e integradas de comunicação. Esse caso é percebido, principalmente, quando as matérias jornalísticas publicadas por sites e transmitidas por emissoras de rádio e *webTV* foram replicados como conteúdos das mídias sociais e do site institucional do I Congresso de Comunicação do Campo das Vertentes.

Todos os autores deste relato que, na ocasião da primeira edição do Congresso, fizeram parte da Comissão de Apoio e Divulgação, são egressos ou ainda graduandos do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ, cuja grade curricular não possui a disciplina de

“Organização de Eventos”, oferecida em cursos de Comunicação de outras instituições e, comumente, em graduações relacionadas a área de Turismo, Eventos ou Educação Física. Nota-se o emprego, no entanto, de conhecimentos vinculados, por exemplo, a unidades curriculares como “Assessoria de Comunicação”, “Comunicação Organizacional”, “Planejamento Gráfico”, “Oficina de Radiojornalismo”, “Oficina de Telejornalismo” e “Comunicação Digital e Webjornalismo”. Desse modo, sinaliza-se a participação na comissão organizadora de eventos, em específico do grupo dedicado para a divulgação, como uma experiência multidisciplinar e que oportuniza aprendizados importantes para os desdobramentos teóricos e práticos da formação de um profissional de comunicação.

Por fim, apesar de ter sido relatado o caso de um congresso específico voltado para à área de Comunicação Social, se espera que a experiência elencada pode ser utilizada para facilitar na organização de eventos com outras temáticas e públicos.

REFERÊNCIAS

Congresso de Comunicação das Vertentes: avaliação positiva. **UFSJ**. 01 jul 2021. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=8983> Acesso em 16 mai 2022.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de imprensa**: como se relacionar com a mídia. 5. ed. 1ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos**: procedimentos e técnicas. 5ª. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

MARTINUZZO, José Antônio. **Seis questões fundamentais da assessoria de imprensa estratégica em rede**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

TENAN, Ilka Paulete Svissero. **Eventos**. São Paulo: Aleph, 2002. – (Coleção ABC do Turismo).

CONTRIBUIÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA DIMINUIÇÃO DE ÓBITOS CONSIDERADOS SENSÍVEIS A AÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

Bruna Lorraine do Carmo Teixeira¹
Alessandro Arcanjo Reis Silva¹
Alexandra Fernanda Saraiva Paiva¹
Aline Martins Guimarães de Almeida¹
Heloyza Carvalho Pinto Ferreira¹
Jane Daisy de Sousa Almada Resende²

Resumo: O Agente Comunitário da Saúde desencadeia um serviço essencial para a sociedade, sendo responsável por atuar na prevenção e promoção de saúde da população, realizando visitas domiciliares, ouvindo os relatos da comunidade, identificando os problemas e agravos de saúde e informando a demanda da população à equipe do programa Estratégia de Saúde da Família. O objetivo foi abordar as atribuições do ACS sobre pacientes portadores algumas doenças sensíveis à ação da atenção básica da saúde como: *Diabetes Mellitus*, Hipertensão e indivíduos com propensão à infarto agudo do miocárdio e propor programas de capacitação voltados para estes profissionais referente as enfermidades citadas. A metodologia foi pesquisa de caráter quantitativo na base de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) de modo levantar número de óbitos por causas evitáveis à ação da Atenção Primária da Saúde. Como Resultado, foi observado que no município de São João Del Rei ainda possui mortes por causas sensíveis a ação Atenção Primária da Saúde como: *Diabetes Mellitus*, Hipertensão e Infarto Agudo do Miocárdio no ano de 2020 e assim, conclui-se que deve intensificar os treinamentos dos ACS, fazendo com que estes se reconheçam como profissional valioso na Rede de assistência à saúde e assim, fortalecer a esfera de prevenção, promoção e reabilitação em saúde.

Palavras-chave: Agente comunitário de Saúde. Treinamento. Óbitos.

1 INTRODUÇÃO

A contar de 1990, com a criação da Lei 8080 e com o início de uma trajetória de muito esforço e desafios para proporcionar e garantir o direito universal à saúde como dever do Estado, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi desenvolvido. E desde então, as famílias brasileiras vivem em uma comunidade acolhida pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pelo programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) e por isso, são atendidas e auxiliadas pelos Agentes

¹ 1 Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Mestre em Ciências Biológicas. Docente do Curso de Enfermagem (Projeto Integrador) do UNIPTAN.

Comunitários de Saúde (ACS), que servem de ponte entre os indivíduos e a assistência básica de saúde.

Apesar de, muitas pessoas não saberem o verdadeiro sentido e importância do trabalho realizado por um ACS, este profissional desencadeia um serviço essencial para a sociedade. Ele é responsável por atuar na prevenção e promoção de saúde da população, realizando visitas domiciliares, ouvindo os relatos da comunidade, identificando os problemas e agravos de saúde e informando a demanda da população à equipe do programa Estratégia de Saúde da Família. Ele se destaca pela capacidade de se comunicar com as pessoas e pela liderança natural que exerce (BRASIL, 2009).

De acordo com o ministério da saúde o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 80 como uma iniciativa de algumas áreas do Nordeste (e outros lugares, como o Distrito Federal e São Paulo) em buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades, investindo em atividades como realizar a descrição de famílias em base geográfica definida, a microárea, cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados, orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis, realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea, entre outras competências (SILVA, 2018) .

Por conseguinte, este artigo teve como objetivo abordar as atribuições do ACS sobre pacientes portadores algumas doenças sensíveis à ação da atenção básica da saúde como: *Diabetes Mellitus*, Hipertensão e indivíduos com propensão à infarto agudo do miocárdio e propor programas de capacitação voltados para estes profissionais referente as enfermidades citadas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 *Diabetes Mellitus*

Diabetes Mellitus decorre da falta de insulina ou da incapacidade de exercício adequado da insulina no organismo. É caracterizada por altas taxas de açúcar no sangue de forma permanente e pode ser causado por defeitos genéticos, doenças do pâncreas exócrino, induzida por drogas ou produtos químicos (SILVA, 1997).

É uma doença que acompanha a humanidade à milhares de anos, sendo considerada relevante problema mundial de saúde, principalmente no que se refere a mortalidade prematura, entretanto tem-se que considerar o número de pessoas afetadas, incapacidade e os custos

envolvidos no controle e no tratamento de suas complicações. Tendo em vista a mudança cultural no consumo alimentar e sedentarismo, a incidência desta doença vem aumentando principalmente nos países desenvolvidos (MONDINI; MONTEIRO, 1996).

O tratamento inadequado do diabetes, com hiperglicemia crônica, está associado a um risco aumentado de complicações e desfecho fatal (TEIXEIRA, *et al.*, 2020). Tendo em vista o tratamento para controle da diabetes ser longo e muitas vezes pela vida toda, os cuidados primários passam a ser essenciais para sua longevidade (GRAFFIGNA *et al.*, 2016).

Profissionais da enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS) são responsáveis pelo contato direto, sendo pontos focais na porta de entrada no acolhimento e atendimento de portadores de diabetes na linha de frente da atenção primária, entretanto, relatam uma educação formal limitada nesse cenário (VICENT, 2016).

2.2 Hipertensão

A Hipertensão, popularmente conhecida como “pressão alta”, é caracterizada pela pressão elevada do sangue nas artérias. A pressão arterial tida como normal de um indivíduo é 120 por 80 mmHg (milímetros por mercúrio), já no hipertenso, a pressão é maior ou igual a 140 por 90 mmHg. Sabe-se que os indivíduos portadores de hipertensão arterial têm maior risco para desenvolver doença arterial coronariana, além de frequentemente agregarem diversos fatores de risco cardiovascular (BRANDÃO, 2003).

Esta doença é de caráter hereditário, mas pode aumentar com o sedentarismo, idade, obesidade, alto consumo de sal, estresse, diabetes, tabagismo, entre outros. Com a hipertensão, o coração é prejudicado, uma vez que ele não recebe quantidade de sangue e oxigênio suficientes, e temos como principais sintomas a dor no peito, dor de cabeça, tontura, zumbidos no ouvido, visão embaçada, e fraqueza. Essa doença agravada pode resultar em infarto, acidente vascular cerebral (AVC) e insuficiência renal. O tratamento é feito pelo controle do peso, prática de atividade física e se necessário, realizar o uso de medicamentos por prescrição médica, como: diuréticos, inibidores da enzima conversor da angiotensina (ECA).

A Saúde da Família é uma estratégia de mudança do cenário assistencial e hospitalocêntrico, tendo a atenção básica como sua porta de entrada e busca ativa a pacientes para evitar óbitos por enfermidades evitáveis, como aquelas decorrentes da hipertensão arterial. Sendo assim, os ACS inseridos como parte integrante da Saúde da Família engloba ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, assistência aos agravos, recuperação e reabilitação.

Por essas características, tem um grande potencial para contribuir na melhoria da qualidade de

vida e consequentemente evitando mortes precoces decorrentes do não controle da pressão arterial (EYKEN; MORAES, 2009).

2.3 Infarto do Miocárdio

O Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) é um processo de mortes das células de uma região do músculo do coração decorrente e um coagulo que interrompe o fluxo sanguíneo de forma súbita e intensa (SARAIVA *et al.*, 2021).

A principal causa do infarto é a obstrução das artérias por conta da formação de placas de gordura em seu interior, isto leva o nome de aterosclerose. Quando a o rompimento dessas placas, faz com que tais sejam levadas e assim interrompendo o fluxo sanguíneo formando um coágulo, levando a diminuição da oxigenação das células do músculo cardíaco (miocárdio). A sintomatologia caracterizada por uma dor precordial em aperto direito à esquerda, irradiada para o membro superior esquerdo, de grande intensidade e prolongada (maior do que 2 minutos), que não melhora ou apenas tem alívio parcial com repouso ou nitratos sublinguais também pode haver irradiação para mandíbula, membro superior direito, dorso, ombros e epigástrico também é possível (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A pessoa que está a sofrer de IAM mostrasse agitada devido o desconforto precordial. A ausculta cardíaca pode revelar taquicardia (fator de pior prognóstico), sopros valvares (em virtude de disfunção valvar isquêmica) e terceira bulha (associada com insuficiência ventricular aguda) (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A classificação do IAM poder ser feita através de uma ordem pratica (Tabela 1). Com esta tabela, condutas são estipuladas, estima-se o grau de disfunção ventricular e determina-se o prognóstico do IAM.

Tabela 1. Classificação do Infarto Agudo do Miocárdio

Classificação clínica de Killip¹⁰

Killip 1: Sem evidência de congestão pulmonar

Killip 2: Estertores pulmonares, distensão venosa jugular ou terceira bulha

Killip 3: Edema pulmonar

Killip 4: Choque cardiogênico

Classificação hemodinâmica de Forrester¹¹

Forrester 1: IC >2.2 e PCP < 18

Forrester 2: IC >2.2 e PCP > 18

Forrester 3: IC <2.2 e PCP < 18 (correlaciona-se com infarto do ventrículo direito)

Forrester 4: IC <2.2 e PCP < 18

(IC = Índice cardíaco, PCP = pressão capilar pulmonar; aferido com catéter de Swan Ganz)

Classificação de Forrester modificada¹²

Classe 1: perfusão normal e ausência de congestão pulmonar

Classe 2a: perfusão normal, congestão pulmonar ao exame físico ou radiografia, sem dispnéia

Classe 2b: perfusão normal e congestão pulmonar com dispnéia

Classe 3: perfusão diminuída e ausência de congestão pulmonar

Classe 4: perfusão diminuída e presença de congestão pulmonar

Fonte: PESARO *et al.*, 2004.

2.4 Ética profissional

Dentre as atividades realizadas pela equipe de saúde da família, a visita domiciliar destaca-se por ser desenvolvida no território de atuação, mais especificamente no domicílio do usuário. O ACS é considerado um profissional diferenciado, pois sua atribuição principal é de realizar tais visitas buscando a melhoria dos seus atendimentos às famílias, ganhando a confiança e assim recebendo informações privativas dos membros e abordando todos os aspectos, como os fatores culturais e religiosos que possam influenciar no comportamento dos indivíduos com relação à saúde e a família (KEBIAN, 2014).

Sendo assim, são atividades dos ACS conhecerem o contexto social e identificarem as necessidades de saúde das famílias assistidas pela equipe, permitindo uma maior aproximação com os determinantes do processo saúde-doença, principalmente àquelas consideradas evitáveis pela atuação de seu trabalho (KEBIAN, 2014).

É fundamental respeitar as necessidades individuais, assim fica mais fácil esclarecer os procedimentos e transmitir segurança com um linguajar compreensível e adequado para quem não é especialista na área e favorecendo a qualidade do tratamento e acompanhamento (BRASIL, 2009).

Ter uma conduta ética no trabalho, seguindo padrões e valores, tanto da sociedade, quanto da própria organização, é essencial para o alcance da excelência profissional. A ética não quer dizer somente pela “boa intenção”, é preciso ter também o “bom pensar”, sendo assim descobrindo as fragilidades que nós seres humanos temos e buscar entender a realidade do

outro, pois é através disso que se adquire confiança e respeito. Com isto, espera-se de um bom profissional um bom relacionamento com a comunidade e que saiba trabalhar com diversidade de situações, com respeito, humanidade e sempre agir com a ética profissional, o que é de grande importância (FORTES; SPINETTI, 2004).

Embora tenha havido progresso nesse sentido, ainda há alguns obstáculos a ser superado e o grande desafio começa na formação acadêmica, que mostra a importância de uma abordagem com caráter humanizado. Os profissionais precisam ser preparados para enfrentar os problemas éticos, evidenciando-se a importância da formação em ética durante o processo educativo.

2.5 Comunicação

A comunicação na saúde diz respeito a estratégias de pesquisa e comunicação que podem informar e influenciar as decisões de indivíduos e comunidades para melhorar sua saúde. É uma área relevante cuja finalidade é informar sobre saúde, doença, exames médicos necessários, recomendar medidas preventivas e atividades de autocuidado para os pacientes, tendo que ser clara, compreensível e recordável. Sempre que essas necessidades não respondem adequadamente, há insatisfação com o comportamento do ACS e os pacientes avaliam negativamente a qualidade da assistência prestada, sendo essas avaliações importantes e influenciáveis (CARDOSO; NASCIMENTO, 2010).

Logo, o agente comunitário tem como função integrar a comunidade aos serviços de saúde e vice-versa, devendo atuar como facilitador da comunicação que se estabelece nesse processo (NUNES; ALMEIDA, 2002).

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado durante a disciplina de Projeto Integrador do 3º Período de Enfermagem do UNIPTAN, sendo realizada uma pesquisa de caráter quantitativo na base de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) de modo levantar número de óbitos por causas evitáveis à ação da Atenção Primária da Saúde como: Diabetes *Mellitus*, Hipertensão e Infarto Agudo do Miocárdio no ano de 2020 no município de São João Del Rei para ratificar a importância da atuação dos ACS com programas de identificação e controle.

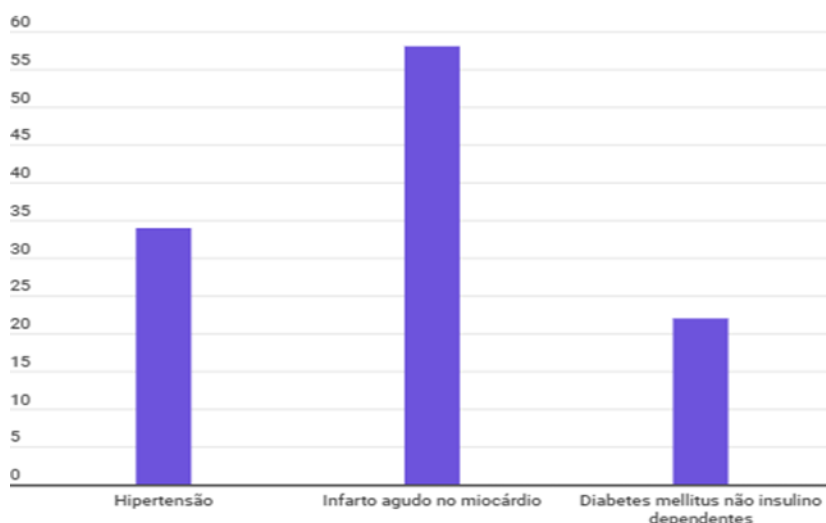
Em seguida foi sugerido, de acordo com os dados encontrados, um programa de

treinamento para os Agentes Comunitários de Saúde.

4 RESULTADOS

Com base em pesquisas realizadas no site DATASUS percebe-se ainda, um número de óbitos por causas evitáveis como: *Diabetes Mellitus*, Hipertensão, Infarto Agudo no Miocárdio no município de São João Del Rei no ano de 2020. Portanto, é se faz necessário a criação de programas de capacitação para que os ACS consigam realizar junto com a equipe de ESF estratégias que possam melhorar esses dados obtidos em 2020, conforme gráfico 1. Cabe ressaltar que a ocorrência do óbito por estas causas poderia não acontecer uma vez ser possível sua prevenção e/ou tratamento ou condição que o determina pela adequada atenção à saúde e tais dados caracterizam como um índice negativo da qualidade da atenção (MALTA *et al.* 2007).

Gráfico 1: óbitos em São João Del Rei por causas de Hipertensão Arterial, Infarto Agudo do Miocárdio e *Diabetes Mellitus* no ano de 2020.



Fonte: SIM/DATASUS

Segundo dados do site DATASUS em 2020 no município de São João del Rei obteve-se 21 óbitos “por residência” em indivíduos diagnosticados com *Diabetes Mellitus*.

Levando esse dado em consideração é de suma importância que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) auxiliem esses pacientes no controle e prevenção com o objetivo de trazer qualidade de vida e reduzir tais dados.

Com isso os autores deste trabalho viram a necessidade de criar o "DM em

Foco"(imagem 1) um programa de capacitação idealizado para os ACS poderem aprender mais sobre suas funções, entender sua importância na rede de atenção à saúde e orientar da forma correta seus pacientes com o intuito de promover a saúde.

O paciente se torna mais ativo no tratamento quando o vínculo com a equipe de saúde está fortalecida, portanto, o programa "DM em Foco" tem como finalidade valorizar o ACS na função de mobilizar o paciente para adesão ao tratamento, afinal é através dele que o paciente se aproxima da unidade básica de saúde.

Figura1: Logomarca idealizado para o programa "DM em Foco" pelos autores



Fonte: Elaborado pela autora do artigo Bruna Lorraine do Carmo Teixeira

O programa de capacitação pode ser realizado fora do horário laboral com no mínimo um encontro por mês para capacitar os ACS a orientar o indivíduo sobre a doença, suas consequências e as vantagens de aderir ao tratamento. Esse processo de educação deve ocorrer de forma contínua, gradativa, permanente, interativa e adequada, considerando as características do paciente através do atendimento individual.

Os materiais utilizados serão slides educativos sobre a *Diabetes Mellitus*(DM) e como o agente pode trabalhar com esse tema dentro das famílias com estratégias de acolhimento, explicando sobre o tratamento, medidas preventivas e como deve ser a adaptação ao novo estilo de vida aos recém diagnosticados. Afinal é o ACS que faz o intermédio da comunidade com a equipe.

Durante esses encontros serão ministradas palestras feitas por diversos profissionais de saúde que atuam de forma ativa na ESF como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e ACS de outras localidades para que haja uma troca de experiências e assim promover mais

saúde.

Ainda de acordo com o gráfico 1, em 2020, houve 34 óbitos “por residência” causados pela Hipertensão em São João del Rei. Sendo portanto, de suma importância a intervenção do Agente Comunitário de Saúde (ACS), com o intuito auxiliar no cuidado e prevenção. Com isso, é necessário a criação de um programa contra a doença, com a capacitação dos ACS referente a esta enfermidade e a conscientização de como eles devem agir para diminuir os casos em sua área de atuação, visando rastrear indivíduos hipertensos, até mesmo sem sintomas, a partir de 20 anos de idade, encaminhar os suspeitos para a consulta de enfermagem e posteriormente, para a consulta médica. No mais, acompanharem e verificarem o comparecimento dos pacientes às consultas agendadas, investigarem se há presença de sintomas cardiovasculares ou outras complicações, verificarem se o uso da medicação está regular, analisarem o cumprimento da dieta, acompanharem o estilo de vida do cliente. Podem ser realizados também, mutirões e palestras, contando com o apoio de enfermeiros e médicos, para mostrarem à população os sintomas, formas de prevenir, tratamento e riscos da Hipertensão e consequentemente, abordarem um maior número de pessoas e leva-las a terem um estilo de vida saudável. É de suma importância o acolhimento da comunidade pelos Agentes, para o efetivo cumprimento deste programa, pois o cuidado humanizado aproxima as pessoas e resultados satisfatórios.

Quanto as ações voltadas ao Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), de acordo com o gráfico 1, houve 58 óbitos por infarto agudo do miocárdio relatado no município de São Joao Del Rei. Logo é um município que necessita de estratégias educacionais para reverter esse quadro. Foi pensado na importância do agente comunitário de saúde (ACS) na identificação de pessoas com propensão a infarto agudo do miocárdio.

Costumes nocivos do dia-dia podem estar intrinsecamente ligado ao IAM, como uso excessivo de álcool, menopausa, uso de contraceptivos orais, hiperuricemia, taxa de fibrinogênio aumentada e outros. Portanto, se deve elaborar formas de políticas de saúde voltada para a prevenção de pacientes que possuem tal perfil, elaborando meios de capacitação de profissionais para uma melhor prevenção, principalmente de Agentes Comunitário de Saúde pensando em sua proximidade no atendimento primário com as famílias de seu território.

Em suma, faz se necessário a elaboração de um treinamento de caráter contínuo dos ACS em vista de sua importância no controle de novos agravos em sua área de atuação. O treinamento consiste em palestras explicativas com duração de até três horas, realizadas de dois em dois meses em local de melhor acessibilidade a todos, com conteúdo que promovem o conhecimento sobre a identificação de pacientes propícios ao infarto agudo do miocárdio e relatos dos próprios ACS ao final das palestras. A palestra deve ser conduzida pelo enfermeiro

ou enfermeira da equipe e um mapa da área deve ser montado identificando as casas onde se encontra pacientes em risco de IAM, este mapa deve ser atualizado em cada encontro, assim com este controle um plano plano de ação pode ser elaborado pela equipe da unidade na finalidade de diminuir a incidência de óbitos por infarto agudo do miocárdio.

É importante desenvolver programas de comunicação dentro da área da saúde, é impossível falar em educação sem levar em conta a comunicação e vice-versa. A comunicação é via de mão dupla, ou seja, todos os envolvidos numa situação de interlocução emitem sinais, enquanto ouve, uma pessoa mostra suas reações: sorri, franze a testa, se mexe, muda sua postura corporal... todos entendem esses sinais.

As atividades relacionadas à comunicação, foi sugerido duas vezes ao mês o acompanhamento de uma psicóloga durante as atividades para que possam ajudar e compreender o que os usuários buscam e o que os afetam de certa forma, podendo trabalhar a atenção ao emitir os referidos signos, pois pode criar um contexto muito desfavorável e bloquear o acesso do profissional à residência. Ressalta-se aqui como é complexa a relação de comunicação entre o profissional de saúde e a comunidade onde ele trabalha.

Ao finalizar as capacitações, estas deverão proporcionar dados essenciais para o planejamento, execução e avaliação das ações de prevenção, controle e tratamento destas doenças, bem como para estabelecer prioridades e, assim atingindo o objetivo esperado.

A prática profissional, proporcionando o desenvolvimento de sensibilidade e competência ética para a resolução desses problemas, é a única forma de garantir que os profissionais de saúde sejam efetivos e aplicados de forma ética, inclusive de forma mais efetiva em equipes multidisciplinares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo efetuado possibilitou uma análise das atribuições do ACS sobre pacientes portadores de *Diabetes Mellitus*, Hipertensão e com propensão à infarto agudo do miocárdio e levantou alguns projetos que estes profissionais podem adotar para tratarem os seus pacientes. Além disso, também permitiu uma pesquisa para obter dados mais consistentes e significativos sobre as doenças.

Nesse sentido, ter uma conduta ética no trabalho, seguindo padrões e valores, tanto da sociedade, quanto da própria organização, é essencial para o alcance da excelência profissional, desenvolvendo uma boa gestão e eficiência. Além disso, ressalta-se a importância de compreender elementos que vão além de práticas técnicas, como a instrução em saúde da

população, podendo gerir projetos e ações intervencionistas, visando o bem estar dos pacientes.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o conhecimento da equipe de Agentes Comunitário de Saúde sobre as doenças preponderantes entre os brasileiros e assim, buscarem formas de agilizar e qualificar o atendimento dos clientes. Ao identificar as patologias, os ACS deve reportar à ESF para que possam acompanhá-los e pensados a fim de levar a população a refletirem sobre os problemas das suas comunidades e tratá-los de uma forma conjunta, com outros indivíduos que lidam com o mesmo problema. Permitindo que os objetivos propostos fossem realmente alcançados, dentre eles, fortalecer a esfera de prevenção, promoção e reabilitação em saúde.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A. P., BRANDÃO, A. A., MAGALHÃES, M. E. C., POZZAN, R. Epidemiologia da hipertensão arterial. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo**. v. 13, p. 7-19, 2003.

BRASIL. Lei 8080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 1990; set 20

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. departamento de Atenção Básica. O trabalho do agente comunitário de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 84 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

CARDOSO, A. S.; NASCIMENTO, M. C. Comunicação no Programa Saúde da Família: o agente de saúde como elo integrador entre a equipe e a comunidade. **Ciências da Saúde Coletiva**, v.15 (Supl.1), p. 1509-1520, 2010.

EYKEN, E. B. B. D.; MORAES, C. L. Prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares entre homens de uma população urbana do Sudeste do Brasil. **Caderno de Saude Publica**. v. 25, n. 1, p. 111-123, 2019.

FORTES, P. A. C.; SPINETTI, S. R. O agente comunitário de saúde e a privacidade das informações dos usuários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1328-1333, 2004.

GRAFFIGNA, G. *et al.* The Motivating Function of Healthcare Professional in eHealth and mHealth Interventions for Type 2 Diabetes Patients and the Mediating Role of Patient Engagement. **Journal of Diabetes Research**, 2016.

ILVA, D. M. Atualização do cadastramento das famílias na Estratégia Saúde da Família: elaboração de um plano de intervenção. [monografia]. Montes Claros: Universidade Federal de Minas Gerais; 2018

KEBIAN, L.V.A, ACIOLI S. A visita domiciliar de enfermeiros e agentes comunitários de saúde da Estratégia Saúde da Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v.16, p.161-169. 2014.

MALTA, D.C, DUARTE, E.C, ALMEIDA, M.F. Lista de causas de mortes evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Epidemiol Serv Saúde**, v. 16, p. 233-244, 2007.

MONDINI, L., MONTEIRO, C. A. Mudanças no Padrão da Aumentação da População Urbana Brasileira. **Revista de Saúde Pública**, 1996.

NUNES, M. O.; TRAD, L. B.; ALMEIDA, B. A.; HOMEM, C. R.; MELO, M. C. I. C. O agente comunitário de saúde: construção desse personagem híbrido e polifônico. **Caderno de Saúde Pública**. v. 18, n. 6, p. 1639-1646, 2002.

OLIVEIRA, L. A. M. *et al.*. Cuidados de enfermagem ao paciente com infarto agudo do miocárdio: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of surgery and clinical research**, v. 28, n. 3, p. 77-79, 2019.

PESARO, A. E.; SERRANO JR, C. V.; NICOLAU, J.C. Infarto agudo do miocárdio: síndrome coronariana aguda com supradesnível do segmento ST. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, n. 2, p. 214-220, 2004;

SARAIVA, D. B.; SARAIVA, M. E. F.; NARDI, V. M. S.; SANTOS, R. S.S.; LIMA, L. R. Fatores de riscos relacionados ao infarto agudo do miocárdio: uma revisão de literatura. **EEDIC**. Quixadá, 2021

SILVA, O. J. Exercício em Situações Especiais. *In*: Crescimento, Flexibilidade, Alterações Posturais, Asma, Diabetes, Terceira Idade. Florianópolis: UFSC, 122p, 1997.

TEIXEIRA, E.; FERREIRA, D. S.; SILVA, L. P. R. Processo de trabalho de profissionais de saúde no contexto do diabetes *Mellitus*: educação permanente online como possibilidade. **REH-Revista Educação e Humanidades**, volume I, número 1, p.279-290, 2020.

VICENT, C. *et al.* Knowledge Confidence and Desire for Further Diabetes-Management Education among Nurses and Personal Support Workers in Long-Term Care. **Can J Diabetes**, v. 40, n. 3, p. 226–233, 2016.

PROFESSOR 5.0: MEDIADOR DE TECNOLOGIA 4.0, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO

Jaciane Kelly de Ávila¹
Katriane Stéfane Couto¹
Letícia Gonçalves Guimarães¹
Maria Eduarda Silveira Andrade¹
Rafaela Teixeira da Silveira¹
Patricia Peixoto Carneiro Viegas²

Resumo: O objetivo desse estudo foi compreender como as diversas ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas na educação, de forma que o professor desenvolva a competência da cultura digital nos alunos. Dessa forma, foram realizadas pesquisas teóricas acerca da utilização das tecnologias 4.0 na educação, bem como sobre a formação continuada de professores para o manuseio das mesmas. Para que o objetivo fosse atingido, foi realizado um curso para docentes da rede pública com a temática “armazenamento em nuvem”. Resultados da pesquisa apontam para a aprovação e necessidade, por parte dos professores, de ofertar de capacitações que envolvam o uso de tecnologias nos métodos de ensino. Conclui-se que é possível a utilização de algumas tecnologias 4.0, como o armazenamento em nuvens para uma Educação 5.0, isto é, que professores e estudantes se utilizem de tecnologias para o aprendizado, de forma crítica e empática.

Palavras-chave: tecnologia 4.0; competências socioemocionais; professor 5.0.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias podem ser concebidas de diferentes formas e fazem parte das nossas vidas cotidianas, consequentemente, elas não poderiam ser compreendidas longe dos processos educacionais. Ao considerar que determinadas ferramentas são parte integrante na educação, surge o questionamento: como os docentes conhecem e/ou utilizam as tecnologias? Como toda essa diversidade tecnológica pode ser aplicada à educação?

Sabe-se que historicamente, com o avanço das ferramentas tecnológicas, aumentaram

¹ Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Voluntária no Programa Institucional de Iniciação Científica do UNIPTAN.

² Mestre em Educação. Docente do Curso de Pedagogia do UNIPTAN. Orientadora do Programa Institucional de Iniciação Científica do UNIPTAN.

E-mail para contato: patricia.viegas@uniptan.edu.br.

também as mudanças na sociedade. O maior acesso às informações, o surgimento de máquinas robóticas que substituíram o trabalho braçal, a maior capacidade de armazenamento de dados e tantos outros avanços foram refletidos na educação, ocasionando transformações nos seus métodos e no público que ela atende. No entanto, uma grande parte de instituições escolares, principalmente da rede pública, não acompanhou o desenvolvimento e as mudanças causadas pela chegada das novas tecnologias. Nos dias atuais ainda há pouco acesso a essas ferramentas, como também, infraestrutura inadequada para o trabalho com elas.

Partindo dessa realidade, este artigo propõe um entendimento sobre as tecnologias 4.0 na educação pública. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo formular estratégias em que o professor possa ser mediador da competência da cultura digital, nos educandos, juntamente com as competências socioemocionais, na Educação 5.0. Acredita-se que, ao conhecer como estão inseridos os professores na realidade tecnológica, pode haver um estreitamento entre teoria e prática, e a utilização das tecnologias podem ser evidenciadas, mesmo com pouco acesso a recursos diversificados.

Para que o objetivo fosse atingido, primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do uso das tecnologias 4.0 na educação e sobre as competências socioemocionais.

Quanto à organização, o artigo se divide da seguinte forma: o primeiro capítulo encontra-se uma discussão a respeito das tecnologias na educação brasileira, mais especificamente sobre as desigualdades no acesso a recursos digitais e a relação com a formação de professores e as tecnologias 4.0 na educação.

No segundo capítulo é ressaltado sobre as competências gerais que abrangem as competências socioemocionais trazidas pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) juntamente compromissada com a formação integral dos alunos. Em continuidade, no terceiro capítulo, dá-se a importância da formação continuada de professores para a utilização das tecnologias digitais na educação de forma significativa e adequada a realidade tecnológica da atualidade.

Mais adiante, no quarto capítulo, a discussão se volta para o armazenamento em nuvem, ferramenta esta que é parte integrante de um tipo de tecnologia 4.0. Nesse capítulo também é apresentado os métodos que foram utilizados para a elaboração e aplicação de um curso de formação continuada sobre o armazenamento em nuvem para professores da rede pública. Em continuidade, são analisados os dados e informações coletadas durante determinado curso.

Finalmente, na quinta parte, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

Busca-se aprofundar a discussão a respeito da temática, como também, colaborar para a efetiva

utilização das tecnologias 4.0 em ambiente escolar.

2 TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Um dos principais problemas enfrentados no Brasil é a desigualdade social. Com o processo de desenvolvimento no país, condições extremas de desigualdades econômicas e sociais estão sendo evidenciadas, estas que refletem, especialmente, sobre a qualidade de vida da população.

Um fenômeno que agrava esse quadro de desigualdade é o surgimento das tecnologias já que elas provocam um novo tipo de exclusão: a exclusão digital. Determinado fenômeno é ocasionado pela distribuição desproporcional do acesso a computadores e a internet. No ambiente escolar essa realidade é ainda mais reforçada, tanto pela falta de acesso às tecnologias pelos docentes, como também os diferentes contextos dos estudantes da rede particular e pública.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), teoricamente, poderiam reduzir a pobreza e a desigualdade, porém, na prática a dinâmica social funciona em sentido inverso: aumentam a exclusão e as desigualdades sociais. As TICs podem propiciar um grande desenvolvimento em diferentes áreas, mas também podem contribuir para aumentar o índice de exclusão social no país. Todavia, vale lembrar que não são somente as TICs que são responsáveis pelo aumento da exclusão social, tal fato também é fomentado pela combinação entre a falta de meios econômicos, de isolamento social e de acesso limitado aos direitos sociais e civis.

De acordo com Moran (2004), as TICs podem contribuir para a exclusão digital por que o mercado fica cada vez mais restrito, e aquele que não tiver o mínimo domínio na utilização dos programas de computação ou dos novos meios eletrônicos, pode se considerar descartado. Assim, no âmbito escolar, pensando nos personagens do processo de ensino e de aprendizagem, tanto os docentes quanto os discentes podem ser afetados por esse fenômeno já que ambos podem carecer de conhecimento, ferramentas ou até de oportunidades para fazer das TICs parte do seu dia a dia.

A inclusão digital em sociedades marcadas pelas consequências do capitalismo é desafiadora, mas não impossível. É necessário que haja ainda mais políticas de inclusão digital e maiores esforços relacionados a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e comunicação, reduzindo assim, as desigualdades sociais.

E ainda, para que a educação tecnológica seja eficaz nas escolas, é preciso que os

professores tenham acesso, desde a graduação, a ferramentas que os preparem para conduzir aulas em que possam manuseá-las de maneira efetiva. Por vezes, haverá resistência relacionada as mudanças, principalmente quando se trata de tecnologia, no entanto, profissionais bem preparados não terão dificuldades em elaborar aulas em que há utilização desses meios digitais.

As escolas também podem contribuir para que os professores estejam sempre aperfeiçoando suas técnicas pedagógicas e tecnológicas através de capacitações, ou oportunizando que os docentes participem de congressos, workshops, palestras, cursos EAD e presenciais, dentre outros. Quando a escola abre espaço para que esses eventos sejam frequentados pelos professores, dá-se um passo para inclusão.

Dessa forma, o professor que se capacita para utilizar as TIC's irá inovar suas práticas pedagógicas, já que ele terá a habilidade de utilizar uma ferramenta digital que pode auxiliar no seu trabalho tanto dentro, quanto fora da sala de aula. Entretanto, deve haver o cuidado para não reprisar uma educação tradicional, utilizando-se de tecnologias.

Portanto, percebe-se que o educador se torna ainda mais capaz de enfrentar os desafios que a educação atual apresenta quando ele busca se capacitar e participar de cursos de formação continuada que provoca o assertivo uso de tecnologias no seu trabalho pedagógico, como também, que engaja ainda mais os educandos com as diferentes ferramentas digitais. A ideia é que as tecnologias, que são cada vez mais atrativas, façam parte da aprendizagem e facilitem o trabalho e a vida tanto do professor, como a do estudante.

2.1 TECNOLOGIA 4.0, PARA UMA EDUCAÇÃO 5.0

A possibilidade de armazenamento de informações, ao longo dos últimos anos, alterou completamente as estruturas da sociedade. Na compreensão de como a informação transformou a sociedade, autores como Santos e outros autores (2019) e Junior (2020) apresentam didaticamente essa divisão de sociedade. Veja:

Na sociedade 1.0, as informações eram verticalizadas, isto é, na escola havia um detentor do conhecimento, geralmente o professor, que o transmitia para seus alunos. A inserção dos primeiros computadores no ambiente escolar, já é o advento de uma sociedade 2.0. Com a potencialidade de fazer grandes bancos de dados, adentramos na educação 3.0, onde ter acesso às informações possibilitam melhores tomadas de decisão; um conhecimento pode-se dizer, científico.

A educação 4.0, está associada a ideia de uma indústria 4.0, em que as linguagens de programação e de robótica, permitem que o indivíduo seja educado para fazer um trabalho

intelectual, ao invés do braçal, onde o homem “controle” as máquinas.

Por fim, a Educação 5.0 é aquela que torna possível a operacionalização das tecnologias existentes, como, por exemplo, a internet das coisas, impressão 4D, Inteligência Artificial, Computação em nuvem, *Big data*, etc (tecnologias 4.0), de modo humanístico, ecológico e artístico. Vale ressaltar, que não necessariamente todas as instituições escolares estão em uma Educação 5.0, pelo contrário, as escolas encontram-se em momentos diversos (educação 1.0, 2.0, 3.0, 4.0, 5.0).

Desta forma, quais habilidades e competências os professores tem que ter para uma educação 5.0? As escolas de educação básica representam uma heterogeneidade de didáticas. Alguns professores mais adeptos às tecnologias, outros nem tanto. Além disso, existe a dificuldade da própria estrutura, em relação as tecnologias, da maioria das escolas, principalmente da rede pública. E, ainda, tem-se a falta de acesso e de letramento digital por parte de alunos e de professores.

Um dos desafios é, justamente, a quebra do paradigma do individualismo, a partir da compreensão da inteligência coletiva, do processo colaborativo, conforme preceituou Pierre Lévy (1999), na introdução do conceito cibercultura na década de 1990, ao tratar de comunicações e que ainda é tão pouco explorado em algumas instituições escolares.

Assim, há a preocupação de compreender o processo de ensino, observando as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular, as habilidades tecnológicas e as atitudes humanísticas, na Educação 5.0. É evidente que há educação de ponta em muitas escolas de iniciativa privada e, alguns projetos isolados, na rede pública, que já conseguem consolidar essas competências, habilidades e atitudes. No entanto, a realidade e o acesso ainda são desafios a serem enfrentados pelas comunidades escolares.

A Educação 5.0 pode ser compreendida, então, como o acesso às informações, que é permitido pelas tecnologias, aliado ao processo centrada nas questões humanas. Pode-se considerar, por exemplo, a Inteligência Artificial, a Realidade Aumentada aplicados a educação. E o professor 5.0 é, nesse momento, o articulador da aprendizagem centrada na pessoa e com uso crítico dos meios a que tem disponível.

O professor, muitas vezes, é a referência de seu alunado. E, na busca de uma sociedade menos individualista e mais humana, preocupa-se com uma educação que consiga conciliar tecnologia e empatia, em busca de uma sociedade mais justa e humana, uma educação 5.0.

O que importa dizer que, mesmo com recursos mais simples, como computadores e o acesso à internet, já é possível a construção de uma linguagem de programação, por exemplo, que constitui uma das tecnologias 4.0. A ideia é que, entender os recursos disponíveis, mas

também, o quanto o professor está disponível para esses recursos.

Mais uma vez, o conceito de Educação 5.0 pressupõe o uso de tecnologias 4.0 que facilitem a vida dos trabalhadores (SANTOS, OLIVEIRA, CARVALHO, 2019; JUNIOR, 2020). Então, as tecnologias a internet das coisas, impressão 3D, Inteligência Artificial, Computação em nuvem, Big data, já podem ser observadas na educação?

Alguns exemplos da tecnologia 4.0 aplicada a educação, são: a internet das coisas, que permite a acessibilidade, a segurança e o desperta o interesse, como é o caso de alguns aplicativos, que podem monitorar os alunos, facilitar a aprendizagem no ensino híbrido ou a distância.

A Inteligência Artificial, neste mesmo sentido, a possibilidade de personalização do ensino através de um ambiente colaborativo; a sala de aula invertida, pode ser um grande exemplo, em que os alunos, a partir de um material planejado pelo professor, utilizam o espaço da sala de aula para esclarecimento de dúvidas dos exercícios. Ou seja, o professor, nada mais é que, um grande mediador do processo de ensino e em uma aprendizagem ativa pelos alunos (MORAN, 2007).

Por sua vez, a computação em nuvem “arquivos e outros dados relacionados, não precisam mais estar instalados ou armazenados no computador do usuário ou em um servidor próximo, esse conteúdo passa a ficar disponível nas ‘nuvens’, isto é, na internet” (GONÇALVES, 2017, p. 4).

Portanto, observam-se algumas possibilidades de utilização de tecnologia 4.0, em diferentes realidades escolares. Muitas vezes, o que é necessário é o acesso a internet e um computador ou dispositivo móvel.

2.1.1 Computação em Nuvem

Segundo Gonçalves *et al.* (2017)

com a chegada da Computação em Nuvem, houve novos avanços no processo de ensino aprendizagem, como a tecnologia que possibilita a escrita colaborativa, onde vários autores conseguem ao mesmo tempo participarem do processo de elaboração de textos, sem a necessidade de sair da sua residência, precisando apenas de ter acesso à internet.

Ressalta-se o requisito do acesso à internet para utilização desse recurso. Existem políticas públicas que fornecem a escola acesso a internet. Mas, o interessante desse recurso que as pessoas podem acionar um arquivo síncrona e assíncronamente. Assim, a possibilidade de escrita colaborativa é a possibilidade de mais de uma pessoa participar da criação do arquivo.

O armazenamento em nuvem pode ser uma forma de segurança para não perder o arquivo, existem contas gratuitas ou pagas e pode ser utilizada para diferentes arquivos (documentos, música, fotos, etc.)

A educação em nuvem possibilitou a disseminação da educação e do conhecimento de maneira bastante abrangente geograficamente, se tornando um serviço de fácil acesso para alunos e professores, onde são oferecidos serviços que contribuem de uma maneira bastante significativa no processo de ensino aprendizagem (GONÇALVES *et al.*, 2027, p.5).

Conclui-se que, a computação e o armazenamento em nuvem é uma tecnologia 4.0 interativa e que pode ser explorada para um ensino de forma colaborativa.

2.1.2 Competências Sócioemocionais

Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada a Resolução CNE/CP nº 2 que instituiu a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil até o ensino fundamental na Educação Básica. Determinado documento, de caráter normativo, contém conteúdos e objetivos que devem ser, obrigatoriamente, desenvolvidos ao longo do período de escolarização, respeitando as especificidades regionais.

Também, o documento mostra-se de forma compromissada com a educação integral, isto é, que seja garantido o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, sejam elas físicas, intelectual, social e emocional. A importância da educação integral também é comentada por Morin (2000, p.15) que apresenta a ideia de que “o ser humano é um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano”.

Assim, a Base estabelece competências gerais e específicas para as diferentes áreas do conhecimento. No documento é definida competência como “[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2017a, p. 8).

As competências gerais abrangem as chamadas competências socioemocionais, no entanto, por mais que elas apareçam no documento normativo, não há um aprofundamento a respeito delas, nem tampouco sugestões de como estas podem ser trabalhadas nas instituições escolares. Determinadas competências têm sido bastante discutidas na atualidade devido ao perfil de aluno que deseja construir para o século XXI, como também, elas podem ser uma

alavanca para o desenvolvimento cognitivo, ou seja, elas podem promover uma melhor aquisição dos conteúdos curriculares e, conseqüentemente, elevando a possibilidade de sucesso no mundo profissional e de estudos que vão além da Educação Básica.

De acordo com a BNCC, para que haja uma educação integral, é necessário que haja desenvolvimento de aspectos emocionais, sociais, pessoais, cognitivos e físicos, pressupondo assim, que a ênfase do ensino em conteúdos e disciplinas não é o caminho para a formação integral do aluno. Sendo assim, há necessidade de uma formação adequada aos professores dos tempos atuais. É preciso que eles sejam aptos a colocar em prática novas propostas que contemplem aprendizagens que são essenciais para os alunos do século XXI. O educador precisa de uma formação mais sólida, na qual ele possa utilizar recursos que atende a realidade que ele atua, visando assim, a formação integral do aluno.

Por isso, se faz importante a oferta de cursos formação continuada e capacitações docentes que visam formas de executar as competências socioemocionais dentro da sala de aula. Também, cabe às instituições escolares promover iniciativas que busquem um diálogo e efetivação de projetos que adotam práticas que abrangem o trabalho com essas competências, dessa forma, irá promover uma educação de qualidade e melhorar a aprendizagem dos alunos.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CULTURAL DIGITAL E NA BNCC

A Revolução Industrial, em 1917, foi um marco para a história, pois foi a partir dela que o trabalho manual foi sendo substituído pelas máquinas. E desde então, a evolução tem sido constate e a tecnologia tem estado cada vez mais presente na realidade do século XXI.

No atual contexto, a tecnologia, os meios eletrônicos, são parte da vida das pessoas desde a infância. As crianças nascem predispostas a aprender a manusear esses aparelhos, a identificar as informações e, assim, se adaptam facilmente ao uso dos mesmos. Dessa forma, eles são chamados de “nativos digitais” crianças e adolescentes da nova geração, definidos com essa nomenclatura pela primeira vez em 2001 por Marc Prensky professor e educador, caracterizando então, uma geração rápida, marcada pela evolução e, pelo aprendizado fácil e contínuo, por meio de ferramentas que auxiliam qualquer atividade do meio em que se está inserido.

Partindo desse pressuposto, é imprescindível ressaltar que as tecnologias de informação e comunicação são fundamentais para o presente, ou seja, elas contribuem e são necessárias para viver em meio à realidade da atualidade. Hoje, não basta apenas ser letrado cognitivamente, mas também, virtualmente, vencendo assim o chamado “analfabetismo digital”.

Aprender a usar as tecnologias é um passo para um aprendizado significativo, o qual propicia mais oportunidades, habilidades a serem desenvolvidas e uma “mente aberta” para novas possibilidades em busca de novos conhecimentos, o que remete à educação.

Assim como o mundo vem evoluindo, a educação deve caminhar juntamente com essa evolução, visto que, o público-alvo, ou seja, os educandos, estão preparados e familiarizados com o uso das tecnologias. Eles vivem em meio a elas e alguns já as veem como uma forma não somente de entretenimento, mas também, como uma fonte auxiliar para o aprendizado.

Ainda nesse contexto, se faz necessário o trabalho do professor em meio à cultura digital. Existe, de fato, uma resistência com relação ao uso das tecnologias na escola, mas isto se atribui, também, à estrutura e a não formação e capacitação dos docentes, pois não se trata somente de inclui-las na matriz curricular, mas sim, de saber se os professores estão preparados para aplicá-las, e isso, nem sempre acontece. Os educadores não possuem um incentivo ou disciplinas que os ensinem a trabalhar diretamente com tecnologia ainda na graduação. Essa disciplina passa como as demais, mas não é suficiente para que posteriormente o educador saiba como trabalhá-las e aplicá-las em sua ação docente.

A escolha de entender mais e aprender sobre as TIDC's (Tecnologias Digitais de Informação e da Comunicação), é algo pessoal. Aquele professor que escolhe aprender um pouco mais para assim ensinar, busca cursos e capacitações por conta própria, visto que, isso não é ofertado pelas instituições governamentais e pelas escolas.

Entretanto, a cultura digital é parte da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), ela é uma das competências que devem ser trabalhadas na escola. Essa base que é um padrão seguido por toda a educação, reforça a importância de se compreender e aplicar as tecnologias de forma significativa, reforçando assim, que o educador da atualidade deve se preparar para ensinar se adaptando a essa “exigência” que, pode contribuir grandemente para uma aprendizagem eficaz, inclusiva e atraente para os discentes, por se tratar de algo que eles já possuem uma facilidade de entendimento e implementação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz como a quinta competência a cultura digital, sendo materializada em nossa sociedade pelo uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Tal fato gera como urgência a necessidade de discussões a respeito das propostas desse documento para a educação e como se dá o uso de tais tecnologias na prática docente. (LÁZARO, A. C. *et al.*, 2020, p.1)

É notório que, aqueles que sabem manusear as ferramentas tecnológicas se encontram mais familiarizados e aptos para ensinar e lidar com os desafios propostos pelas mesmas e, foi baseado nesse intuito que a BNCC optou por incluir uma competência que aborda esse universo,

o qual auxilia em todas as demais áreas do conhecimento e nos componentes curriculares.

Contudo, não se trata somente da formação do professor, para que a cultura digital seja trabalhada de forma significativa, as instituições de ensino também precisam assegurar infraestrutura para as salas e laboratórios, mas tendo-se consciência de que, esses recursos também são assegurados pela ajuda dos órgãos governamentais que devem ser parceiros para que essa inovação na aprendizagem funcione de forma efetiva para todos.

A partir dessa construção, os educadores ficam responsáveis por possibilitar a qualidade dos recursos e materiais os quais os alunos vão usar, assim como, a capacitação para conseguir auxiliá-los no processo, sendo o professor o mediador de toda a aprendizagem, pois ele não será substituído, no entanto, somente poderá contar com uma ferramenta que vai contribuir para a aprendizagem de novos conhecimentos e informações.

Os principais resultados indicam que ainda é um desafio a aplicabilidade da cultura digital na prática dos professores, necessitando de formação continuada para que tenham maior autonomia e possam atuar de forma mais crítica e reflexiva, visando trazer novas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem. (LÁZARO, A. C. *et al.*, 2020, p. 1)

Dessa forma, o objetivo principal da competência 5 da BNCC, a cultura digital, é “trazer a tecnologia como ferramenta de desenvolvimento pedagógico, onde o estudante deve aprender a utilizar a tecnologia de maneira significativa, reflexiva e ética” (PLANETA EDUCAÇÃO, 2019). Ou seja, não se trata somente de inserir a tecnologia, mas sim, de trabalhá-la de forma crítica, de maneira que as crianças possam levar seu conhecimento prévio para a escola, visto que, as mesmas já nascem inseridas nesse meio, e assim, também possuem seus conhecimentos, informações e aprendizados. Além de conduzi-las para uma prática ética e crítica em relação ao uso das TDICs.

Sabe-se que, não é fácil adequar as escolas a essa realidade, devido à falta de recursos e estrutura. Porém, como se trata de uma competência geral da BNCC, segue-se a regra do órgão responsável para que isso seja implantado. Mas, o mais importante é que o educador esteja apto para auxiliar seus alunos nessa trajetória.

Portanto, reforça-se a importância da formação para os mesmos, pois, serão eles os responsáveis por provocar essa evolução necessária na educação a qual já acontece em muitos países, mas ainda, é um processo gradativo no Brasil. Ou seja, importante é que a escola se adeque às normas da BNCC e utilize a tecnologia da melhor forma na construção de conhecimento dos alunos. Essa construção é a base.

Inicialmente foi feita uma busca, em 15 de fevereiro de 2021, nas seguintes plataformas: Capes periódicos, Scielo e Google Acadêmico, dos seguintes termos: “Educação 5.0”; “Professor 5.0”. E, constatou-se que ainda é uma área de estudos relativamente nova. Já que apenas foram encontrados 10 documentos, em diferentes tipos (livros, artigos, anais de congresso), e apenas no Google Acadêmico. Demonstrando a urgência na pesquisa do tema.

São várias as tecnologias 4.0 existentes atualmente e que podem agregar de maneira assertiva e qualitativa o processo de ensino/aprendizagem. Antes da pesquisa ser direcionada para o armazenamento em nuvem foram estudadas outras tecnologias 4.0. E, optou-se pelo aprofundamento desta ferramenta por ser mais básica e acessível.

Durante a Iniciação Científica do Centro Universitário Presidente Tancredo Neves, que ocorreu no ano de 2021, ocorreram reuniões virtuais nas quais houve debates, compartilhamento de informações de leituras prévias de artigos e documentos. Também, houve divisão e temas distintos para melhorar aprofundamento e visualização das tecnologias 4.0 aplicadas à educação.

A escolha do método de armazenamento em nuvem se deu devido a todo contexto em essa pesquisa se insere. Através dessa tecnologia têm-se acesso a muitas maneiras de armazenar, compartilhar, conectar pessoas e ainda é uma tecnologia de fácil acesso a todos tanto fora como dentro do contexto escolar. Dessa forma, foi-se construída uma oficina para trabalhar sobre essa ferramenta e ainda ensinar maneiras práticas e fáceis de utilizá-la no cotidiano dos professores.

A oficina foi ofertada para professores de escola pública estadual de Minas Gerais, com o convite direcionados às escolas alocadas na 34ª Superintendência Regional de Ensino. A oficina foi ofertada pelo Google Meets, em um dia, com duração de 2 horas. Contou com 16 inscritos e participaram efetivamente no dia com 5 (cinco) profissionais.

No decorrer da oficina, apresentou-se de maneira teórica o conceito de armazenamento em nuvem, alguns exemplos de plataformas que oferecem esse serviço e pontos positivos e negativos a respeito de seu uso. Também, ocorreu o momento de explicação mais prática onde foi possível compartilhar a plataforma aberta no navegador e mostrar seus recursos e funcionalidades.

Portanto, diante da necessidade, quase que pulsante, de conhecer e implementar a Educação 5.0, no contexto educacional brasileiro, baseado não só no aspecto operacional das tecnologias digitais, mas também numa perspectiva humanista e crítica, pretendeu-se, a partir da oficina a professores da rede pública estadual, conhecer como estão inseridos os professores nesta realidade tecnológica básica e propor uma estreitamento entre teoria e prática.

4.1 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS APÓS CURSO

Após a oficina realizada de Armazenamento em nuvens, realizamos um questionário os participantes, que consentiram em respondê-lo por meio do Google Forms.

Foram cinco professores presentes da rede pública estadual regular de ensino, sendo três deles de São João del Rei e outros dois das cidades de Ijaci e Ibituruna. Constatou-se primeiramente que todos tiveram alguma dificuldade para se adaptar ao ensino remoto e que a pandemia do Coronavírus foi, de certa maneira, o que os impulsionaram a sair de suas zonas de conforto e investirem em ideias que facilitassem a aprendizagem dos educandos.

Todos os educadores acreditam que devem se aprofundar no conhecimento sobre as tecnologias, porém quarenta por cento (40%) alegaram não ter tido acesso a uma preparação adequada nas universidades que estudaram, o que nos leva a pensar que talvez seja por esse motivo a grande dificuldade de adaptação com o ensino remoto na pandemia, eles não foram corretamente preparados para inovar tecnologicamente.

Segundo escritos de Natália Flores e Ana Arnt (2020, s. p.)³ para um blog da Universidade de Campinas:

Ainda que seja uma solução interessante para aproximar alunos e professores, o uso de plataformas virtuais e atividades escolares a distância coloca luz sobre a desigualdade de acesso a tecnologias de comunicação e informação – e pode aprofundar o abismo social da educação no Brasil.

As dificuldades de acesso as tecnologias, principalmente em escolas públicas muitas vezes fazem do ensino tecnológico uma realidade distante em muitas regiões do Brasil e do mundo. Diante dessa situação, oitenta por cento (80%) dos educadores que participaram do curso e preencheram o questionário afirmaram ser possível a introdução de tecnologias nos meios escolares, mas, se considerado a desigualdade social, seria algo que poderia ser

³ Disponível em: Desigualdade social e tecnologia: o ensino remoto serve para quem? - Especial COVID-19 | Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN. Acesso: 25. Mai, 2022

implantado de forma parcial apenas, ou seja, em alguns lugares seria inviável devido as condições precárias de infraestrutura e economia.

Por outro lado, acreditam ser possível, conciliar suas atuais práticas com a tecnologia, ainda que tenham alguma dificuldade, o que é nítido principalmente pela falta de capacitação docente que os ajudem a aprimorar suas práticas de ensino, mas concordam totalmente que as tecnologias fariam toda a diferença na qualidade do ensino. Esse pensamento faz parte da realidade de diversos professores, que devido à falta de capacitação, infraestrutura tecnológica, de tempo e condições financeiras, não aprimoram suas técnicas e deixam dominar a prática tradicional de ensino.

No que diz respeito ao que chamamos de memória digital, que é aquela que nos possibilita lembrar de qualquer assunto a qualquer momento, a maioria dos educadores (80%), acreditam que a mesma auxilia em seu planejamento, pois com isso podem pesquisar em ferramentas digitais, como o Google, por exemplo, qualquer assunto sobre as mais diversas épocas e, assim, levar com precisão as informações para seus alunos, levando em conta a confiabilidade das fontes.

No entanto, oitenta por cento (80%) dos educadores que responderam à pesquisa, disseram que encontram algumas dificuldades para consolidar as competências da cultura digital com os alunos e outros vinte por cento (20%), afirmaram que encontram muitas dificuldades em consolidar tais competências.

Esse problema pode estar relacionado ao fato de as escolas onde esses educadores trabalham não serem bem equipadas ou não oferecerem o acesso livre ao ensino tecnológico, como aponta a pesquisa onde oitenta por cento (80%) dizem que a escola onde trabalham, é parcialmente adequada ao ensino tecnológico e outros vinte por cento (20%) afirmam que a escola não é capacitada.

Por consequência desses fatores, sessenta por cento (60%) dos professores entrevistados acreditam que não é tão fácil colocar em prática as tecnologias, o que é um número bem expressivo e nos traz um alerta sobre o desenvolvimento tecnológico da educação nas escolas, principalmente escolas públicas que, na maioria das vezes, não têm a assistência adequada.

Todos esses professores se posicionaram a favor de capacitações profissionais para a introdução do ensino tecnológico nas escolas, mas a maioria acredita que só isso não seja o suficiente, fato este que demonstra a insegurança e apatia dos profissionais da educação em relação a esse modelo de ensino.

Apesar de concordarem que a pandemia foi uma forma de saírem da zona de conforto e buscarem informações para o uso de tecnologias que facilitassem o ensino, oitenta por cento

(80%) dos educadores acreditam que as mesmas favorecem o ensino apenas em partes, isso porque ao mesmo tempo que as tecnologias foram primordiais nesse momento de afastamento social, o mau uso delas pode se transformar em dificuldades que prejudicam tanto os professores quanto os alunos.

Ao final da entrevista deixamos um espaço livre para eventuais comentários, críticas e sugestões e estes foram nossos feedbacks:

“A formação de qualidade dos docentes devem passar por uma infraestrutura na qual permita-os aprimorar suas práticas de ensino e aprendizagem.

Parabéns pela capacitação.

Se a tecnologia na educação for usada pelos alunos do jeito que foi, não terá uma aprendizagem de forma correta.

Sempre é bom aprender! Gostaria de participar de outras capacitações.

Gostaria de agradecer ao grupo pela oportunidade, e de parabenizá-las pela iniciativa.”

Nos chamou atenção um comentário em especial que diz: “Se a tecnologia na educação for usada pelos alunos do jeito que foi, não terá uma aprendizagem de forma correta. “A fala deste educador nos remete ao fato de que, possivelmente, alguns alunos usaram a tecnologia na educação de forma desordenada como, por exemplo, para obter respostas de avaliações e conseguir trabalhos prontos. Esta não é a essência do ensino tecnológico, já que o principal objetivo deste é auxiliar o processo de aprendizagem e incentivar a pesquisa corretamente e não trazer respostas prontas.

5 CONCLUSÃO

O estudo e a prática deste projeto nos propiciaram uma experiência muito satisfatória, na qual foi possível aplicar tudo o que havíamos trabalhado a partir da leitura de artigos, livros relacionados às tecnologias 4.0, o papel do professor nesse contexto e, também, por meio das nossas reuniões. Nelas, tratávamos sobre a importância não só da implantação das tecnologias na educação, mas também, de sua validação como um importante e valioso recurso para a aprendizagem.

A partir da pesquisa realizada foi obtido um resultado significativo com relação a aplicação da temática com os docentes da rede regular de ensino, devido ao notório interesse e participação dos mesmos no curso ministrado pelas acadêmicas. Foram apresentados a eles duas tecnologias distintas, o google formulário e o armazenamento em nuvem, após uma introdução

sobre o professor 5.0 e sua importância na mediação da aprendizagem. Acreditamos que, isto foi de suma importância para que eles percebessem a fundamentalidade do seu papel no ensino, mesmo com a inserção das tecnologias, fato este que foi também reforçado por nós, sobre os educadores não serem substituíveis nesse e em nenhum processo.

Ainda nesse contexto, é imprescindível ressaltar que somente a implementação das tecnologias na educação não é o suficiente. Se faz necessário a capacitação dos professores, assim como, o interesse dos mesmos em usar desse recurso como uma ferramenta que irá facilitar e inovar e prática pedagógica, além da estrutura dos laboratórios de informática das instituições de ensino e acesso à internet de qualidade.

Estes foram alguns dos fatores elencados e discutidos por nós em nosso estudo e, foi o que também buscamos levar de encontro aos educadores. Dessa forma, chegamos ao nosso objetivo, uma vez que levantamos esta importante pauta e alcançamos a atenção dos mesmos, para a fundamentação de um novo ensino, dentro do que hoje é possível na prática de cada um deles.

A realização da intervenção, apoiada pelos materiais estudados, foi uma maneira de evidenciar e amplificar o interesse por essa temática e pelas possibilidades que, poderão se acrescer a esta pesquisa e abrir caminho para outras que possam vir a dialogar com esta. Iniciativas como a desse projeto, são uma estratégia para desmistificar a incorporação da tecnologia na educação como algo não benéfico ao ensino e sim, como um espaço para oportunidades.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Marcelo Eugênio De Castro *et al.* A computação em nuvem enquanto recurso didático nas instituições de ensino superior. 2017.

JUNIOR, Guanís de Barros Vilela *et al.* Você está preparado para a Educação 5.0? Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 12, n. 1, p. 2, 2020.

LÁZARO, Adriana Cristina; NIZ, Cláudia Amorim Francez; SATO, Milena Aparecida Vendramini e TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. A Cultura Digital presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Discussões sobre a prática pedagógica. 2020. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1605>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: 34, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017a.

Maestro Virtuale. Nativos digitais: características e estudos de Marc Prensky. Disponível em: <<https://maestrovirtuale.com/nativos-digitais-caracteristicas-e-estudos-de-marc-prensky/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MATOS, F.A.M. CHAGAS, J.N.C. Desafios para inclusão digital no Brasil. *Perspectiva em Ciências da Informação*. v. 13, n. 1, p.67-94, 2008

MORAN, J. M. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 4, n. 12, p. 1-9, 2004

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

Portal Planeta Educação. Entenda como a Cultura Digital está presente na BNCC. 2019. Disponível em: <<https://www.plannetaeducacao.com.br/portal/a/308/entenda-como-a-cultura-digital-esta-presente-na-bncc>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

RICO, Rosi. Competência 5: Cultura Digital. Disponível em: <<https://www.plannetaeducacao.com.br/portal/a/308/entenda-como-a-cultura-digital-esta-presente-na-bncc>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SANTOS, Amarldo Enes dos; OLIVEIRA, Carlos Antonio de; CARVALHO, Elma Nunes de. Educação 5.0: uma nova abordagem de ensino-aprendizagem no contexto educacional, 2019.

SOUSA, Galdino Rodrigues *et al.* Mídia-educação nas universidades federais mineiras: mapeando a formação em Educação Física. *Motrivivência*, v. 28, n. 47, p. 96-108, 2016.

A PESSOA HUMANA E OS DIREITOS, CONTRIBUIÇÃO DE REALE

José Mauricio de Carvalho¹
Izadora Caroline da Silva Andrade²
Junio da Silva das Chagas³

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo vamos tratar da noção de dignidade humana subjacente à doutrina dos direitos humanos da ONU. Como ela vai se concretizando nas leis dos países e decisões das cortes encontra-se em processo de consolidação. A noção de dignidade incorporou a concepção filosófica de homem, enquanto pessoal, construída pela ética filosófica ao longo da tradição filosófica.

Mesmo sem entrar nos meandros da discussão filosófica dois aspectos dela são essenciais para a discussão levada ao Direito. Pessoa pode ser considerada algo próprio da essência do homem e isso pode ser deixado em suspensão, mas pode significar também aquela condição pela qual o sujeito humano é capaz de estabelecer um diálogo consigo mesmo e com o mundo a sua volta. Esses últimos aspectos são especialmente importantes para nosso trabalho. O entendimento de que o homem se define pela relação consigo mesmo remonta ao filósofo francês René Descartes e foca na compreensão que o eu é uma consciência pensante e dessa forma se reconhece. Pessoa assim é quem reconhece ser uma identidade singular. O outro aspecto é um desenvolvimento desse primeiro e colhe a condição da pessoa nas suas relações com o mundo e com os demais homens.

¹ Doutor. Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN /FUNADESP. josemauriciodecarvalho@gmail.com. lattes.cnpq.br/0631305118814377. Orcid: 0000-0002-3534-5338.

² Discente do Curso de Direito do UNIPTAN. a.izadora@outlook.com. lattes.cnpq.br/6729824599510357. Orcid: 0000-0001-7265-8635

³ Discente do Curso de Direito do UNIPTAN. juniorchagascxc@gmail.com. lattes.cnpq.br/9866939062863029.

Essa última compreensão é essencial no Direito porque foca na relação intersubjetiva, que o fenomenólogo Edmund Husserl ampliou para uma relação geral com outros seres, denominados objetos, característica essencial da intencionalidade da consciência. Esse reconhecimento sobre como se percebe as relações com os objetos se desdobra no que o sujeito pode fazer e perceber no e do mundo. O Direito recupera essa discussão denominando pessoa natural como sendo aquela capaz de escolher e se responsabilizar por ações próprias.

No decorrer da história do ocidente foram elaborados diferentes modelos éticos, começando pela ética aristotélica. Porém a noção de homem ganhou uma melhor noção de dignidade com os modelos éticos elaborados, a partir da Idade Média, em diálogo com a tradição cristã. Entre as principais teorias nesse sentido destacamos: o tomismo, o empirista, o kantiano e o personalista.

Para ter uma referência contemporânea, contemplando as meditações filosóficas e jurídicas utilizamos o pensamento de Miguel Reale como pano de fundo, pois sua teoria funciona em ambos os campos. O essencial do assunto foi aprofundado por Reale, mas há desdobramentos específicos envolvendo temas polêmicos (aborto, homossexualidade, segregação racial, crença religiosa) que ganharam força nos últimos tempos.

2 A PESSOA, A SÍNTESE DA CONTRIBUIÇÃO DE REALE

Para Miguel Reale, a pessoa humana é um ente singular que significa sua existência, valora o que o cerca, dá-se fins, projeta o que fazer, compreende o mundo e faz sínteses, em suma, descobre-se singularíssima. Trata-se de uma descrição do que faz o homem em consonância com a fenomenologia existencial em diálogo com a escola culturalista (REALE, 2003, p.138): “Toda pessoa é única e nela habita o todo universal. Deve, assim, ser vista antes como centelha que condiciona a chama e a mantém viva, e na chama a todo instante crepita, renovando-a criadoramente, sem reduzir-se uma a outra.”

Nesse sentido, o ser humano, ao projetar-se fins e valorar o que o cerca, age de acordo não somente com a sua natureza animal, como, por exemplo, para assegurar sua sobrevivência, alimentação e reprodução, mas, ao mesmo tempo, com os aspectos de sua realidade cultural. Assim ele não apenas é, mas é o que deve ser no quanto isso o afasta de sua natureza animal. Seu universo de ação é a cultura, ele age no *dever ser* (valores) identificados por ele no meio social e reconhecidos como guias para sua vida. Ele sobrevive, alimenta-se, se reproduz, mas o faz de modo diferente dos animais, pois com os valores ele significa o mundo e passa a viver nele. Nas palavras de Reale isso se apresenta como se segue (2002, p. 213):

O homem, cujo *ser* é o seu *dever ser*, construiu o mundo da cultura à sua imagem e semelhança, razão pela qual todo bem cultural só *é* enquanto *deve ser*, e a "intencionalidade da consciência" se projeta e se revela como intencionalidade transcendental na história das civilizações, isto é, como *invariante axiológica* fundamental.

Essa construção de sentido pelo ser humano atravessa a história e inclui a sua visão de mundo. Ela vai se desenvolvendo com a gerações de homens que passam a valorar e dar-se fins, de modo que, poderíamos mencionar que ao darmos fins e significado ao mundo estamos fazendo ecoar o sentido de mundo de outras gerações. Contudo, na base dos valores, Reale assim observou, sempre está o reconhecimento da pessoa humana, consciente dessa condição singular entre os demais entes da natureza. Essa realidade lhe permite descobrir valores e a dar-se fins capaz de orientar suas escolhas. Essa compreensão foi assim sistematizada (MARTINS, 2008, p. 10):

Percebe-se que o ser humano não é como tal apenas pela sua existência, mas sim em decorrência da significação que para ele possui a sua própria vida. Essa significação pode ser traduzida como autoconsciência da sua dignidade. Disso deflui o conceito de pessoa. Sendo um ente dotado dessa autoconsciência, ela torna-se, na óptica realeana, o valor fonte, isto é, ela vale para que todos os outros valores valham.

E nessa concepção de pessoa humana que paira como (REALE, 2003, p. 140): “valor fonte de todos os valores”, aquela na qual o indivíduo humano (REALE, 1991, p. 141): “é capaz de tomar consciência de sua própria valia” e de incluir seus semelhantes numa perspectiva ética (REALE, 2002, p. 279) “que só se revela quando o indivíduo entra em relação com os demais indivíduos e, ao afirmar o seu próprio ‘eu’, é levado a reconhecer, concomitantemente, o valor do ‘eu’ dos demais, transcendendo os limites biopsíquicos de sua individualidade”.

Nesse sentido, nem uma concepção individual, que não leve em conta a pertença do indivíduo a uma humanidade comum e nem uma concepção coletiva, que desconsidere a singularidade das pessoas, parece admissível hoje em dia para tratar desse assunto. Isso porque (CARVALHO, 2018, p. 17): “a vida tocada em seus limites existenciais encontra na abertura ao outro, no amor e respeito, razões de transcendência que justificam a dignidade pessoal.” Uma vida assim se projeta como base valorativa irrevogável e, com isso, permite o reconhecimento de todos os demais sujeitos como donos da mesma dignidade pessoal. Todos têm, portanto, uma dignidade comum que está na base dos direitos humanos, não ficando nenhum sujeito fora desse reconhecimento.

Essa base valorativa do outro como um “eu mesmo” é diferente do que, grosso modo, a modernidade nos legou com o “eu penso” cartesiano, a partir do qual não se poderia pressupor que o outro pensasse como eu penso, restando apenas do outro “capas e chapéus”. São outras

individualidades, diferentes em muitos aspectos, mas igualmente dignas porque compartilham o mesmo valor por integrar a humanidade comum a todos.

O valor, assim, pode ser entendido como superior inclusive ao dever, conforme observou Max Scheler. Não se trata apenas de um “devo porque devo”, formal e vazio. Para Scheler, há diferença entre bens e valores que aponta outras coisas. Assim (REALE e ANTISERI, 2018, p. 426): “os bens são as coisas que têm valor; os valores [...] são as qualidades pelas quais são bens as coisas boas: [...] bem é uma pintura, mas o é pelo valor de beleza; bem é um gesto, valor é a sua nobreza; bem é uma lei, mas o é pelo valor de justiça”. Retomando, o que pensou Reale, a pessoa humana em sua dignidade, em sua capacidade de valorar o mundo, em seu propósito de desvincular das necessidades básicas significando as experiências, esse ser humano é o valor básico a ser observado, e esse valor fundamental considera o outro como um ser igualmente digno a ser considerado.

A inviolabilidade do valor da pessoa e da sua dignidade enquanto indivíduo particularíssimo foi tema da filosofia personalista de Emmanuel Mounier, para quem o individualismo, diferente da individualidade, seria o inimigo a ser combatido pela afirmação do valor de pessoa. Ainda para Mounier, o ser humano não é objetivável como pretende uma visão positivista de ciências. Há sempre uma esfera inalcançável no sujeito humano além da objetivação e, nessa esfera, está o valor da pessoa humana, superior a qualquer dado quantificável, mas que, no personalismo, pode ser reconhecido quando se considera a singularidade insuperável de cada sujeito. Isso o torna único, como indivíduo e como mundo (CARVALHO, 2018, p. 150):

A existência humana, na metáfora do artesão que a tece, resulta numa peça única, tecido de fios mais ou menos ricos, motivos mais ou menos elaborados e de forma e tamanho únicos. O homem que hoje somos é resultado das experiências vividas, da carga genética herdada, da disposição emocional, mas também do roteiro escolhido, do que ousamos nos tornar. Essa responsabilidade ou compromisso de ser singular é a maneira de sermos úteis à humanidade da qual fazemos parte e ao povo onde nascemos. Essa realidade, contudo, somente é positiva quando as opções são conscientes do que se busca. Nossa individualidade se exprime de muitos modos e leva em consideração os valores que assumimos. Alguns valores estão na sociedade há tempos, outros são reconhecidos recentemente como é o caso: da preservação da natureza, do cuidado com os recursos hídricos; a conservação dos monumentos históricos; a luta pela erradicação da miséria, o reaproveitamento de materiais descartados.

O reconhecimento dessa realidade não faz do indivíduo a medida de todas as coisas, mas permite enxergar a unicidade de cada indivíduo humano. Uma unicidade que vai além da sua singularidade biológica, mas incorpora sua história e experiências próprias diversas das de

todas as outras pessoas. E assim, cada indivíduo humano é único também por sua particular inserção na realidade sócio histórica, política e econômica.

É em meio às crises do século passado com as Guerras e os desastres humanos e sociais que a filosofia personalista denunciou o individualismo. Esse se desenvolveu do subjetivismo moderno e estaria nas raízes culturais que levaram às Grandes Guerras Mundiais e a perseguição dos nazistas aos judeus. Assim, ao invés da dignidade e do valor das pessoas se olha para o outro como concorrente (CARVALHO, 2018, p. 165):

O individualismo filho do subjetivismo moderno dificulta ver as coisas melhor, ele provoca a ilusão que o outro é sempre um adversário a vencer. Por isto, o outro não é percebido como um mundo próprio, cheio de importantes riquezas. Logo, o outro não é somente meu concorrente ou alguém que se coloca entre eu e meu projeto. Ele pode ser visto como um companheiro de destino quando o vejo em sua trajetória singular de vida. Nem sempre escolhe como eu, o mais provável é que não o faça, mas em seu caminho pode ensinar muito para mim.

Reale observou que, as lições deixadas pelo personalismo foram fundamentais para a noção contemporânea de pessoa humana. Isso significa que o indivíduo pode e precisa agir em favor do grupo, mas (REALE, 2002, p. 279) “o indivíduo deve ceder ao todo, até e enquanto não seja ferido o valor da pessoa, ou seja, a plenitude do homem enquanto homem. Toda vez que se quiser ultrapassar a esfera da ‘personalidade’ haverá arbítrio”.

Nessa perspectiva, mesmo, por exemplo, que se reivindique o bem coletivo, como no caso das pesquisas médicas, nem em casos assim, são aceitáveis as experiências com seres humanos que desconsiderem sua dignidade e liberdade. Por isso, os protocolos médicos que se formaram depois da Segunda Grande Guerra estabeleceram limites éticos para a pesquisa com seres humanos.

O positivismo, com a sua pretensão de objetividade e de neutralidade na ciência, aos poucos viu sendo ruídas as suas bases epistemológicas, dadas pesquisas como as de Merton, que mostraram uma correlação entre o contexto sócio, histórico e cultural com a prática científica e as de Zilsel, que relacionavam a ciência moderna com ideias presentes no nascimento do capitalismo, e ainda de outros, como Bloor e o chamado “programa forte”, que colocava em termos extremos a influência do contexto cultural com o fazer científico (CONDÉ, 2017).

Esses estudos indicavam que, para além do contexto experimental objetivo e neutro do método científico, há uma esfera cultural ampla que afeta o momento de construção do experimento científico. Isso foi observado por Condé para quem (CONDÉ, 2017, p. 28): “todo conhecimento da natureza é tecido a partir de sua historicidade social e linguística.” Logo, quais

serão esses experimentos, bem como, o modo de interpretá-los, dependem de um contexto sócio, histórico e cultural do pesquisador, bem como, das negociações entre cientistas e financiadores. Os diferentes países do mundo, reconhecendo a importância da ciência criaram nas universidades mecanismos que permitem o desenvolvimento da pesquisa básica não atrelada aos interesses imediatos do mercado, mas boa parte da pesquisa, especialmente na área da saúde realizada pela comunidade científica, continua sendo feita com financiamento privado e atendendo a interesses de grupos.

No período entre guerras, após um longo período de aposta na razão e na ciência consideradas fundamentais no desenvolvimento humano, muitos conhecimentos e pesquisas foram realizadas nos campos de concentração e, alguns resultados foram obtidos com a morte e sofrimento de milhões de seres humanos (BRÜSEKE, 2001, p. 9):

Pensar a sociedade humana depois de Auschwitz e Hiroshima, depois do fracasso das grandes utopias sociais do Rio Volga até Mekong, e no meio da revolução informática e genética exige mais do que opinar conforme os velhos roteiros políticos. Necessitamos mais do que nunca pensar; pensar a existência humana no seu mundo, um mundo que transborda conceitos sociais, econômicos, ecológicos.

As investigações realizadas nos campos de concentração e mesmo na produção de armamento como a bomba atômica, conforme dito acima, deixaram para trás a crença de que a ciência era isenta de interesses menores e que os cientistas eram uma espécie de sacerdote da humanidade. Aqueles fatos durante a guerra mostraram que era necessário estabelecer limites éticos para pesquisa, notadamente aquela realizada com seres humanos porque muitas dessas pesquisas afetavam a dignidade e a eram feitas sem o consentimento dos envolvidos.

Então ficou também claro que os resultados das pesquisas e da tecnologia podia ser utilizada tanto para tornar a vida melhor como para matar. E, nos casos da bomba atômica, da tortura e morte sistemática nos campos de concentração não produziam sequer a dúvida da dubiedade axiológica dos processos de investigação. Por isso, a questão da neutralidade da investigação técnico-científica foi posta em avaliação e se concluiu que (CUPANI, 2011, p. 14): “invariavelmente, toda realização tecnológica vai acompanhada de alguma *valorização*, positiva ou negativa” Os resultados das pesquisas e da tecnologia podiam ser utilizados para melhorar a vida ou não. Nesse sentido (CUPANI, 2011, p. 14): “em certos casos, como no das armas de destruição em massa [...], consideramo-las como algo condenável [...]. Em outros, como no das vacinas, [...] a maioria das pessoas veem nessas realizações algo que veio beneficiar a espécie humana.” Logo, nos casos da bomba atômica, da tortura e morte sistemática nos campos de concentração ajudaram a superar o mito da neutralidade científica e tornou urgente estabelecer limites bioéticos para preservar o ser humano em sua liberdade e dignidade.

Nesse sentido, há pesquisadores que (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002) se dedicaram a examinar os limites da ciência quando aplicada à vida e, assim, revolucionaram as pesquisas com reflexões bioéticas. Nesse contexto, os países foram adotando em cascata, limites éticos, comitês de ética em pesquisa, órgãos regulamentadores da pesquisa médica, para que houvesse possibilidade de controle das pesquisas científicas quando avançavam sobre a dignidade da pessoa humana, em busca de um limite diante do qual toda a pesquisa precisava ser questionada sob condição de desaprovação formal de prosseguimento antes mesmo de avançar sobre o conteúdo da pesquisa de fato.

A tendência de considerar o ser humano como coisa, dele se valendo para fins que não ele mesmo, faz parte da cultura moderna do individualismo, denunciou Emanuel Mounier. E como o reconhecimento da dignidade é difícil e implica em aprimoramento ético ao longo da história, muitas vezes vimos os indivíduos humanos serem tratados como meio ou produto a serviço de propósitos nada aceitáveis. É contra essas reduções do homem a coisa que o personalismo reagiu afirmando o valor inalienável e a base de todo e qualquer outro valor. Foi esse tema que Miguel Reale trouxe para o Direito e a discussão sobre os direitos humanos incorporou, pois o que estava em curso era a crise oriunda da objetivação do homem e de sua destruição (FLUSSER, 1983, p. 10):

É que evento incomparável, inaudito, jamais visto, ocorreu recentemente e esvaziou o chão que pisamos. Auschwitz. Outros eventos posteriores, Hiroshima, os Gulags, não passam de variações desse primeiro. Por isso toda tentativa para captar a atualidade desemboca na pergunta: como era possível Auschwitz? Como viver depois disso? Tal pergunta diz respeito, não apenas aos que são responsáveis, direta ou indiretamente pelo evento, nem apenas aos que por ele ficaram atingidos direta ou indiretamente: diz respeito a todos os participantes da cultura. Porque o que é tão incomparável, inaudito, jamais visto, e portanto incompreensível em Auschwitz, é que lá a cultura ocidental revelou uma das virtualidades nela inerente. Auschwitz é realização característica de nossa cultura.

Por conta das consequências práticas e do resultado do que se passou nos campos de concentração, era necessário que as ideias filosóficas, amplamente discutidas nos gabinetes e cátedras de Filosofia, ganhassem roupagem jurídica para garantir efetividade do que a razão humana já reconhecia.

O que o trabalho de Miguel Reale permitiu foi entender que o reconhecimento da dignidade humana, construído na tradição ocidental da Filosofia, ganhou roupagem jurídica, inicialmente em princípios mencionados pelo ONU, depois na legislação dos diferentes países membros porque implica no reconhecimento de um valor.

3 A PESSOA NO DIREITO, UM PASSO NA EFETIVIDADE DA DIGNIDADE HUMANA

Quando pensamos em humanidade o que imaginamos? Seria a humanidade um grupo unido pela fraternidade e respeito mútuo? A noção de dignidade humana sempre foi reconhecida história afora? O respeito às diferenças é algo que sempre recebeu amparo legal? A resposta para essas questões é que esses aspectos são uma construção histórica como mostrou Miguel Reale.

Ao pensarmos no ideal de humanidade, nos vêm à mente um conceito amplo de homem como alguém que se reconhece singular e atua no mundo. Para Miguel Reale, antes dito, o ser humano é o valor-fonte de todos os valores e é ele quem dá sentido a todas as coisas à sua volta. A condição humana é a de *ser e dever ser*. *Ser* porque ela é singular, mas ao mesmo tempo não se enxerga sem se identificar no próximo. A pessoa humana é, antes de mais nada, reflexo da significação que atribui às coisas em seu entorno. É força atuante do processo histórico, na medida em que todos os regramentos e normas de conduta adotados até aqui são fruto dessa simbiose humana. O que é certo hoje, pode não o ter sido ontem e pode ser ameaçado amanhã.

É nesse sentido que podemos examinar o termo raça. Inicialmente ele foi cunhado para distinguir categorias taxonômicas, mas sofreu interpretações diferentes e foi aplicado para distinguir “categorias humanas.” Ressalta (ALMEIDA, 2021, p. 24) que:

Há grande controvérsia sobre a etimologia desse termo. O que se pode dizer com segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade e remonta ao meado do século XVI (...) Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado.

Nessa perspectiva assevera (ALMEIDA, 2021, p. 51) que:

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano era parte de uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para o reconhecimento de um homem universal, pensado a partir do homem europeu. (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. Surge daí o que podemos nomear hoje como racismo. Pode ser definido como processo histórico e político, que cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.

Exemplo de discriminação foram as Leis Jim Crow que representaram um mecanismo adotado por alguns estados confederados dos EUA, no período pós-independência para reforçar a segregação das “pessoas de cor.” Uma repercussão jurídica que floresceu nessa cultura foi o caso “Plessy v. Ferguson,” em que a suprema corte americana institucionalizava a segregação racial sob a máxima “separados, mas iguais.” O julgado possibilitou que fossem criados espaços em que pessoas de cor não poderiam frequentar e havia a possibilidade de sanção em caso de descumprimento. Essa decisão ilustra brevemente a pseudo-igualdade que os não brancos possuíam àquela época. Ratificando o pensamento anterior temos um trecho de (UROFSKY, 2021, p. 1):

As leis de Jim Crow foram algumas das leis que impuseram a segregação racial no sul dos Estados Unidos entre o final da Reconstrução em 1877 e o início do movimento pelos direitos civis na década de 1950. Em sua decisão Plessy v. Ferguson (1896), a Suprema Corte dos EUA decidiu que instalações “separadas, mas iguais” para afro-americanos não violavam a Décima Quarta Emenda, ignorando as evidências de que as instalações para negros eram inferiores às destinadas aos brancos.⁴

Naquela situação as medidas segregacionistas tornaram-se realidade. A legislação determinava a divisão dos espaços públicos e/ou privados para “pessoas de cor” e para os brancos. Quem desrespeitasse estaria indo de encontro às medidas legais e, portanto, poderia ser punido (ALMEIDA, 2021, p. 141).

Na África do Sul, o *apartheid* foi estruturado por um grande arcabouço legal, dentre as quais merecem destaque a Lei da Imoralidade, de 1950, que criminalizava relações sexuais interracialis; a Lei dos Bantustões, de 1951, que determinava que negros fossem enviados para territórios conhecidos como homelands ou bantustões, e a lei da cidadania da pátria negra, de 1971, que retirava dos moradores dos bantustões a cidadania sul-africana (...). Já nos Estados Unidos, até 1963, a segregação racial era oficialmente organizada pelas apelidadas Leis Jim Crow, um conjunto de normas jurídicas que estabelecia a separação entre negros e brancos no uso de bens e serviços públicos, como escolas, parques, e hospitais, além de permitir que proprietários de estabelecimentos privados proibissem a entrada de pessoas negras.

Ainda de modo mais radical, durante a Segunda Grande Guerra na Alemanha nazista, judeus, homossexuais, negros, pessoas com deficiência e minorias em geral foram consideradas

“sub-raças” e, neste sentido, foram criados mecânicos para “higienizar” a sociedade daqueles que não se encaixavam no “padrão ariano de ser”. Esses instrumentos utilizados tinham por objetivo retirar a noção de cidadania que aqueles indivíduos possuíam, ou seja, despi-los de quaisquer direitos que os outros povos, estes sim “superiores”, detinham. Nos campos de concentração nazistas, milhões de pessoas foram mortas sem a menor compaixão e sob apoio popular.

O mundo tinha notícia e tomou ciência de todo o horror da barbarie autoritária do nazismo e, decidiu começar a defender a dignidade da pessoa. Foi nesse contexto que as nações se reuniram ao final da Segunda Grande Guerra e criaram a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948. Esse documento foi pioneiro no reconhecimento universal dos direitos humanos, procurando garantir o respeito à vida, a integridade e a dignidade da pessoa. Foi, nesse momento, que a ideia de humanidade ganhou força e universalidade. Reconheceu-se a noção de dignidade humana-valor, como sendo intrínseco a todo ser humano, agora pensado em sua humanidade comum. O direito vem, através da DUDH, dizer que todo ser humano é digno de respeito e, nesse viés, deve-se considerar sua integridade física, moral, intelectual e sensorial sem distinções de quaisquer tipos (GURGEL, 2007, p. 94):

O Direito dos Direitos Humanos não rege relações entre iguais; opera precisamente em defesa dos ostensivamente mais fracos. Nas relações entre desiguais, posiciona-se em favor dos mais necessitados de proteção. Não busca obter equilíbrio abstrato entre partes, mas remediar os efeitos do desequilíbrio e das disparidades. [...] a ética dos direitos humanos é a ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas, de forma livre, autônoma e plena. É a ética orientada pela afirmação da dignidade e pela prevenção ao sofrimento humano.

A noção de que todos os povos tinham uma humanidade comum começou a ganhar força a partir da criação da DUDH. É esse documento que garante que o direito regulará as relações sociais e pretende conter abusos de poder típico dos autoritarismos. Os Direitos Humanos são essenciais para regular a vida do homem em sociedade. É o piso mínimo de direitos que a Ordem Internacional destina a todos os seres vivos, que deve ser respeitado pelo Estado e oferecido a seus jurisdicionados.

Nesse sentido, infere-se que essa categoria de direitos está em constante processo de efetivação, poucos se dão conta de que o reconhecimento da dignidade da pessoa é conquista recente (ASCENÇÃO, 2008, p. 278):

A civilização dos direitos, definitivamente, ganhou. Com mais ou menos relutância, todos a proclamam. Em nome dos direitos se faz a política, a economia, até a guerra. E o fervor é tanto que os direitos se multiplicam e sobrepõem. As organizações internacionais competem entre si no lançamento de novos catálogos de Direitos

Humanos. Mesmo no âmbito nacional a multiplicação se faz, através de uma pluralidade de fontes, muitas vezes repetitivas. Vários ramos do Direito estão implicados, sem haver grande coordenação entre os sectores respectivos.

O positivismo normativo que ganhou força no século XIX não assegurava a vida e o valor do homem, pois é necessário que haja concretude, ou seja, os direitos humanos devem fazer jus ao que representam, qual seja, proteger/resguardar a dignidade humana. Devido ao carácter intuitivo, a noção de dignidade humana varia no tempo e no espaço, sofrendo o impacto da história e da cultura de cada povo, bem como de circunstâncias políticas e ideológicas. A historicidade do assunto foi observada no reconhecimento de que a (BARROSO, 2010, p. 8): “a noção de dignidade humana varia no tempo e no espaço, sofrendo o impacto da história e da cultura de cada povo, bem como de circunstâncias políticas e ideológicas.”

O Brasil, durante a ditadura militar, viveu um período marcado pela supressão de direitos e garantias individuais e pela concentração do poder político. Para recuperar o estado de direito, diversos setores da sociedade uniram-se para superar o regime de exceção e retomar a normalidade democrática. A democratização do país representou um novo marco legal na conquista dos direitos humanos para o Brasil.

Nesse contexto, a Constituição de 88 estabeleceu dispositivos para proteger a dignidade humana (art. 1º, III CRFB) e os ideais republicanos. A Constituição protegeu o cidadão do poder estatal (art. 2º CRFB) e estabeleceu direitos e garantias fundamentais, como: o direito de ir e vir (art. 5º, XV), a igualdade de todos perante a lei (art. 5º, caput), a liberdade de pensamento (art. 5º, IV), a vedação à tortura (art. 5º, III), o princípio da legalidade (art. 5º, II) e o devido processo legal (art. 5º, LIV).

Pode-se comprovar, com o texto abaixo, o compromisso do constituinte de 88 em proteger o cidadão em diversas áreas da vida (BRASIL, 2015, p. 7):

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

A Constituição Federal é o mais importante documento legal num Estado Moderno. Ela norteia o ordenamento jurídico, ou em outras palavras, é ela quem confere validade à organização/harmonia sociais. Ela é a projeção do “dever ser” da sociedade, uma utopia e, ao mesmo tempo, espelho dos anseios da sociedade. Utópica porque inclui um ideal programático, ou seja, propõe metas para o Estado (LENZA, 2020, p. 67):

Consoante alerta Tavares, “as primeiras precisam ser erradicadas dos corpos constitucionais, podendo figurar, no máximo, apenas como objetivos a serem alcançados a longo prazo, e não como declarações de realidades utópicas, como se bastasse a mera declaração jurídica para transformar-se o ferro em ouro. As segundas precisam ser cobradas do Poder Público com mais força, o que envolve, em muitos casos, a participação da sociedade na gestão de verbas públicas e a atuação de organismos de controle e cobrança, como o Ministério Público, na preservação da ordem jurídica e consecução do interesse público vertido nas cláusulas constitucionais.”

Sendo uma utopia, é no movimento de “se fazer valer” que a Carta Política gera frutos e chega perto do ideal de sociedade justa, livre de preconceitos, discriminação e comprometida com a harmonia social preconizada no preâmbulo. Contudo, trata-se de um ideal a ser perseguido”.

Comentando as teses de André Ramos Tavares, Lenza resume existirem duas categorias de normas progmáticas, aquelas que nunca deixam de ser progmáticas e são praticamente inalcançáveis pela maioria dos Estados e aquelas outras que não são implementadas por simples falta de motivação política dos administradores e governantes (LENZA, 2020, p. 67):

As primeiras precisam ser erradicadas dos corpos constitucionais, podendo figurar, no máximo, apenas como objetivos a serem alcançados a longo prazo, e não como declarações de realidades utópicas, como se bastasse a mera declaração jurídica para transformar-se o ferro em ouro. As segundas precisam ser cobradas do Poder Público com mais força, o que envolve, em muitos casos, a participação da sociedade na gestão de verbas públicas e a atuação de organismos de controle e cobrança, como o Ministério Público, na preservação da ordem jurídica e consecução do interesse público vertido nas cláusulas constitucionais.

Desde a promulgação da DUDH, entende-se que a dignidade é inerente à ideia de pessoa, ou seja, todos os seres humanos, independentemente de sua posição social, condição política ou econômica, são protegidos por garantias básicas como: o direito à vida, à liberdade e ao mínimo existencial. A dignidade humana tem sua fundamentação na Filosofia (BARROSO, 2010, p. 9): “Constitui, assim, em primeiro lugar, um valor, que é conceito axiológico, ligado à ideia de bom, justo, virtuoso. Nessa condição, ela se situa ao lado de outros valores centrais para o Direito, como justiça, segurança e solidariedade.”

Apesar de seu caráter intransponível e irrenunciável, esses direitos aprimoram sua formulação legal com o passar dos anos. A cada conquista no âmbito dos direitos humanos a ideia de dignidade ganha força como se apreende do texto a seguir (BARROSO, 2010, p. 9-10):

É nesse plano ético que a dignidade se torna, para muitos autores, a justificação moral dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Em plano diverso, já com o batismo da política, ela passa a integrar documentos internacionais e constitucionais, vindo a ser considerada um dos principais fundamentos dos Estados democráticos. Em um primeiro momento, contudo, sua concretização foi vista como tarefa exclusiva dos Poderes Legislativo e Executivo. Somente nas décadas finais do século XX é que a

dignidade se aproxima do Direito, tornando-se um conceito jurídico, deontológico – expressão de um dever-ser normativo, e não apenas moral ou político. E, como consequência, sindicável perante o Poder Judiciário. Ao viajar da Filosofia para o Direito, a dignidade humana, sem deixar de ser um valor moral fundamental, ganha também *status* de princípio jurídico.

Nesse sentido verifica-se ser o mais ajustado quando a norma jurídica consolida um princípio ético, ratificando aquela forma de tridimensionalismo elaborada por Miguel Reale. É o que se apreende do texto a seguir (BARROSO, 2010, p. 11):

A dignidade humana, então, é um valor fundamental que se viu convertido em princípio jurídico de estatura constitucional, seja por sua positivação em norma expressa, seja por sua aceitação como mandamento jurídico extraído do sistema. Serve, assim, tanto como justificação moral quanto como fundamento normativo para os direitos fundamentais.

Questões de grande repercussão social e religiosa, como a descriminalização do aborto, o direito de não nascer, a legalização das drogas e o reconhecimento da prostituição como uma atividade legítima, são analisadas pelos tribunais tendo por pano de fundo a dignidade humana. E mesmo em países onde não há qualquer menção expressa à dignidade na Constituição, como Estados Unidos e França, a jurisprudência tem invocado sua força jurídica e argumentativa, em decisões importantes [...] compartilhando um sentido comum para a dignidade. Trata-se de uma integração em que os atores nacionais, internacionais e estrangeiros se somam segundo observa um estudioso do assunto (BARROSO, 2010, p.5):

E mesmo em países onde não há qualquer menção expressa à dignidade na Constituição, como Estados Unidos e França, a jurisprudência tem invocado sua força jurídica e argumentativa, em decisões importantes [...] compartilhando um sentido comum para a dignidade. Trata-se de uma integração em que os atores nacionais, internacionais e estrangeiros se somam.

Podemos citar no Brasil, como exemplo dessa preocupação com a dignidade da pessoa, a descriminalização do aborto em casos de anencefalia - condição em que o feto nasce sem o cérebro e incapaz de sobreviver. Desse modo, pela ausência do órgão que dá sustentação a todos os demais, ao nascer, o feto sobreviveria poucos instantes, acarretando no prolongamento de seu sofrimento e, conseqüentemente, o de sua mãe. É nessa perspectiva que o Supremo Tribunal Federal - STF, ao analisar o julgado fez jus à observância do princípio da dignidade humana. Isso porque, somente uma análise que considera a leitura humanitária pode ser justa o suficiente para considerar que a interrupção da gestação conferiria ao feto e a mãe, dignidade.

Podemos ainda lembrar a população LGBTQIAP+, que teve sua existência/ dignidade preservada por uma “interferência” do Judiciário, diante de uma omissão legislativa. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, de relatoria do ministro Celso de

Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733 equiparou-se a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Houve grande controvérsia sobre as questões processuais relativas a tal atitude. Todavia, é o que se deve fazer quando a dignidade humana deve ser a bússola orientadora de decisões. De fato, o assunto colocou em questão do reconhecimento da dignidade dessas pessoas, fazendo jus ao princípio consagrado no art.1º, III da CRFB.

Há casos em outros países que contribuem para o fortalecimento de normas que regulam e tornam harmônica e respeitosa a simbiose humana. São [...] exemplos reais, envolvendo situações aparentemente distantes que guardam entre si um elemento comum: a necessidade de fixar o sentido e alcance da dignidade humana, como elemento argumentativo necessário à produção da solução justa (BARROSO, 2010, p.7):

O Sr. Wackeneim, na França, queria tomar parte em um espetáculo conhecido como arremesso de anão, no qual os frequentadores de uma casa noturna deveriam atirá-lo à maior distância possível. A Sra. Evans, no Reino Unido, após perder os ovários, queria poder implantar em seu útero os embriões fecundados com seus óvulos e o sêmen do ex-marido, de quem se divorciara. A família da Sra. Englaro, na Itália, queria suspender os procedimentos médicos e deixá-la morrer em paz, após dezessete anos em estado vegetativo. O Sr. Elwanger, no Brasil, gostaria de continuar a publicar textos negando a ocorrência do holocausto. O Sr. Lawrence, nos Estados Unidos, desejava poder manter relações homoafetivas com seu parceiro, sem ser considerado um criminoso. A Sra. Jacobs, na África do Sul, gostaria de ver reconhecido o direito de exercer sua atividade de trabalhadora do sexo, também referida como prostituição. O Sr. Gründgens, na Alemanha, pretendia impedir a republicação de um livro que era baseado na vida de seu pai e que considerava ofensivo à sua honra. O jovem Perruche, representado por seus pais, queria receber uma indenização pelo fato de ter nascido, isto é, por não ter sido abortado, tendo em vista que um erro do médico e outro do laboratório deixaram de diagnosticar o risco grave de lesão física e mental de que veio a ser acometido.

Como sabemos, o convívio social não se faz sem litígios. Isso resulta de termos maneiras de agir, pensar, sentir e existir diferentes. Somos como ensina a Filosofia e confirma a Psicologia, mundos diferentes e muitas vezes em dialética oposição (REALE, 2003, p. 139): “homem e comunidade, são termos em gigantesco conflito, um a proclamar a sua personalidade autônoma e livre, apoiado na irredutibilidade do eu, o outro a exigir o reconhecimento da personalidade coletiva.” A ciência jurídica surge para dar limites ao que cada ser humano pode ou não pode fazer, operacionalizando a ideia do justo e permitindo a convivência pacífica de pessoas diferentes. Isso na medida em que acolhe aspectos de diversas naturezas (REALE, 2003 b, p. 201): “desde os filosóficos aos religiosos, desde os sociais aos políticos, dos morais aos jurídicos.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A considerarmos o problema da dignidade humana no Direito partimos de uma ideia geral de pessoa, tema da ética e antropologia filosóficas. E mencionamos no início o reconhecimento de que pessoa é alguém que se reconhece singular e atua no mundo de forma própria. Esse último aspecto foi especialmente importante para Miguel Reale, para quem dessa relação com as coisas o sujeito se reconheça como o que há de mais valioso no mundo, sendo esse sujeito que valora também o que encontra no mundo. Portanto, destacou Reale que o homem é, mas é simultaneamente alguém que concretiza valores nas diversas instâncias da cultura. *Ser* porque reconhece sua singularidade, mas valioso, pois se pensa na relação com as coisas e com os outros. Essas questões de natureza filosófica inspiram portanto Miguel Reale na construção de seu tridimensionalismo jurídico que pensou no Direito como reunião de fato, norma e valor.

2. Daí se conclui que o mais razoável e menos contestado é quando a norma jurídica consolida um princípio ético, ratificando a tese de Reale e o discurso o raciocínio proposto no artigo por Gustavo Barroso.

3. Procuramos indicar que as discussões seguintes entorno da noção de pessoa que fundamentam os direitos humanos também se valem dessas referências filosóficas sobre a dignidade. As questões concretas como a segregação racial, problemas envolvendo a ética médica, o tratamento desumano nos campos de concentração, questões ligadas a homofobia são temas dessas últimas décadas que se tornam temas de estudo e objeto de legislação na área dos direitos humanos. Passam a interessar aos operadores do Direito por facilitar uma melhor convivência humana, disciplinando o comportamento inter-subjetivo em meio a mudança dos costumes e do reconhecimento de novos ideais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2021. 255 p.

ASCENSÃO, José Oliveira. A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, [s. l.], v. 103, p. 277-299, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67806/70414>. Acesso em: 8 dez. 2021.

BARROSO, Luís Roberto. A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. Princípios de Ética Biomédica. (4 ed.) São Paulo: Edições Loyola, 2002. 574 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. [S. l.: s. n.], 2015.

BRÜSEKE, Franz Josef. A técnica e os riscos da modernidade. Florianópolis: UFSC, 2001. 216 p.

CARVALHO, José Mauricio de. O Homem e a Filosofia; pequenas meditações sobre a existência e a cultura. Porto Alegre: MKS, 2018. 343 p.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Um papel para a história: O problema da historicidade da ciência. Curitiba: ED. UFPR, 2017. 171 p.

CUPANI, Alberto. Filosofia da tecnologia: um convite. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. 233 p.

FLUSSER, Vilém. Pós história; vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas Cidades, 1983. 168 p.

GURGEL, Yara Maria Pereira. Direitos Humanos, Princípio da Igualdade e Não Discriminação: sua aplicação às relações de trabalho. 2007. 316 p. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp040476.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 1608 p.

MARTINS, Alexandre Marques da Silva. Os Valores em Miguel Reale. Revista de Informação Legislativa, v. 45, n. 180, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176575>. Acesso em: 20 nov. 2021.

REALE, G; ANTISERI, D. História da Filosofia: Vol. 3 – Idade Contemporânea. São Paulo: Editora Paulus, 2018. 1408 p.

REALE, Miguel. Invariantes axiológicas. In: Estudos Avançados. São Paulo: USP, 5 (13): 131-144, 1991.

_____. Filosofia do Direito. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 750 p.

_____. Teoria tridimensional do direito. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003. 156 p.

_____. Problemática da justiça. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003 b, 2007 p.

UROFSKY, Melvin I. Jim Crow law. Encyclopedia Britannica, 20 de set. de 2021. <https://www.britannica.com/event/Jim-Crown-Law>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

A DISTORÇÃO DA IMAGEM CORPORAL: UM PROBLEMA DE SAÚDE A SER ENFRENTADA, TAMBÉM, PELOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Larissa Cristine Ferreira dos Santos¹

Larissa Ribeiro Almeida¹

Marcela Nolasco²

Andreia Andrade dos Santos²

Jane Daisy de Sousa Almada Resende³

Resumo: Imagem corporal refere-se às percepções, aos pensamentos e aos sentimentos sobre o corpo e suas experiências. Sendo que, as mídias sociais tem grande influência na formação da autoimagem. Logo, a busca pelo corpo ideal e cultura da magreza tem trazidos graves consequências psicológicas e físicas nas pessoas, principalmente em adolescentes. Neste sentido, o objetivo do trabalho foi buscar identificar as principais consequências geradas pela insatisfação corporal influenciada pelas mídias e o papel do enfermeiro no diagnóstico, auxílio e tratamento dos casos, além de identificar as consequências dos padrões de beleza imposta pelas mídias de comunicação e os transtornos gerados por esse “ideal da beleza. A metodologia utilizada foi uma revisão integrativa, realizada nas bases indexadas Scielo e BVS. Sendo selecionados dez artigos em português, completos referentes aos anos de 2006 a 2020. Os resultados apresentam influência negativa da mídia nos comportamentos alimentares e auto avaliação da imagem corporal, uma forte ligação desses meios de comunicação em massa, cada vez mais pessoas ficam doentes em busca dessa autoimagem ilusória que é passada diariamente em revistas, televisões e redes sociais. Sendo assim, conclui-se que as pessoas ficam doentes em busca dessa autoimagem ilusória que é passada diariamente em revistas, televisões e redes sociais. E inúmeras são as consequências geradas quando não bem-sucedidas.

Palavras-chave: Imagem corporal. Mídia. Transtornos mentais.

1 INTRODUÇÃO

A imagem corporal é o conceito de que cada um tem seu corpo e seus próprios aspectos, que nos diferenciam um dos outros, sobretudo a imagem sofre influências pelo meio em que vivemos e pelas situações que enfrentamos. A mídia - indústrias de comunicação e entretenimento - tem sido considerada uma grande influenciadora, contribuindo para a formação da autoimagem, muitas das vezes negativamente (PIRES *et al.*, 2019).

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Orientadora do trabalho e Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

³ Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: marcela.nolasco@uniptan.edu.br.

A insatisfação corporal está relacionada a alguns fatores demográficos, dentre eles o público alvo adolescente do sexo feminino. Com base nas análises feitas, 62% dos adolescentes estão insatisfeitos com a sua imagem corporal (CARVALHO *et al.*, 2020).

O comércio do corpo tem moldado um padrão de beleza tão inalcançável que gera frustrações a aqueles que não os alcançam, desencadeando doenças como depressão, ansiedade, anorexia, bulimia, isolamento social e alterações do humor (DOURADO *et al.*, 2018).

A cultura da magreza é algo que vem sendo propagado desde o século XX nas culturas Ocidentais³, dessa forma, a imagem corporal é associada ao julgamento em que nós indivíduos temos, ao comparar parâmetros de peso, avaliação corporal, autoimagem e falhas em dietas ao de outros indivíduos, levando a quadros de extrema frustração e criando assim uma avaliação negativa em relação ao próprio corpo (DOURADO *et al.*, 2018). A mídia exerce um papel dominante em disseminar informações, ideias e comportamentos, sendo usada até como um instrumento pedagógico, pois consegue modificar relações das quais antes eram estáveis³. Podemos citá-la como uma grande vilã ao que se diz respeito à imagem corporal, pela sua constante perceptiva ideológica ao se referir a um único padrão de beleza, na qual ser belo é ser magro, induzindo as pessoas a se compararem aos outros e sempre tentar a todo custo, se encaixar no que é considerado padrão (DOURADO *et al.*, 2018).

Foram realizadas buscas sistemáticas, na base Biblioteca Virtual Em Saúde (BVS), buscando responder à questão norteadora: qual a importância da assistência de enfermagem frente aos transtornos causados pelo ideal de beleza? Utilizaram-se como descritores: “imagem corporal”, “insatisfação com imagem corporal”, “enfermagem”, “transtornos mentais”, “mídia”. Os estudos coletados mostram que transtornos mentais e alimentares são as complicações decorrentes.

Diante disso, o principal objetivo foi identificar as principais consequências geradas pela insatisfação corporal tendo como influência fatores negativos vindos das mídias. O presente estudo buscando uma visão mais ampla dos profissionais de enfermagem na abordagem a estes indivíduos evidenciou o vínculo paciente-enfermeiro, identificando as reais causas dessa situação e trabalhando juntos para um resultado satisfatório estando apto a esclarecer as informações de forma clara e objetiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A beleza dos corpos sempre teve um ideal estabelecido em cada período. Ao longo dos séculos até o presente momento o padrão foi “De esbelta a roliça e de natural a pintada, a

silhueta e o rosto femininos foram correspondendo às diferentes condições de dieta, de estatuto e de riqueza, dando origem a novos padrões de aparência e gosto”. Já durante a década de 60 o corpo “sexy symbols” era eternizado em revistas, o padrão magro, branco e de classe média se impõe aos corpos roliços, pretos e pobres (DOURADO *et al.*, 2018).

As pessoas não se tornaram mais feias, ou menos bonitas; não ficaram inferiores, ou menos perfeitas. O fato é que vivem em constante insegurança, e existe um motivo para isso: Pessoas alegres, bem-sucedidas e satisfeitas têm outras ambições que vão além do consumo e da busca pela beleza ideal... E isso é um perigo para o mercado (DOURADO *et al.*, 2018).

Ainda que haja variedades de tipos e tamanhos de copos, a mídia ainda impõe o padrão magro e branco, ou o padrão magro branco malhado, com seios enormes e bumbuns avantajados, seja por não terem condições nem interesses industriais, comerciais, ou tecnológicos de mostrar essa variedade (DOURADO *et al.*, 2018).

Constroi-se a imagem corporal a partir daquilo que é visto no espelho e que estrutura-se mentalmente sobre elas, sendo dependente da aprovação dos “padrões estéticos”, o autoconceito, definido pelo conhecimento que o próprio indivíduo desenvolve por si mesmo, pode estar ligado a imagem corporal (PIRES, *et al.*, 2019). Inúmeras são as barreiras criadas à aceitação do corpo, incluindo algumas que são mantidas e escoradas pela própria insegurança e vulnerabilidade psicológica da pessoa afetada (DOURADO *et al.*, 2018).

A insatisfação com a imagem corporal tem sido relacionada a alguns fatores demográficos como ser adolescente e do sexo feminino e psicossociais como estar envolvido com exposição ao bullying. Essa insatisfação é mais evidente nesse grupo por serem mais vulneráveis as pressões impostas pela sociedade, familiares, amigos e pela mídia para que alcancem o corpo perfeito como forma de obtenção de aceitação, sucesso social e a tentativa de se enquadrar nos padrões de beleza considerados ideais, gerando insatisfação com a imagem corporal quando não bem-sucedidas.

O maior acesso à mídia na adolescência tem sido associado ao aumento de peso e à menor aptidão física na vida adulta, insatisfação corporal, inabilidade em controlar o peso corpóreo e comportamentos de risco para transtornos alimentares (PIRES *et al.*, 2019; CARVALHO *et al.*, 2020). A mídia, termo usado no Brasil para designar o conjunto de meios de comunicação - sinônimo de “meios de comunicação social”-, abrange veículos responsáveis pela difusão das informações, como rádio, jornais, revistas, televisão, vídeo, entre outros canais, ganharam forças no século passado tornando-se ditadora do modismo. Atualmente, ela desempenha papel determinante, cria e dita ideias, tendências e comportamentos exercendo forte função ideológica sobre a sociedade. A mídia faz uso de estratégias intensas, repetitivas e

manipuladoras para alcançar seu objetivo de incentivar o consumo de um bem, alimento, vestimenta ou estilo de vida (CARVALHO *et al.*, 2020; DOURADO *et al.*, 2018)

O meio de comunicação é um dos mais importantes equipamentos sociais para a produção de dominância, significação e interpretação do mundo. Nessa perspectiva, “ser belo” e “ser magro” se configuram como um modelo de unidade propagado por esses meios que produzem formas de existir e se relacionar. O deslumbramento provocado pela mídia gera caprichos cada vez maiores na busca da perfeição (CARVALHO *et al.*, 2020; DOURADO *et al.*, 2018).

Ligado a esse processo de estimular à busca do corpo perfeito, as redes sociais também são ferramentas influenciadoras que aguça ainda mais a imposição desse padrão, a busca incessante a conquista da maior quantidade possível de reações, de likes, de smiles, de elogios... Facebook, Instagram, Tik tok, e outras inúmeras redes já extintas, propagaram e propagam esse desejo de aceitação². O acesso às ferramentas que manipulam fotos reais, as “photoshopadas”, o uso de filtros para que as imagens fiquem mais atrativas, que distorcem a realidade construindo uma ilusão de felicidade inabalável é cada vez mais aceito e usado (DOURADO *et al.*, 2018).

Diante disso, há relatos de alguns pesquisadores que estudam o efeito das imagens veiculadas pela mídia sob os comportamentos dietéticos e encontraram evidências de que as normas culturais exercem um impacto significativo sob a alimentação. Surgindo assim, em uma instância educativa que define, regula e disciplina corpos, ditando padrões estéticos conforme interesses mercadológicos². Entre as adolescentes a meta é ser magra como as atrizes e modelos de passarela, a utilização de métodos inadequados para a diminuição do peso corporal, tais como: vômitos auto induzidos e prática extenuante de atividade física é acentuada (FORTES *et al.*, 2015).

Comer é um ato social que vai além das necessidades básicas de alimentação, indispensável ao desenvolvimento. Os adolescentes constituem um grupo nutricionalmente vulnerável, considerando suas necessidades nutricionais aumentadas, seu padrão alimentar e estilo de vida, e sua suscetibilidade às influências ambientais (FORTES, 2015).

De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - IV (DSM-IV, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). A insatisfação corporal pode estar ligada á Transtornos Alimentares (TA), tais como anorexia e bulimia nervosa. TA está relacionada ao medo de engordar e do desejo constante de perder peso (FORTES, 2015).

Considera-se que a Insatisfação da Imagem Corporal (IC) seja um dos principais motivos para o desenvolvimento das (TAs). Como a anorexia nervosa por distorção da (IC),

onde o indivíduo se vê acima do peso, o que leva a restrições alimentares e intenso emagrecimento, geralmente com Índice de Massa Corporal (IMC) abaixo do normal. Esses distúrbios comprometem a saúde e o bem-estar e podem desencadear quadros como amenorreia, bradicardia, baixa temperatura corporal, edema de membros inferiores, obstipação, cianose periférica, arritmias cardíacas, perda de massa óssea e, em quadros mais graves, podem levar a morte (BITTAR, 2020). A progressão destas doenças é distribuída em três grupos: os predisponentes (fatores genéticos, biológicos, neurológicos de personalidade, familiares e socioculturais), os fatores que precipitam a doença (dietas hipocalóricas, efeitos estressores) e fatores mantenedores (alterações fisiológicas e psicológicas), como por exemplo: melancolia, ansiedade, depressão, isolamento e alterações de humor⁸. Desse modo, é intrigante ver jovens garotas diagnosticadas com (TAs), tão “destruídas” física e psiquicamente. Tais características provocavam inúmeros sentimentos na equipe de enfermagem o que acaba por interferir na qualidade da assistência prestada (GRANDO, 2006).

Verificamos que os valores e crenças da família também influenciam a origem do transtorno, interferindo na construção da imagem corporal, surgindo uma forma singular de cuidar, ancorada em conhecimentos prévios oriundos de fontes teóricas, da prática diária, de conceitos e preconceitos sociais, estigmatizantes em maior ou menor grau, em crenças e vivências pessoais (GRANDO, 2006).

O profissional da enfermagem enfrenta conflitos quando percebe a dificuldade dos pacientes em tomar decisões e ter controle sobre sua própria vida, colocando-a em risco muitas vezes, levando o profissional a uma postura de limite/controle excessiva, pois não provoca amadurecimento por parte do paciente, que continua sem possibilidades de vivenciar uma verdadeira autonomia. É principalmente o risco de suicídio que provoca sentimentos muito fortes e contraditórios, gerando desgaste emocional intenso no trabalhador de enfermagem (GRANDO, 2006).

Os profissionais, para evitar a tentativa de suicídio, assumem uma postura controladora, e para se protegerem do estresse, utilizam mecanismos de defesa, como a fragmentação do relacionamento enfermeira-paciente, despersonalização, categorização e negação da importância do indivíduo, distanciamento e negação de sentimento (GRANDO, 2006).

O enfermeiro por sua vez, atua como agente de saúde/educador e intermediário entre o conhecimento científico e o senso comum, portanto, deve ampliar suas dimensões do cuidar, buscando estratégias que privilegiem o paciente, seu sofrimento, sua dor. Reconhecendo que para se promover a saúde não basta ensinar novos conhecimentos e padrões, é preciso compreender os motivos e emoções que medeiam tais conhecimentos e práticas, desvelando a

base afetivo-volitiva do agir e pensar. Dessa forma, as relações, a consciência e as ações não são apenas cognitivas e sociais elas têm carga afetivo-simbólica (GRANDO, 2006).

É sem dúvidas, um dos maiores desafios destes profissionais, trabalhar com essas pessoas para que reavaliem suas próprias condutas e as tornem mais flexíveis, de modo a buscar adaptação criteriosa que lhes permita vivenciar um grau de autonomia saudável. É necessário começar a despontar uma intencionalidade do cuidar permeada por atitude de acolhimento, quando as ações envolvem escuta, estabelecimento de vínculo de confiança e necessidade de respeito à individualidade de cada paciente.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa realizada a partir de estudos publicados que permitiu a formulação de novos conhecimentos baseados nos resultados encontrados.

- 1-Identificação do tema e definição dos problemas.
- 2-Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos na busca de dados.
- 3-Categorização das informações selecionadas.
- 4-Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa.
- 5-Interpretação dos resultados.
- 6-Apresentação da revisão e síntese dos dados obtidos.

Na busca de respostas à questão formulada, foi realizada uma pesquisa exploratória em períodos online na plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) no mês de fevereiro, março, abril de 2021, tendo como finalidade identificar a produção científica sobre a temática abordada, a fim de esclarecer conceitos e ideias sobre o papel do enfermeiro no enfrentamento das consequências dos padrões de beleza impostos pela mídia. Foram usados os descritores: imagem corporal, insatisfação com a imagem corporal, mídia, enfermagem e transtornos mentais.

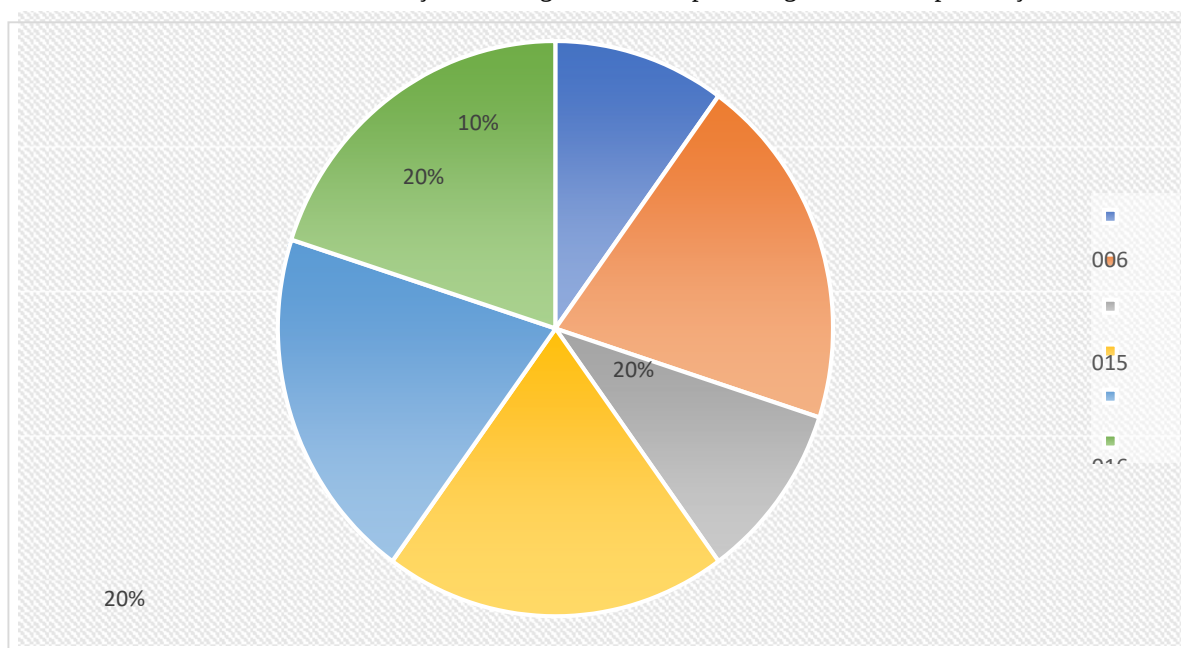
O recorte temporal adotado foram estudos publicados nos últimos cinco anos. Foram incluídos estudos em português disponíveis na íntegra e excluídos artigos repetidos nas bases de dados, teses e dissertações, bem como aqueles que não respondiam ao problema de pesquisa.

Na busca foram encontrados 1.112 artigos, utilizando os seguintes descritores: Imagem corporal *and* Indústria da beleza, Imagem corporal *and* Mídia, Insatisfação corporal *and* Transtornos mentais. Após aplicação dos filtros foram resgatados 148 artigos, destes, foram selecionados 10 artigos o restante foi excluído por não atender aos critérios de inclusão.

A organização das informações atribui-se por meio de um instrumento estruturado, já validado, avaliando - se dados inerentes á identificação do artigo, tipo metodológico do estudo, análise do rigor metodológico, das intervenções determinadas e os resultados encontrados nos artigosao periódico, autor estudo e ao nível de evidência.

4 RESULTADOS

Gráfico 1: Distribuição dos artigos conforme porcentagens e ano de publicação



Fonte: Estudo de autores, 2021

Conforme descrito no gráfico 1, a porcentagem de autores preocupados com a temática tem se mantido constante. Questões como saúde ou qualidade de vida não sendo abordados como foco principal exagerando em exercícios físicos, cópia de dietas de internet, ausência de alimentação adequada. Nos anos de 2006 e 2016 apresentaram quantidade menores de publicações, sendo 50% dos demais anos pesquisados. Dentre estes autores estudados (quadro 1), Bento e colaboradores (2016) destacam a visão da imagem corporal relacionada à percepção do tamanho e forma do nosso corpo e nossos sentimentos em relação à forma física. Recentemente (quadro 1), Amaral e seus colaboradores (2019) relatam que pesquisas na atualidade vem valorizando a imagem corporal positiva, considerando a imagem corporal para além de seus aspectos patológicos, como amor abrangente e respeitoso pelo próprio corpo. Ressalta-se ainda, a pouca investigação da imagem corporal positiva, no que diz respeito a modelos teóricos robustos no contexto da população brasileira brasileiro.

Cumpri-se destacar que, para Voese e seus colaboradores (2015) (quadro1), a enfermagem desempenha papel fundamental na identificação dos reais motivos que influenciam a procura pela cirurgia, naqueles indivíduos que acreditam não estarem nos padrões fazendo referência à imagem corporal e assim, desejam moldar o corpo para obterem aceitação social, já que muitas vezes a realização desta é usada como uma espécie de fuga para algum problema pessoal

Quadro 1: Descrição dos trabalhos publicados e incluídos na revisão integrativa, de acordo com o título do artigo, autores, base de dados, periódicos, ano de publicação, objetivo, resultados e conclusão.

Artigo N°	Título do artigo	Autores	Base de dados	Periódico (Vol, nº, pag, ano)	Objetivos	Resultados	Conclusão
A1	Insatisfação com a imagem corporal e fatores associados em adolescentes.	CARVALHO, Giulia; NUNES, Ana Paula; MORAES, Cláudia; VEIGA, Glória.	BVS	Ciência & Saúde Coletiva, 25(7):2769-2782, 2020	Examinar os fatores associados a insatisfação com a imagem corporal	O desejo de ter uma silhueta menor foi maior nas meninas, naqueles que tinham padrão de refeição insatisfatório com excesso de peso e perímetro da cintura elevado	É necessário estratégias para uma percepção mais positiva da imagem corporal, principalmente para meninas e jovens com excesso de peso, que orientem sobre consumo adequado de refeições e para prevenção de exposição a provocações pelos pares, valorizando a convivência e o bem estar frente às diferenças corporais existentes.
A2	Mídia e comportamento alimentar na adolescência	BITTAR, Carime; SOARES, Amanda.	BVS	Bittar, C., & Soares, A. (2020). Mídia e comportamento alimentar na adolescência. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	Identificar como os padrões expostos pela mídia influenciam na construção da imagem corporal de adolescentes e como essa relação pode modificar as escolhas alimentares e deixá-los mais vulneráveis aos transtornos alimentares	A mídia exerce grande poder na construção da imagem corporal e na formação de padrões estéticos, os quais afetam Os adolescentes em sua fase de vulnerabilidade	Adolescentes são um grupo de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares e a mídia é um fator contribuinte no comportamento alimentar disfuncional

A3	Apreciação corporal e aspectos associados entre adolescentes e mulheres jovens.	AMARAL, Ana; MEDEIRO S, Aline; ARAÚJO, Alcimara; ANA, Alessandra; HUDSON, Tassiana; FERREIRA, Maria.	BVS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de	Investigar os fatores que influenciam a apreciação corporal entre adolescentes e mulheres jovens.	O modelo de regressão linear múltipla apontou a satisfação corporal como principal preditor de maior apreciação corporal, seguido da autoestima, das atitudes alimentares e de menor influência da mídia	Esses resultados contribuem para o entendimento da imagem corporal positiva entre adolescentes e jovens brasileiras, apontando importantes questões e desafios para pesquisas futuras.
A4	Transtornos alimentares, imagem corporal e influência da mídia em universitárias.	OLIVEIRA, Ana; FOSENA, Isadora; ALMADA, Maria; ACOSTA, Rene; PEREIRA, Kallyne; NASCIMENTO	BVS	Rev enferm UFPE on line. 2020;14:e245234	Avaliar em universitárias da área da saúde, indícios de transtornos alimentares, satisfação com a imagem corporal e influência da mídia	A maioria das universitárias apresentou índice de Massa Corporal adequado; 26,7% apresentaram indícios de transtornos alimentares; 4,4%, insatisfação corporal grave e a influência da mídia e a compulsão alimentar periódica apresentaram-se em 2,2% do total da amostra	O diagnóstico precoce desses distúrbios, assim como de suas complicações clínicas, nem sempre é possível. Torna-se essencial que o tratamento das complicações seja realizado de maneira concomitante ao acompanhamento psicoterápico e nutricional
A5	Autoestima, insatisfação corporal e internalização do ideal de magreza influenciam os comportamentos de risco para transtornos alimentares?	FORTES, Leonardo; MEIRELES, Juliana; NEVES, Clara; ALMEIDA, Sebastião; Ferreira, Maria.	BVS	Rev. Nutr., Campinas, 28(3):253-264, maio/jun., 2015	Verificar a influência da autoestima, da insatisfação corporal e da internalização do ideal de magreza nos comportamentos de risco para transtornos alimentares de adolescentes do sexo Feminino.	Indicaram influência dos escores do <i>Body Shape Questionnaire</i> ($p<0,05$) e da <i>Sociocultural Attitudes Towards Appearance Questionnaire-3</i> ($p<0,05$) em todas as subescalas do <i>Eating Attitudes Test</i> . Em contrapartida, os achados não demonstraram influência da Escala de Autoestima de Rosenberg nos escores das subescalas do <i>Eating Attitudes Test</i> ($p>0,05$)	Insatisfação corporal e a internalização do ideal de magreza influenciam os comportamentos de risco para transtornos alimentares em adolescentes do sexo feminino, fato que não foi evidenciado para a autoestima

A6	Os transtornos da alimentação sob a ótica da enfermagem	GRANDO, Lucia; ROLIM, Marli.	BVS	Acta Paul Enferm 2006; 19(3): 265-70.	Identificar as representações sociais da equipe de enfermagem acerca dos transtornos da alimentação	Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, da qual emergiram duas categorias – “A construção do conhecimento” e “Campo das ações/sentimentos” que compreende temas como controle/limite, em que o sofrimento psíquico do trabalhador é mais evidente, principalmente na iminência do suicídio.	Precisamos atentar para o conteúdo afetivo-simbólico que os indivíduos imprimem nas relações e cuidar de todos os envolvidos nesse processo
A7	(IN)satisfação com a imagem corporal e atitudes alimentares em estudantes do ensino secundário.	PIRES, Maria; FERNANDS, Adília; PEREIRA, Ana.	BVS	Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental (Spe7), 17-24	Avaliar as atitudes alimentares e a satisfação com a imagem corporal em estudantes do ensino secundário.	38% dos adolescentes estava satisfeito com a sua imagem corporal. Os resultados da escala de Children's Eating Attitude Test em função da satisfação com a imagem corporal indicam que as atitudes alimentares são estatisticamente distintas entre os jovens satisfeitos e não Satisfeitos com a silhueta.	Realça-se a necessidade de implementar estratégias multidisciplinares, não apenas direcionadas aos jovens, mas alargadas à dinâmica familiar.
A8	Corpo, cultura e significado.	DOURADO, Cláudia; FUSTINON I, Suzete; SCHIRMER, Janine; SOUZA, Camila.	BVS	J Hum Growth Dev. 2018; 28(2):206-212.	Abordagem de caráter crítico reflexiva sobre o padrão do corpo ao longo da trajetória histórica, assim como sua representatividade cultural e o significado a ele atribuído.	A cultura pode de poder de compra sobre o corpo feminino, da discriminação, da violência, da indiferença. Revela-se uma discussão sobre aspectos fundamentais e importantes para se compreender o corpo na totalidade, não apenas como uma estrutura orgânica, mas como algo complexo e subjetivo que sofre constantes influências do ambiente ao qual é exposto, da época e da sociedade na qual está	o corpo sempre esteve em uma posição de destaque nas civilizações desde os inúmeros períodos históricos vividos, independentemente de qual momento, sempre houve um estereótipo corporal a ser seguido, cultuado e adorado, e a busca por essa conquista continua nos dias atuais.

A9	Transtornos alimentares, imagem corporal e estado nutricional em universitárias de Petrolina-PE	BENTO, Karine; ANDRADE, Karen; SILVA, Emerson; MENDES, Marianne; CARVALHO, Paulo; SCHWINGEL, Paulo.	BVS	Revista de brasileira de ciência da saúde. Volume 20, 2016	Verificar o comportamento de risco para transtornos alimentares, estado nutricional e percepção da imagem corporal em estudantes do sexo feminino dos cursos de saúde da Universidade de Pernambuco (UPE)	As voluntárias tinham idade compreendida, entre 18 a 26 anos, Destas , 8,7% apresentavam leve insatisfação corporal, bem como, 21,8% corriam risco de desenvolver algum transtorno alimentar	Houve universitárias com risco de desenvolver transtornos alimentares assim como com distorção da imagem corporal
A10	Cirurgia plástica estética: experiências sobre (re)construções corporais e implicações para a enfermagem.	VOESE, Carla; KLEINPAU, William; PEATRY, Analidia.	BVS	Rev Rene. 2015mar-abr; 16(2):185-93.	Identificar motivos que levam indivíduos sadios a buscar, pela primeira vez, métodos cirúrgicos para modificação corporal.	Os motivos que levam indivíduos saudáveis a enfrentar riscos cirúrgicos dizem respeito a melhorar a satisfação com a própria imagem corporal almejando melhor inserção social. Custo financeiro, medo e apoio familiar, podem dificultar a decisão de realizar cirurgia	A cirurgia plástica pode promover a reconquista da autoestima do indivíduo que a realiza.

Quadro 2: Delinamento e Níveis de evidências dos artigos utilizados para os estudos.

Artigo N°	Delineamento	Nível de evidência	País de origem
A1	Qualitativa,transversal	4	Brasil
A2	Revisão literária	5	Brasil
A3	Qualitativa	6	Brasil
A4	Qualitativa,descritivo, transversal e observacional	6	Brasil
A5	Qualitativa	6	Brasil
A6	Qualitativa,descritiva e exploratória.	6	Brasil
A7	Observacional, analítico e transversal	6	Brasil
A8	Caráter crítico-reflexivo	6	Brasil
A9	Transversal	6	Brasil
A10	Descritivo, exploratório e qualitativo	6	Brasil

Fonte: Autores do estudo, 2021.

5 CONCLUSÃO

Os resultados desse estudo apresentam impactos identificados pela influência negativa da mídia nos comportamentos alimentares e auto avaliação da imagem corporal. Pode-se perceber a forte ligação desses meios de comunicação em massa que expõem a busca do corpo perfeito, mas comercializam alimentos com grande teor calórico e bebidas alcoólicas em modelos considerados “padrões” perante a sociedade, sendo o objetivo principal comercialização de produtos ou serviços e não a saúde.

Foi observado que cada vez mais pessoas ficam doentes em busca dessa autoimagem ilusória que é passada diariamente em revistas, televisões e redes sociais. E inúmeras são as consequências geradas quando não bem-sucedidas. Diante disso, podemos refletir em como os meios de comunicação e as indústrias vem causando impactos negativos, ditando um padrão de

beleza muitas vezes inalcançável para todos, gerando grandes frustrações e desencadeando problemas sérios de saúde e psicológicos. A pressão sobre as meninas começa ainda na infância, onde o modelo de princesas é muito magro, “cinturinha de pilão”. As protagonistas mirins de novelas e filmes também seguem a mesma linha, sempre magras como “Barbie”, na adolescência, musas *teens*, modelos, atrizes e meninas do *Instagram* com suas barrigas “negativas” só aumentam a distância da maioria das nossas meninas de serem consideradas bonitas para a mídia do corpo perfeito. O resultado, uma geração de meninas que se acham feias, insatisfeitas com o próprio corpo.

Neste contexto, a enfermagem deve desenvolver um papel muito além do assistencial, o enfermeiro tem a função educadora e, portanto, deve promover e orientar esses adolescentes, que muitas vezes não têm informação correta nesse processo turbulento que é a auto aceitação. Não é um processo fácil, requerem pesquisas, mediações e bastante persistência em ambas as partes enfermeiro/paciente, tendo em vista que há necessidade de mudança cultural, atitudes que já estão enraizadas e moldadas por gerações.

O enfermeiro deve criar um elo com esses pacientes, buscando entender a raiz do problema, tendo uma visão holística da situação e desconstruir essas barreiras que limitam a assistência prestada por estes profissionais e a desistência da procura de ajuda por estes adolescentes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. C. S., MEDEIROS, A. S. F., ARAÚJO, A. C. M. R. ANA, A. A. S., HUDSON, T. A., FERREIRAN, M.E. C. Apreciação corporal e aspectos associados entre adolescentes e mulheres jovens. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/6SCfPQFgszjKSFwSfRyg48Q/?lang=pt&format=html>

BENTO KM, ANDRADE KNDS, SILVA EIGS, MENDES MLM, OMENA CMB, CARVALHO PGS ET AL.. Transtornos alimentares, imagem corporal e estado nutricional em Universitárias de petrolina-PE. Revista de brasileira de ciência da saúde. v.20, n. 3, p. 197-202, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/26418/15861>

BITTAR C, SOARES A. Mídia e comportamento alimentar na adolescência. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. v.4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/mfTpzZ6F3YhywBGx5tVLkgx/?lang=en>

CARVALHO X.G, NUNES N.P.A, MORAES L.C, VEIGA V.G. Insatisfação Com a Imagem Corporal e Fatores Associados em Adolescentes. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n.7, p. 2769-2782, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qf7QbHsJKZYy5RnRkZhL4LF/abstract/?lang=pt>

DOURADO C.S, FUSTINONI M.S, SCHIRMER J, SOUZA C.B. Corpo, cultura e significado. *Journal of Human Growth and Development* v.7, p.1-7. 2018 . Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/147240/141062>

FORTES L.S, MEIRELES J.F.F, NEVES C.M., ALMEIDA S.S, FERREIRA M.E.C. Autoestima, insatisfação corporal e internalização do ideal de magreza influenciam os comportamentos de risco para transtornos alimentares? *Revista de Nutrição*. Campinas, v. 28, n. 3, p.253-264, 2015. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/rn/a/nhtnptkxTq4kGQtCXZTyCFp/?lang=pt>.

GRANDO L.H, ROLIM M.A. os transtornos da alimentação sob a ótica dos profissionais de enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*. v. 19, n. 3, p. 265-70, 2006 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/BzR8StRPKkrLS3qjvkgmtVH/?lang=pt#>.

OLIVEIRA, A.; FOSENCA, I.; ALMADA, M.; ACOSTA, R.; PEREIRA, K.; NASCIMENTO, P.; SALOMÃO, J. Transtornos alimentares, imagem corporal e influência da mídia em universitárias. *Revista de enfermagem UFPE on line*. v.14, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1102770>

PIRES M.L.G, FERNANDES A, PEREIRA A.M.G.R. (IN) satisfação com a imagem corporal e atitudes alimentares em estudantes do ensino secundário. *Revista portuguesa de enfermagem de saúde mental*. 1647-2160. V 7, P. 17- 24. 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/21940>.

VOESE CF, KLEINPAUL WV, PETRY AR Cirurgia plástica estética: experiências sobre (re)construções corporais e implicações para enfermagem. *Revista Rene*. v.16,n.2, p. 185-93., 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/2703/2088>.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO FUNCIONAL E AMBIENTE FAMILIAR DE CRIANÇAS PORTADORAS DA SÍNDROME DE DOWN

Luiza Moraes Araújo Souza¹
Jasiara Carla de Oliveira Coelho²

RESUMO - O desenvolvimento humano é uma constante reorganização dos estágios evolutivos, podendo ser estimulado ou inibido conforme as vivências. Nesse contexto, a Síndrome de Down (SD) é uma condição genética considerada como uma das maiores causas da deficiência intelectual que afeta, principalmente, o desenvolvimento motor da criança devido à hipotonia e à grande amplitude de movimento. O objetivo desta pesquisa foi avaliar o desenvolvimento e a influência familiar de sete crianças na faixa etária de 6 meses a 7 anos dentro das APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) das cidades de São João Del Rei-MG e São Vicente de Minas-MG. Tratou-se de uma pesquisa com o foco em levantamento de dados por meio de dois tipos de avaliação: uma voltada para o desenvolvimento funcional usando a escala de Avaliação Pediátrica de Incapacidade – PEDI (*Pediatric Evaluation of Disability Inventory*) e outra com foco no ambiente familiar usando a escala HOME (*Home Observation for the Measurement of the Environment*). A partir dos resultados coletados foi possível traçar o perfil de desenvolvimento funcional de crianças portadoras da Síndrome de Down, além de avaliar o ambiente familiar no qual elas estão inseridas. Os dados também proporcionaram informações suficientes para traçar formas de intervenção que auxiliem no desenvolvimento funcional dessas crianças visando a melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Desenvolvimento funcional. Síndrome de Down. Ambiente familiar. Escalas de desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano é um processo que abrange mudanças desde a concepção, passando pela maturidade e chegando até a morte na velhice (PILATTI *et al.*, 2011). Tal evolução é considerada como uma capacidade do indivíduo em realizar funções cada vez mais complexas que só podem ser mensuradas por meio de provas ou testes funcionais (SÁ *et al.*, 2018).

¹ Discente do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Presidente do Diretório Acadêmico de Fisioterapia (DAFISIO) e da Liga Acadêmica de Fisioterapia em Pediatria (LAFIPE), Segunda Secretária da Liga Acadêmica de Neurociências na Saúde (LANCS) do UNIPTAN.

² Pós Doutora em Análise de Modelagem/Controle de Sistemas Biológicos pela UFSJ/Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET. Docente e Coordenadora do Curso de Fisioterapia do UNIPTAN.

O despertar das aptidões, chamado de maturação, por meio da experiência adquirida da prática e do esforço resulta em aprendizagem motora (ARAÚJO; SCARTEZINI; KREBS, 2007). Esta, por sua vez, tem como consequência a habilidade e o comportamento motor, que são, respectivamente, a ação de um movimento voluntário e a performance aplicada a essa ação (VENTURELLA *et al.*, 2013).

Segundo a Ampulheta de Gallahue e Ozmun (2001), o desenvolvimento infantil é dividido em quatro fases que relacionam as faixas etárias e suas aquisições motoras, sendo estas: i) fase motora reflexiva de 4 meses no útero até 1 ano de idade, que é caracterizada por movimentos reflexos de sobrevivência e proteção; ii) fase motora rudimentar até os 2 anos de idade, quando a criança inibe os reflexos e possui um pré-controle dos movimentos; iii) fase motora fundamental até os 7 anos, na qual há uma maior exploração e aprimoramento dos movimentos voluntários; iv) fase motora especializada que perdura acima dos 14 anos e possui um maior aperfeiçoamento e definição dos movimentos de utilização permanente. Nem sempre as fases serão seguidas rigorosamente, pois a aquisição de habilidades depende de fatores intrínsecos, como hereditariedade, crescimento orgânico e maturação neurofisiológica, e extrínsecos, como o meio ambiente onde a criança está inserida.

Nesse sentido, a Síndrome de Down é uma alteração genética do tipo trissomia, na qual o cromossomo 21 passa a ter 47 em vez de 46 cromossomos. Esta condição foi reconhecida por John Langdon Down há mais de um século e se constitui por uma das maiores causas de deficiência mental, além de afetar o desenvolvimento motor por consequência da hipotonia (característica muscular) e da amplitude de movimento (ARAÚJO; SCARTEZINI; KREBS, 2007). Um a cada 700 nascimentos possuem a SD e, na maioria das vezes, é decorrente da idade dos pais, referindo-se às mães com mais de 35 anos e aos pais com mais de 55 anos em média. A expectativa de vida no Brasil para esses indivíduos gira em torno de 50 anos de idade (TRINDADE; NASCIMENTO, 2016).

O comportamento e as aquisições motoras dependem do potencial genético e das variáveis do meio em que se vive. Dessa forma, as crianças com Síndrome de Down seguem os mesmos parâmetros das normais, apesar de passarem pelas fases motoras mais lentamente e em ritmo desigual (TRINDADE; NASCIMENTO, 2016). Concluindo-se, então, que apresentarão diferentes características em seus marcos motores de acordo com as influências recebidas em seu cotidiano (ARAÚJO; SCARTEZINI; KREBS, 2007).

Cabe ao profissional da saúde avaliar o desenvolvimento motor de uma criança e conhecer o contexto em que ela vive (MORAIS; CARVALHO; MAGALHÃES, 2016). É necessário conscientizar os pais ou responsáveis que na primeira infância a família tem papel

decisivo na educação, fazendo com que o indivíduo absorva valores culturais, éticos, morais e humanitários, além de criar vínculos, cuidados e estímulos essenciais ao crescimento e ao desenvolvimento (SILVA *et al.*, 2008).

Os testes de avaliação auxiliarão o profissional a estabelecer um diagnóstico cada vez mais fidedigno e correspondente às necessidades das crianças com Síndrome de Down, independente da fase de desenvolvimento em que a mesma se encontra. São considerados excelentes ferramentas para avaliação e acompanhamento, visto que podem ser modificados e aperfeiçoados conforme a evolução da sociedade como um todo e dos objetivos dos profissionais da saúde (DUARTE; BORDIN, 2000). Nesse sentido, foram utilizados o *Pediatric Evaluation of Disability Inventory* – PEDI (Avaliação Pediátrica de Incapacidade) que avalia as habilidades de desempenho na rotina diária, a independência e informa modificações no desempenho das tarefas, e o *Home Observation for the Measurement of the Environment* - HOME que é um método para analisar a influência familiar no desenvolvimento da criança durante a sua criação (SILVA *et al.*, 2017).

Mediante a falta de estudos da área na cidade de São João Del Rei (MG) e região, mostrou-se a necessidade de uma pesquisa do tipo levantamento nesta delimitação para que fosse possível apreender o perfil das crianças portadoras da síndrome relatada e quais são os estímulos familiares destinados ao desenvolvimento dos indivíduos da faixa etária de 6 meses a 7 anos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento de um organismo inclui todas as mudanças morfológicas e fisiológicas que contribuem para o curso de seu ciclo de vida (MOURA; PEREIRA, 2017). No corpo humano, o crescimento refere-se às transformações progressivas quantitativas que ocorrem nas dimensões do corpo, enquanto desenvolvimento abrange as transformações quantitativas e qualitativas, sendo resultante de aspectos associados ao próprio processo de crescimento físico, à maturação biológica e ao desempenho motor. Crescimento implica divisão e aumento de tamanho celular (hiperplasia e hipertrofia) e consequente aumento de massa corpórea que pode ser mensurada. Já o desenvolvimento engloba outros aspectos de diferenciação relacionados ao aprendizado e aquisição de funções que levam à capacidade progressiva de executar tarefas cada vez mais complexas (GUEDES, 2011).

Neste contexto, considera-se que crescimento é um pré-requisito para a otimização do processo de desenvolvimento no organismo jovem, principalmente no desempenho motor. Portanto, a monitoração do crescimento físico em crianças e adolescentes torna-se consensualmente aceita como um sensível instrumento de utilização singular na aferição das condições predisponentes voltadas à maximização do desenvolvimento orgânico (GUEDES, 2011).

2.2 A Síndrome de Down

A Síndrome de Down (SD) foi descrita em 1866 por John Langdon Down, um médico inglês pediatra, e é caracterizada por uma síndrome genética ocasionada por um erro na distribuição dos cromossomos durante a divisão celular do embrião. Esta causa uma trissomia no cromossomo 21, ou seja, a presença de três cópias do mesmo ao invés de duas (AGOSTINI; BISOGNIN; MARTINS, 2013).

A alteração genética na SD no desenvolvimento intra-uterino pode ocorrer de três formas, sendo a trissomia 21 simples, a translocação cromossômica e o mosaicismismo. A primeira é causada por uma não disjunção cromossômica, comumente de origem meiótica, de ocorrência casual. A segunda ocorre devido aos rearranjos cromossômicos com ganho de material genético, podendo ser de ocorrência casual ou de herança dos pais, nesse caso é identificado a trissomia do cromossomo 21 não como um cromossomo livre e sim de um cromossomo translocado com outro. E, por fim, a SD associada ao mosaicismismo, é a causa mais rara e a sua ocorrência é casual, na qual o zigoto começa a dividir-se normalmente, contendo o erro na distribuição dos cromossomos na 2ª ou 3ª divisões celulares. O mosaicismismo é caracterizado pela presença de duas linhagens celulares, uma normal com 46 cromossomos e outra trissômica com 47 cromossomos, sendo o cromossomo 21 extra livre (GÁRATE; SALAMEA, 2018).

A SD abrange uma multiplicidade de características clínicas, entretanto há uma variabilidade fenotípica entre os indivíduos que é vista como a maior frequência do atraso mental, da hipotonia muscular e da dismorfia facial. Os indivíduos portadores da síndrome podem apresentar diversas condições médicas associadas, como problema de visão e audição, apneia do sono obstrutiva e cardiopatias congênitas, e, apresentam, ainda, má formação muscular. Portanto, na criança com Síndrome de Down o desenvolvimento motor mostra-se atrasado devido a hipotonia muscular, da mesma forma que as demais áreas do desenvolvimento (GOLDBERG, 2002).

2.3 Instrumentos de avaliação

Ferramentas padronizadas auxiliam cada vez mais na avaliação de diversos aspectos da saúde de crianças e adolescentes. Na prática, estes instrumentos documentam o atendimento, além de ajudar na previsão de um determinado diagnóstico e na identificação da eficácia do tratamento realizado ou casos mais graves. Tais métodos possibilitam que os profissionais de saúde direcionem melhor os recursos a esses indivíduos (DUARTE; BORDIN, 2000).

2.3.1 Pediatric Evaluation of Disability Inventory – PEDI

O PEDI, comumente chamado de Avaliação Pediátrica de Incapacidade, é um inventário de avaliação infantil adaptado conforme as características socioculturais brasileiras (AGOSTINI; BISOGNIN; MARTINS, 2013). O desenvolvimento do *Pediatric Evaluation of Disability Inventory* foi realizado por Haley *et al.* em 1992 e a tradução e adaptação para o contexto brasileiro por Mancini em 2005. Sua aplicação se dá, principalmente, por meio de fisioterapeutas em crianças na faixa etária de 6 meses a 7 anos e meio, sendo na maioria dos casos portadoras de condições especiais (SOUZA; BRAGA, 2019).

A avaliação pode ser realizada remota ou presencialmente através de entrevistas com pais ou responsáveis ou com a escola, para documentar os atrasos ou mudanças nas habilidades funcionais após considerar o cotidiano da vida diária de crianças com deficiência (AGOSTINI; BISOGNIN; MARTINS, 2013). A confiabilidade de aplicação está acima dos 90%, variando de acordo com as observações diretas, com o que é relatado pelos entrevistados ou pelo julgamento clínico de profissionais familiarizados com a criança em questão (SOUZA; BRAGA, 2019).

O perfil funcional das crianças de acordo com o PEDI é baseado em três partes e três níveis em cada uma delas: autocuidado (I-73; II-8; III-8), mobilidade (I-59; II-7; III-7) e função social (I-65; II-5; III-5). A primeira parte (I), com 197 atividades, avalia as habilidades para desempenhar tarefas do cotidiano, pontuando com 1 para itens realizados ou 0 para a não realização dos itens. A segunda parte (II), com 20 subáreas, caracteriza o grau de dependência da criança através das pontuações 0 (completa dependência), 1 (assistência máxima - cuidador realiza maior parte da tarefa), 2 (assistência moderada - tarefa é dividida meio a meio), 3 (assistência mínima - criança necessita de pequena ajuda), 4 (responsável apenas supervisiona ou orienta) e 5 (independência - criança faz tudo sozinha). E por último, a terceira parte (III) informa as modificações utilizadas para desempenhar as tarefas funcionais através de 20

atividades, avaliadas em N (nenhuma modificação), C (modificação centrada na criança – não especializada), R (equipamento de reabilitação) e E (modificações extensivas) (AGOSTINI; BISOGNIN; MARTINS, 2013).

Após uma aplicação que dura em torno de 50 a 60 minutos, é possível observar três tipos de escore referente aos níveis avaliados: escore bruto (resultado dos itens), escore normativo (desempenho esperado) e escore contínuo (nível de capacidade da criança, não levando em conta a faixa etária). Além disso, o inventário PEDI também possibilita ao aplicador a contabilização dos erros padrões, os quais ajudam a verificar a confiabilidade da média amostral calculada (AGOSTINI; BISOGNIN; MARTINS, 2013).

2.3.2 Observação Familiar – HOME

O HOME, conhecido previamente como *Home Observation for the Measurement of the Environment*, avalia o ambiente de criação, através da observação da qualidade e da quantidade dos estímulos ofertados e de como é a relação familiar (GÁRATE; SALAMEA, 2018). Tal teste de avaliação foi proposto por Caldwell e Bradley em 2001, possuindo quatro versões para identificar aspectos interessantes desde a infância até a pré-adolescência (AMORIM, 2012).

Alguns itens são obtidos por meio do questionamento aplicado à família, entretanto, outros são apenas observados pelo avaliador em relação ao ambiente domiciliar. Todas as questões aceitam respostas do tipo sim ou não, ou seja, são questões dicotômicas. O escore bruto (ou total) é definido de acordo com as respostas positivas ou negativas da família, definindo se a criança é ou não bem estimulada, além de concluir se a criação familiar é favorável ao desenvolvimento infantil (SILVA *et al.*, 2017).

A primeira versão encontrada, HOME – *Infant Toddler* (IT – HOME), para crianças de 0 a 3 anos é dividida em seis partes: i) responsividade emocional e verbal da mãe (11 itens); ii) ausência de restrição e punição (8 itens); iii) organização do ambiente físico e temporal (6 itens); iv) disponibilidade de materiais, brinquedos e jogos apropriados (9 itens); v) envolvimento materno com a criança (6 itens); vi) oportunidade de variação na estimulação diária (5 itens) (SILVA *et al.*, 2017).

A segunda versão, HOME – *Early Childhood* (EC-HOME), é aplicada no ambiente familiar de crianças com a idade entre 3 e 6 anos, sendo composta por 55 itens que são divididos em 8 subescalas: i) estimulação através de brinquedos, jogos e materiais; ii) estimulação da linguagem; iii) ambiente físico – seguro, limpo e conduzido ao desenvolvimento; iv) orgulho, afeto e carinho; v) estimulação de comportamento acadêmico; vi) oferecimento de modelos e

encorajamento para maturidade; vii) variedades de estimulação; viii) punição física (AMORIM, 2012).

A terceira versão, HOME – *Middle Childhood* (MC-HOME), para a faixa etária de 6 a 10 anos é dividida em oito partes: i) responsividade (10 itens); ii) encorajamento da maturidade (7 itens); iii) clima emocional (8 itens); iv) materiais de aprendizagem (8 itens); v) enriquecimento (8 itens); vi) companheirismo familiar (6 itens); vii) integração familiar (4 itens); viii) ambiente físico (8 itens) (SILVA *et al.*, 2017).

Ainda é possível mencionar a existência de uma quarta versão, chamada de HOME – *Early Adolescent* (EA-HOME), que é destinada a avaliação do ambiente familiar de crianças e pré-adolescentes entre 10 a 14 anos de idade. Porém, o presente projeto não possuiu como objetivo a utilização da mesma, visto que a delimitação de faixa etária foi estabelecida para crianças na faixa etária de 6 meses a 7 anos (AMORIM, 2012).

A classificação da qualidade do ambiente doméstico se dá através das pontuações baixo, médio e alto, variando em cada versão do teste HOME (Quadro 1). Nesse sentido, conclui-se que é um instrumento muito fidedigno e de extrema consistência, devido às suas divisões de acordo com a idade (AMORIM, 2012).

Quadro 1 – Classificação da qualidade do ambiente doméstico segundo o inventário HOME.

HOME	Baixo	Médio	Alto
IT-HOME	0-25	26-36	37-45
EC-HOME	0-29	30-45	46-55

Fonte: Caldwell; Bradley, 1984.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo levantamento com caráter exploratório e descritivo. Para o trabalho foram incluídas crianças de 6 meses a 7 anos de idade portadoras da síndrome de Down e residentes dos municípios de São João del-Rei/MG e São Vicente de Minas/MG, nos quais estes indivíduos frequentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Após o contato e autorização das Associações mencionadas, foram identificadas doze crianças em São João del-Rei e três em São Vicente de Minas que atendiam aos critérios de inclusão.

O projeto de pesquisa foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e após a aprovação (CAAE 49493721.0.0000.9667) foram iniciados os contatos com os pais e

responsáveis pelas crianças (público alvo). Esta comunicação começou a ser feita a partir de agosto de 2021 por meio de mensagens via *WhatsApp* e por ligações telefônicas para fazer uma breve apresentação do projeto e para marcar uma reunião remota inicial, na qual foi apresentada cada etapa da pesquisa desde a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) até a aplicação dos testes de avaliação. Já nesta etapa, a amostra se reduziu a sete crianças, uma vez que uma possuía mais de sete anos naquele mês, duas mães se recusaram a participar, não foi possível realizar contato com três mães e outras duas participaram da reunião inicial, mas não compareceram para as demais.

Até o final de setembro, conforme disponibilidade dos pais das crianças, foram realizadas entrevistas de forma remota por meio da plataforma Zoom ou por vídeo chamada no *WhatsApp*. Para a execução destas reuniões, foram utilizados dois instrumentos de avaliação baseados em perguntas e respostas simples. O primeiro instrumento aplicado foi o *Pediatric Evaluation of Disability Inventory* (PEDI) - Versão 1.0 Brasileira (em cada item positivo, o indivíduo analisado recebe um ponto a mais no escore bruto) e o segundo instrumento utilizado foi o *Home Observation for the Measurement of the Environment* (HOME), para que fosse possível analisar o ambiente familiar da criança através dos estímulos recebidos em qualidade e quantidade e da relação entre pais e filhos. Para as crianças de 0 a 3 anos foi utilizada a versão *Infant Toddler*, que é dividido em seis fatores já mencionados; para as crianças de 3 a 6 anos foi usada a versão *Early Childhood*, dividido em oito seções. Alguns itens foram questionados à família enquanto dependeram da observação do avaliador quanto ao ambiente e a relação familiar. A pesquisa foi desenvolvida por duas acadêmicas do curso de Fisioterapia do UNIPTAN sob a supervisão da coordenadora do curso.

Ao final da coleta de dados, os resultados obtidos foram analisados e organizados em formato de textos e tabelas para melhor visualização. Assim, foi possível realizar também uma avaliação qualitativa em comparação com a literatura.

4 RESULTADOS

A criança 1 (C1) apresentava 30 meses na data da avaliação e residia na zona urbana de São João del-Rei, com a mãe, pai e irmãos. A criança 2 (C2), com 15 meses, também era residente de São João del-Rei com os pais. Já a 3 (C3), com 16 meses, reside em Santa Cruz de Minas, onde mora com o pai, a mãe e as irmãs, e estuda em São João del-Rei. A criança 4 (C4) tinha 32 meses e mora no município de São Vicente de Minas com os pais e o irmão. A 5 (C5), com 49 meses, reside em São João del-Rei com os pais. Por sua vez, a criança 6 (C6), com 57

meses, é residente, com a família de pais e irmãos, de São João del-Rei. E, por último, a criança 7 (C7), de 48 meses, foi a única residente da zona rural com o pai e a mãe, a qual se localiza no município de São Vicente de Minas. Todos os participantes frequentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em suas respectivas cidades.

Na primeira parte do *Pediatric Evaluation of Disability Inventory* - PEDI (Tabela 1), a qual avaliou as habilidades funcionais de cada indivíduo, foi observado, respectivamente para as crianças de C1 a C7, os seguintes escores brutos na seção de autocuidado: 32; 8; 11; 48; 47; 64; 28. Quando se tratava de mobilidade, a criança 1 apresentou uma pontuação de 33, a C2 3, C3 11, C4 53, C5 57, C6 55 e C7 20. E na área de função social, identificou-se índices de 30, 12, 18, 36, 39, 56 e 36, respectivamente para as crianças de 1 a 7.

Já em assistência do cuidador, a qual se trata da parte II do PEDI (Tabela 1), C1 a C7 obtiveram, respectivamente, os escores 3, 0, 1, 21, 22, 34 e 16 em autocuidado. Em mobilidade, determinou-se as respectivas pontuações seguindo a mesma ordem: 10; 0; 5; 25; 34; 34; 11. E, por último, observou-se em função social que C1 recebeu 5, C2 2, C3 6, C4 16, C5 20, C6 25 e C7 13.

No segundo questionário, o *Home Observation for the Measurement of the Environment* (HOME), utilizou-se as duas primeiras versões para os participantes: i) *Infant Toddler* - IT (0-3 anos); ii) *Early Childhood* - EC (3-6 anos). No HOME - IT (Tabela 2), aplicado para as crianças de 1 a 4, apresentou os respectivos escores brutos: 29 (64,4%); 35 (77,8%); 32 (71,1%); 44 (97,8%). E no HOME - EC (Tabela 3), que analisou a C5, C6 e C7, as mesmas receberam as pontuações 45 (81,8%), 46 (83,6%) e 42 (72,7%). Em relação às pontuações máximas: C3 obteve 100% em responsividade emocional e verbal da mãe; C4 em aceitação do comportamento da criança, em organização do ambiente físico e temporal, em disponibilidade de materiais, brinquedos e jogos apropriados, em envolvimento materno com a criança e em oportunidade de variação na estimulação diária; C5 em ambiente físico - seguro, limpo e conduzindo ao desenvolvimento e em estimulação de comportamento acadêmico; C6 em estimulação da linguagem, em ambiente físico - seguro, limpo e conduzindo ao desenvolvimento, em orgulho, afeto e carinho e em punição física; e C7 em orgulho, afeto e carinho e em punição física.

Tabela 1. Resultados do PEDI

Avaliação de Incapacidade Pediátrica / <i>Pediatric Evaluation of Disability Inventory</i>							
PARTE I	Habilidades Funcionais						
	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7
Autocuidado	32	8	11	48	47	64	28
Mobilidade	33	3	11	53	57	55	20
Função Social	30	12	18	36	39	56	36
PARTE II	Assistência do Cuidador						
	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7
Autocuidado	3	0	1	21	22	34	16
Mobilidade	10	0	5	25	34	34	11
Função Social	5	2	6	16	20	25	13

C1 a C7 – identificação para cada uma das 7 crianças avaliadas.

Tabela 2. Resultados do HOME - *Infant Toddler* (0-3 anos)

Subitens	Sub-escore Atingido				Escore Máximo
	C1	C2	C3	C4	
I - Responsividade emocional e verbal da mãe	8	10	11	10	11
II - Aceitação do comportamento da criança	6	6	5	8	8
III - Organização do ambiente físico e temporal	5	4	5	6	6
IV - Disponibilidade de materiais, brinquedos e jogos	4	7	4	9	9
V - Envolvimento materno com a criança	3	5	4	6	6
VI - Oportunidade de variação na estimulação diária	3	3	3	5	5

C1 a C4 – identificação para cada uma das 4 crianças avaliadas no intervalo de 0 a 3 anos de idade.

Tabela 3. Resultados do HOME - *Early Childhood*

Subitens	Sub-escore Atingido			Escore Máximo
	C5	C6	C7	
I - Estimulação através de brinquedos, jogos e materiais	8	8	7	11
II - Estimulação da linguagem	6	7	6	7
III - Ambiente físico: seguro, limpo e conduzindo ao desenvolvimento	7	7	6	7
IV - Orgulho, afeto e carinho	6	7	7	7
V - Estimulação de comportamento acadêmico	5	4	4	5
VI - Oferecendo modelos e encorajando maturidade	3	3	2	5
VII - Variedades de estimulação	7	6	6	9
VIII - Punição física	3	4	4	4

C5 a C7 – identificação para cada uma das 3 crianças avaliadas no intervalo de 3 a 6 anos de idade.

5 DISCUSSÃO

De acordo com a literatura, a Síndrome de Down (SD) possui algumas restrições como hipotonia muscular e hiper mobilidade articular, obtendo como consequência o atraso motor e a dificuldade para realizar certas atividades (MONTEIRO *et al.*, 2020). No entanto, observa-se que as crianças portadoras da SD conseguem se desenvolver da mesma forma que uma criança típica quando se é estimulada devidamente, porém, ainda assim, elas possuem um atraso de 3,9 anos em relação a idade cronológica (RAMOS; MÜLLER, 2019). Nesse contexto, apenas alguns participantes apresentaram índices de desenvolvimento abaixo do esperado.

No que se refere ao *Pediatric Evaluation of Disability Inventory* (PEDI), a pesquisa obteve resultados variados quanto ao desenvolvimento das crianças. Os indivíduos na faixa etária de 1 a 2 anos apresentaram melhores resultados em relação as atividades realizadas com assistência do cuidador e índices mais baixos em mobilidade devido à dificuldade de

locomoção. Os participantes de 4 anos se mostraram, em sua maioria, mais independentes em todas as áreas analisadas, tornando-os mais semelhantes às crianças não portadoras de SD. Esta observação pode ser comprovada pelo estudo de Carvalho; Bottizini; Vicentini (2017), o qual mostrou que as diferenças significativas entre as crianças com a síndrome estudada e as normais acontecem apenas por volta dos dois anos de idade.

Diante dos resultados individuais, observou-se, por meio da primeira versão do *Home Observation for the Measurement of the Environment – HOME (Infant Toddler)*, que as crianças de 0 a 3 anos obtiveram uma média de 77,8%, uma vez que C1 apresentou 64,4%, C2 77,8%, C3 71,1% e C4 97,8%. E, através da segunda versão do HOME (*Early Childhood*), os participantes C5, C6 e C7 exibiram maiores porcentagens, sendo, respectivamente, 81,8%, 83,6% e 72,7%, somando em uma média geral de 79,4%.

Por fim, pode-se afirmar que as crianças portadoras da Síndrome de Down se desenvolvem de acordo com o estímulo recebido, entrando em concordância com o estudo de Knychala *et al.* (2018). Assim, foi possível identificar déficits na maior parte dos casos, como a falta de incentivo à autonomia em atividades diárias, a baixa disponibilidade de materiais que estimulam o desenvolvimento motor e cognitivo e a superproteção justificada pela SD.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que, no geral, os resultados da pesquisa realizada se mostraram similares às revisões bibliográficas sobre o tema abordado, ao evidenciar o atraso motor de crianças com Síndrome de Down e o ambiente familiar com pouco incentivo ao desenvolvimento.

Portanto, deve-se chamar a atenção para a importância da assistência dos pais e responsáveis na vida diária e na elaboração de um espaço estimulador, além da união com a intervenção precoce, a fim de colaborar com a evolução deste indivíduo em questão. Nesse sentido, os profissionais da saúde se tornam imprescindíveis no auxílio e no fornecimento de maiores estímulos quando se trata do progresso funcional e psicomotor.

Acredita-se, então, que os dados encontrados possam colaborar com futuros estudos sobre o mesmo assunto e fornecer maior amparo à comunidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, B.; BISOGNIN, J. P.; PASIN, J. S. M. Avaliação funcional de crianças com Síndrome de Down por meio do inventário de avaliação pediátrica de incapacidade. **Disciplinarum Scientia Saúde**, v. 14, n. 2, p. 209-16, 2013.

AMORIM, J. F. *et al.* **Influência do ambiente familiar na desnutrição infantil: um estudo de caso controle**. 2012. Dissertação. Mestrado em Nutrição - Universidade Federal de Alagoas. 2012.

ARAUJO, A. G. S.; SCARTEZINI, C. M.; KREBS, R. J. Análise da marcha em crianças portadoras de síndrome de Down e crianças normais com idade de 2 a 5 anos. **Fisioterapia em Movimento**, v. 20, n. 2, 2017.

BRADLEY, R. H. *et al.* Home observation for measurement of the environment: Development of a home inventory for use with families having children 6 to 10 years old. **Contemporary Educational Psychology**, v. 13, n. 1, p. 58-71, 1988.

CARVALHO, C.; BOTTIZINI, D.; VICENTINI, C. R. Avaliação pré e pós tratamento equoterápico em um portador de Síndrome de Down utilizando o teste de Avaliação Pediátrica de Incapacidade (PEDI). FisioSale Araçatuba, 2017.

COELHO, C. A síndrome de Down. **Psicologia. PT**, p. 1-14, 2016.

DESSEN, M. A.; GUEDEA, M. T. D. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 15, n. 30, p. 11-20, 2005.

DUARTE, C. S.; BORDIN, I. A. S. Instrumentos de avaliação. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 55-8, 2000.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOOWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. AMGH Editora, 2013.

GÁRATE, A. C.; SALAMEA, M. C. T. **Prácticas de crianza y surelación em eldesarrollo de niños de 1 a 2 años de edad com Síndrome de Down**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Univesidad del Azuay.

GUEDES, D. P. Crescimento e desenvolvimento aplicado à Educação Física e ao Esporte. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. SPE, p. 127-40, 2011.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida**. Edição 6. Artmed Editora, 2016.

JÚNIOR, G. S. P. **Abordagem fisioterapêutica da Síndrome de Down em Crianças**. Pós-Graduação em Fisioterapia Neurofuncional – Faculdade de Tecnologia do Ipê – FAIPE/Bio Cursos Manaus, 2015.

KNYCHALA, N. A. G. *et al.* Influência do ambiente domiciliar no desenvolvimento motor de lactentes com síndrome de Down. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 25, p. 202-8, 2018.

MONTEIRO, L. O. *et al.* Benefícios psicossociais da Educação Física Adaptada para alunos com Síndrome de Down. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 28463-70, 2020.

MORAIS, R. L. S.; CARVALHO, A. M.; MAGALHÃES, L. C. O contexto ambiental e o desenvolvimento na primeira infância: estudos brasileiros. **Journal of Physical Education**, v. 27, n. 1, 2016.

MOURA, E. P. G.; PEREIRA, G. C. DESENVOLVIMENTO HUMANO – REPENSANDO CONCEITOS NO ÂMBITO INTERDISCIPLINAR. **Revista Contrapontos**, v. 17, n. 4, p. 717-28, 2017.

PEREIRA, O. A. **Crescimento e desenvolvimento**. Apostila de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unifenas. São Paulo-SP, 2011.

PILATTI, I. *et al.* Oportunidades para o desenvolvimento infantil é ambientes domésticos. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, n. 27, 2011.

RAMOS, B. B.; MÜLLER, A. B. Marcos motores e sociais de crianças com síndrome de down na estimulação precoce. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**, v. 4, n. 1, p. 37-43, 2019.

SÁ, M. V. *et al.* Análise do desenvolvimento motor e da atenção de crianças submetidas a um programa de intervenção psicomotora. **ConScientiae Saúde**, v. 17, v. 2, p. 187-95, 2018.

SILVA, M. N. S. *et al.* Avaliação funcional do desenvolvimento psicomotor e ambiente familiar de crianças com Síndrome de Down. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 1, n. 2, p. 186-201, 2017.

SILVA, N. C. B. *et al.* Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 215-29, 2008.

SOUZA, M. S.; BRAGA, P. P. The Pediatric Evaluation of Disability Inventory and Its Contributions to Brazilian Studies/O Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidades e Suas Contribuições para Estudos Brasileiros. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 11, n. 5, p. 1368-75, 2019.

TRINDADE, A. S.; DO NASCIMENTO, M. A. Avaliação do desenvolvimento motor em crianças com síndrome de down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 577-88, 2016.

VENTURELLA, C. B. *et al.* Desenvolvimento motor em crianças entre 0 e 18 meses de idade: diferença entre os sexos. **Motricidade**, v. 9, n. 2, 2013.

PASSADO E PRESENTE: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO COMO REPARAÇÃO ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Beatriz Vilela de Ávila¹
Vítor Gabriel Carvalho²
Lucas Augusto T. K. Vieira³

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar noções introdutórias sobre a Justiça de Transição e a sua implementação no Brasil. Assim, metodologicamente, utilizou-se a revisão bibliográfica acerca da temática principal por meio de pesquisa descritiva, com o intuito de analisar a literatura mais especializada.

A Justiça de Transição exerce um papel fundamental no que tange a efetiva consolidação dos direitos humanos, haja vista que ao longo da história mundial inúmeros países passaram por momentos ditatoriais onde houveram violações de direitos da sua população. Posto isto, para que seja possível a sua implementação, Ruti Teitel (apud ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 215) assevera que se deve passar por quatro fases, sendo estas: “(i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e a construção da memória, (iii) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante à lei; e (iv) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos”. Assim, surgem as seguintes indagações: o que é a Justiça de Transição e de que forma ela é tratada no contexto brasileiro?

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Voluntária do Programa Institucional de Iniciação Científica do UNIPTAN. Estagiária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1. E-mail: beatrizvilelavila@gmail.com.

² Discente do Curso de Direito do UNIPTAN. Voluntário do Programa Institucional de Iniciação Científica do UNIPTAN. Membro-pesquisador do Laboratório de Ciências Criminais do IBCCRIM. E-mail: vitorcarvalho08@hotmail.com.

³ Docente do Curso de Direito, Administração e Engenharia do UNIPTAN. Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara – ESDHC. Advogado militante. E-mail: lucas.vieira@uniptan.edu.br.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS

O próprio termo Justiça de Transição já transcende um entendimento do que se trata, mas é importante que haja uma reflexão acerca do seu conceito. A justiça é todo o direito pelo qual somos regidos, sendo a base de todo o nosso ordenamento jurídico e, por isso, tão essencial. A transição nada mais é do que a mudança, a transformação, a passagem de um momento para o outro: o passado e o presente.

Nos anos setenta e oitenta, algumas questões vinculadas a Justiça de Transição já eram debatidas por estudiosos que permeavam as mudanças democráticas. Neste viés, Paul Van Zyl explica que o objetivo é demonstrar a verdade sobre os crimes ocorridos, amparar as vítimas, transformar as instituições que promoveram o abuso e buscar a reconciliação, através de estratégias para encarar o passado e, existir a possibilidade de vislumbrar um futuro sem conflitos e violações. (VAN ZYL, 2009, p. 47).

Vale lembrar que em virtude das ditaduras militares vivenciadas, países vizinhos do Brasil já estavam passando por este processo transicional. No Brasil, entretanto, há a “transição sob controle”, representando governos militares cedendo para a força popular, o que soa um pouco estranho, mas existe um motivo por trás deste relaxamento: a impunidade de agentes estatais após a redemocratização brasileira. (SPINIELI, 2018, p. 20).

3 CONTEXTO INTERNACIONAL

Durante o século XX a humanidade sofreu com inúmeras guerras e conflitos que, inevitavelmente, corroboraram para a construção de uma época marcada por violações de Direito Humanos. Neste período, se destacam quatro ditadores: Mao Tsé-Tung na China, Josef Stalin na União Soviética, Adolf Hitler na Alemanha e Pol Pot no Camboja.

É sabido que os regimes ditatoriais, independentemente de seu espectro político, deixam sempre milhares de vítimas que tiveram seus direitos violados pelo próprio Estado. Na América Latina, diversos países passaram por momentos como este e, por isso, a Justiça de Transição surge para que, gradualmente, a democracia possa ser instaurada. Por isso, Ruti Teitel (apud PAIVA; HEERMANN, 2020, p. 383) divide o contexto histórico, de implementação da Justiça de Transição, em três etapas. As quais são importantes para que possamos compreender o processo transicional.

4 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Conforme já foi mencionado neste trabalho, a Justiça de Transição busca uma transformação do Estado em virtude dos Direitos Humanos que foram feridos. A partir de agora, essa tarefa transicional será demonstrada no Brasil. O regime governamental autoritário teve seu início em 1964, perdurando durante 21 anos, o que causou marcas sérias em sua população e impôs regras como censura, terrorismo, tortura e guerrilha. Pessoas foram mortas, desapareceram ou estavam sendo torturadas (SOUSA, 2011, p. 191 e ss). Posteriormente, durante a segunda guerra mundial, os Direitos Humanos começaram a ser internacionalizados, saindo de um estado de violência para um estado de respeito aos direitos do homem.

Isto significa que a justiça de transição possui raízes no direito internacional, bem como no Tribunal de Nuremberg (WEICHERT, 2018, p. 48). Contudo, após esta experiência traumática, o processo de transformação apoiou-se em quatro pilares essenciais: “a reparação; o fornecimento da verdade e a construção da memória; a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei; e, por fim, a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os Direitos Humanos” (TEITEL, apud ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 215). Estes pilares serão analisados, a seguir, em consonância com a realidade brasileira.

4.1 Reparação

Durante a ditadura militar, mais precisamente em 1979, nasceu a Lei da Anistia (nº 6.683) através da reivindicação popular (PAYNE; ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 28). Esta Lei tinha como principal intuito proporcionar medidas de reparação, dando o direito as pessoas de participarem de partidos políticos e serem votadas, bem como retornar aos trabalhos públicos dos quais haviam sido retiradas.

Após a criação desta Lei, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) passou por algumas mudanças neste âmbito. A CRFB de 1969 realizou uma emenda que proporcionava a restituição dos direitos políticos aos líderes estudantis, além de dilatar os direitos contidos na Lei da Anistia. Já a CRFB de 1988, ainda em vigência, positivou o direito de reparação como garantia constitucional, o que demonstra sua tamanha importância para a concretização dos Direitos Humanos – ao menos como marco normativo (MARQUES, 2018, p. 172).

4.2 A Reforma das instituições

A reforma das instituições é um ponto delicado e de resultados a longo prazo. Para isto, foram extintos diversos programas, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) ou as Divisões de Segurança Institucional (DSI's), em contrapartida foram criados novos sistemas, como o Ministério de Defesa, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União, dentre outros tão importantes quanto estes aqui mencionados (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 224).

As reformas realizadas foram extremamente significativas para o sistema de Justiça, devolvendo a sociedade os direitos que lhe haviam sido arrancados a força. É fato que ainda restam outras transformações a serem feitas, principalmente nas Forças Armadas e nos sistemas de Segurança Pública, mas o que já vem sendo construído é, sem dúvidas, um grande avanço. (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 224).

4.3 Fornecimento da verdade e construção da memória

Deve-se frisar sempre que os indivíduos têm o direito de conhecer a sua verdadeira história, sua trajetória até os dias atuais, seja ela manchada por falhas do Estado ou não. A memória deve permanecer viva, fazendo com que se lembrem para onde não querem voltar e tenham força para conseguir manter e progredir com a democracia.

Existe, atualmente, um projeto chamado “Direito à Memória e à Verdade” criado pela Secretaria de Direitos Humanos, que retrata através da fotografia itinerante e da publicação de livros temáticos, a ditadura vivida no Brasil. Além deste, há também a criação das “Marcas da Memória”, proporcionado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que instiga a publicação de obras, financiamentos culturais e a iniciativa de preservação da história sobre o período autoritário (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 222 e ss; SPINIELI, 2018, p. 30).

4.4 Justiça e igualdade na Lei

Este último pilar, por sua vez, tem o objetivo de investigar, processar e punir os crimes ocorridos na ditadura (GALINDO; RIBEIRO, 2018, p. 369-370). Sendo, neste sentido, o aspecto mais difícil de realmente se concretizar (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 226). Cumpre mencionar que um primeiro passo parece ter sido dado em 2008, por meio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que promoveu o movimento “Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”. A audiência pública que foi promovida pelo Poder Executivo uniu diversos

manifestos da população, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público Federal de São Paulo (MPSP). Assim, o resultado foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de número 153 (MARQUES, 2018, p. 175).

5 CONCLUSÃO

Em face do exposto é possível concluir que a Justiça de Transição desempenha uma função importante na sociedade contemporânea. Visto que se apresenta como uma alternativa para lidar com as marcas que foram deixadas na sociedade depois de constantes violações de Direitos Humanos. No Brasil, mostra-se deficitário o “pilar” relativo à investigação e punição dos crimes ocorridos na ditadura. Por esta razão, para a real efetivação da Justiça de Transição, é necessário o interesse de três camadas: (I) população; (II) executivo e legislativo; e (III) operadores do Direito.

A população civil possui uma crucial importância neste processo, fazendo pressão e articulação social, junto com outros movimentos e organizações como a Rede Latino-Americana de Justiça de Transição. Outro necessário interesse é o dos governantes - entendemos ser este um dos primeiros passos a serem tomados. Isto porque, se os atuais representantes políticos tiverem cunho autoritário, ou então forem desinteressados nesta reconciliação com o passado, não será criado, por parte do governo, nenhum daqueles mecanismos transicionais. Ademais, não podemos esquecer que os operadores do Direito, também são indispensáveis para a efetiva implementação da Justiça de Transição. É necessário que estes profissionais tenham interesse e conhecimento técnico para investigar, processar e julgar os casos passados de desrespeitos aos Direitos Humanos. Esta atuação do judiciário é importante a fim de complementar as políticas criadas pelo executivo e legislativo.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As dimensões da justiça de transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p. 212-248. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_mj_anistia_comparada.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

GALINDO, Bruno César Machado Torres; RIBEIRO, Homero Bezerra. Os crimes de lesa-humanidade e a justiça de transição “a passos lentos”: uma breve análise sobre as denúncias da “Guerrilha do Araguaia” e da Extradicação nº 1.362/DF. In: BRASIL. Justiça de Transição direito à memória e à verdade: boas práticas. Brasília: Ministério Público Federal, v. 4, p. 366-383. Disponível em: <https://memorial.mpf.mp.br/nacional/vitrine-virtual/publicacoes/justica-de-transicao-coletanea-de-artigos>. Acesso em: 07 ago. 2020.

MARQUES, Marcelo Henrique Pereira. A evolução do direito à memória e à verdade na administração pública brasileira. *In: BRASIL. Justiça de Transição direito à memória e à verdade: boas práticas*. Brasília: Ministério Público Federal, v. 4, p. 170-185. Disponível em: <https://memorial.mpf.mp.br/nacional/vitrine-virtual/publicacoes/justica-de-transicao-coletanea-de-artigos>. Acesso em: 07 ago. 2020.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie Aragon. *Jurisprudência intencional de direitos humanos*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora CEI, 2020.

PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. A Anistia na Era da Responsabilização: contexto global, comparativo e introdução ao caso brasileiro. *In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p. 18-31. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_mj_anistia_comparada.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Anistia no Brasil: um processo político em disputa. *In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 188-210. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_mj_anistia_comparada.pdf. Acesso em 07 ago. 2020.

SPINIELI, André Luiz Pereira. A justiça de transição no Brasil: aspectos conceituais e a participação do ministério público na consecução dos fins. *In: BRASIL. Justiça de Transição direito à memória e à verdade: boas práticas*. Brasília: Ministério Público Federal, v. 4, p. 13-42. Disponível em: <https://memorial.mpf.mp.br/nacional/vitrine-virtual/publicacoes/justica-de-transicao-coletanea-de-artigos>. Acesso em: 07 ago. 2020.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. *Revista Anistia: política e justiça de transição*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, p. 32-56, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30625.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

WEICHERT, Marlon Alberto. Apontamentos sobre justiça de transição. *In: BRASIL. Justiça de Transição direito à memória e à verdade: boas práticas*. Brasília: Ministério Público Federal, v. 4, p. 44-69. Disponível em: <https://memorial.mpf.mp.br/nacional/vitrine-virtual/publicacoes/justica-de-transicao-coletanea-de-artigos>. Acesso em: 07 ago. 2020.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SAÚDE DA MULHER NEGRA

Afonso Henrique Sousa Resende¹

Andréia Andrade dos Santos²

Denise Gomes dos Santos¹

Estefânia Franciele da Silva¹

Priscila Batista Souza¹

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), foi criada em 2009 com o objetivo de atender as demandas recorrentes desta população se atentando à diminuição das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo institucional da sociedade e à discriminação nas instituições e serviços do SUS . Existem diversos problemas que estão diretamente ligados a essa população e que são descritos na PNSIPN como a divergências nas taxas de morbimortalidade entre mulheres negras e brancas, aumentos de taxas de abandono de tratamento e diagnósticos tardios ou até errôneos (BRASIL, 2017).

A população negra apresenta vulnerabilidades epidemiológicas e sociais que refletem no acesso aos serviços de saúde, que podem estar relacionado com processos de estigmatização racial. Essas situações geram comprometimento no processo saúde, doença e cuidados dos mesmos, sendo agravados ainda mais quando se trata da mulher negra.

As mulheres negras quando comparada às brancas, possuem menor nível socioeconômico e um acesso reduzido aos serviços de saúde de boa qualidade, consequentemente estarão mais expostas ao risco de adoecer, tornando-as mais vulneráveis (SILVA; MONTEIRO, 2018; BRASIL, 2013).

Dessa forma, faz necessário que os profissionais da saúde, principalmente o enfermeiro,

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Orientadora do trabalho e Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

se voltem mais para os cuidados à mulher negra a fim de promover ações que facilitem o livre acesso ao sistema de saúde de forma igualitária, atendendo as necessidades de cada uma de acordo com suas complexidades e particularidades (MONTEIRO, 2010).

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de ampliar a visão sobre a importância na assistência à saúde da mulher negra diante da baixa inserção da mesma no âmbito do cuidado no sistema de saúde.

Nesta conjuntura, o presente estudo pretende responder a seguinte questão: O que o enfermeiro pode propiciar na promoção da saúde da mulher negra? Com o intuito de responder ao questionamento proposto, esta pesquisa tem o objetivo geral de analisar a assistência à saúde da mulher negra realizada pelo enfermeiro na atenção primária e como objetivos específicos: identificar as atribuições do enfermeiro na assistência à saúde da mulher negra e pontuar estratégias para aumentar a adesão dessas mulheres no serviço de saúde.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa realizada a partir de estudos publicados na plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) no mês de fevereiro a março de 2022. Foram utilizados os descritores: Mulheres negras *and* assistência de enfermagem *and* saúde da mulher. Foram utilizados como filtros estudos em português disponível na íntegra e nos últimos dez anos. Após a aplicação de filtros foram encontrados 14 artigos, destes, foram selecionados 06 artigos por responder o objetivo da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados desse estudo observou-se que a população negra, principalmente as mulheres, não são valorizadas no momento do planejamento e construção do cuidado, além de carregarem um estereótipo realizado de forma pejorativa que provoca impactos nas condições à saúde (MACHADO *et al.*, 2012).

Sabe-se que a maioria da população negra ocupa posições menos qualificadas e de pior remuneração no mercado de trabalho; reside em áreas com ausência ou baixa disponibilidade de serviços de infraestrutura básica; sofre maiores restrições no acesso a serviços de saúde e estes, quando disponibilizados, são de pior qualidade e menor resolutividade (BRASIL, 2013).

E esse contexto social que essas pessoas se encontram reflete na formação da desigualdade de assistência entre a população. Hoje a população negra faz parte de 65% da

população pobre e 70% da população extremamente pobre (SILVA; MONTEIRO, 2018; BRASIL, 2013).

É nessa desigualdade de ofertas de ações e serviços de saúde a este público que os profissionais de saúde, em especial o enfermeiro, pode direcionar os cuidados à mulheres negra afim de promover ações que facilitem o acesso ao sistema de saúde de forma satisfatória, igualitária, considerando suas singularidades e multimensionalidades e livre de preconceitos (MACHADO *et al.*, 2012).

Esse atendimento igualitário deve ser de acordo com as necessidades de quem procura o serviço, reconhecendo as diferentes condições de vida de cada um e como seus meios interferem na produção de saúde, resultando num atendimento de qualidade e assistência específica.

Para os autores Santos (2013) e Monteiro (2014) existe um despreparo profissional em atender essas mulheres, principalmente no desconhecimento dos condicionantes sociais que favorece o aparecimento e agravos de doenças, refletindo uma falha no processo de cuidados. Os autores ainda apontam a necessidade do conhecimento e do preparo dos profissionais da saúde, utilizando os manuais disponibilizados pelo Ministério da Saúde que visam guiar e qualificar as ações cuidativas, padronizando ações baseadas em roteiros pré-definidos, bem como uma assistência igualitária.

O enfermeiro, dentro da Atenção Básica, possui a responsabilidade de prestar o cuidado e as práticas que mesclam o conhecimento técnico científico, o acolhimento, humanização e escuta qualificada, além ações preventivas, enfatizando as educacionais, que devem ser frequentemente priorizadas para essa população (ACIOLI, 2014).

Nesse contexto, a enfermagem deve desenvolver um papel importante na hora da assistência e focar em questões relevantes e que devem ser rotineiras na assistência, por exemplo: a anemia falciforme, cardiopatias, miomatosas, além de doenças de caráter crônico e genético como a diabetes, hipertensão arterial, que é uma das principais causas de mortalidade materna negra, sendo responsável por um terço dessas mortes, além do mais, mulheres negras apresentam maiores chances de abortamentos e complicações durante o parto (FRAGA; SANINO, 2015). O enfermeiro também deve aproveitar em todas as consultas enfatizar a importância de realizar exames de rotinas como o citopatológico e mamografias e facilitar esse acesso.

De acordo com Santos (2013) é importante trabalhar com as mulheres negras a prática do sexo seguro, pois é perceptível nos dias atuais quando se refere ao perfil dos acometidos pelo vírus HIV é que se configuram especialmente mulheres negras e em contextos sociais

vulneráveis.

É notável a importância do enfermeiro na assistência a mulher negra, porém faz necessário o conhecimento acerca da saúde dessa população e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, para um cuidado qualificado e eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa observou-se que o enfermeiro pode ser um facilitador no acesso e na adesão para a mulher negra nos serviços adequados de saúde, porém é fundamental que o mesmo tenha conhecimento relacionado a essa população, acerca da existência de doenças comumente encontrados na saúde da mulher negra, além de diminuir as barreiras estruturais e respeitar à diversidade cultural, étnica e racial.

São necessárias mais abordagem desse assunto tanto em meios profissionais mas também em toda a formação acadêmica dos profissionais de saúde, para que assim, estimulem estes profissionais a pensar, refletir e ajudar a efetivar as políticas públicas e assistenciais a grupos minoritários.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Práticas de cuidado: o papel do enfermeiro na atenção básica. **Rev enferm UERJ**. Rio de Janeiro. v. 22, n. 5 p. 63, p.742, 2014.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS/Ministério da Saúde [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: Uma política do SUS. (3a ed.), Editora do Ministério da Saúde, p. 8-17, 2017.

FRAGA, F.A; SANINO, G.E.C. Saúde da mulher negra passos e descompassos: ações afirmativas na saúde, provável luz no fim do túnel? **Revista da ABPN**, v.7, n. 15, p. 192-211, 2015.

MACHADO, M. H.; VIEIRA, A. L. S.; OLIVEIRA, E. Construindo o perfil da enfermagem. **Enfermagem em Foco**, v. 3, n. 3, p. 119-122, 2012

MONTEIRO, S. S.; VIEIRA, W.; SILVA, P. E inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2 p. 421-440, 2014.

MONTEIRO, M. S. **Direito à saúde e participação social:enfrentando o racismo e a desigualdade social**. In: KALCKMANN, S.; BATISTA, L. E; CASTRO, C. M. LAGO, T. G.; SOUZA, S. R. (Org.). Nascem com equidade. São Paulo: Instituto de Saúde (Temas em saúde coletiva 11). 2010.

SANTOS, J. E.; SANTOS, G. C.S. Narrativas dos profissionais da atenção primária sobre a política nacional de saúde integral da população negra. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p.563-570, out/dez, 2013.

SILVA, M. N., MONTEIRO, J. C. S. Representatividade da mulher negra em cartazes publicitários do Ministério da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, p. 1-7, 2018.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS NEUROLÓGICOS DA COVID-19 NA POPULAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Livia Teixeira¹
Lorena Longatti Lara¹
Luiza Morais Araújo Souza¹
Marluana Mercês de Carvalho¹
Jasiara Carla de Oliveira Coelho²
Laila Cristina Moreira Damázio³

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 20 de janeiro de 2020, classificou a COVID-19 como um surto de Emergência de Saúde Pública do Âmbito Internacional e apenas em 11 de março de 2020 tal enfermidade foi considerada como uma pandemia na esfera global.

Em primeira instância, acreditava-se que a doença afetava preferencialmente os sistemas respiratório, gastrointestinal e cardiovascular, devido aos sintomas mais comuns, como febre, tosse seca, cansaço, disgeusia e hiposmia. Suas principais vias de transmissão são: contato direto com as pessoas infectadas (aperto de mão seguido do toque nos olhos, nariz ou boca) ou com objetos e superfícies contaminados; e a contaminação por gotículas (tosse, espirro e gotículas de saliva) ou por aerossol.

No entanto, observa-se a existência de relatos que o SARS-Cov-2 também pode ocasionar sequelas neurológicas. Especula-se que estas alterações possuem como principais vias a hematogênica, a neural e a olfatória ou por infecção no tecido nervoso através da hipóxia como rotas de invasão direta e as ligações do vírus com a ACE2 como rota indireta.

¹ Discente do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Membro da Liga Acadêmica de Neurociências na Saúde (LANCS).

² Docente e Coordenadora dos Cursos de Fisioterapia e Educação Física do UNIPTAN.

³ Docente dos Cursos de Medicina, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia do UNIPTAN e do Curso de Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Contato: analivia1401@hotmail.com.

Consequentemente, as modificações neurológicas mais apontadas são: tontura, cefaléia, epilepsia, ataxia e perda de memória.

Nesse sentido, pesquisas apontam que os casos de aparecimento de doenças cerebrais pós infecção por COVID-19, em muitas vezes, são em quadros mais graves. Observações apontaram que os pacientes que desenvolveram problemas neurológicos se encontravam em terapia intensiva ou apresentavam encefalopatia. Estudos associados estão sendo desenvolvidos para que se possa agir com mais eficácia na identificação, prevenção e tratamento dos casos, analisando as relações existentes entre as doenças neurológicas consideradas e a COVID-19.

Assim, torna-se extremamente importante a elaboração de estratégias de conscientização da população para prevenção da doença, dos seus agravos e das sequelas que a patologia desencadeia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Apresentando a ação

O projeto de extensão foi realizado no período de junho de 2021 a maio de 2022, na cidade de São João del-Rei/MG. O mesmo foi criado com o intuito de se relacionar com a pesquisa desenvolvida no mesmo período pela Liga Acadêmica de Neurociências na Saúde (LANCS) do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN).

Foram realizadas lives pelo Instagram, criação de redes sociais como Tik Tok e Telegram para o compartilhamento de conteúdo e desenvolvimento de material de educação permanente sobre os impactos da COVID-19 na saúde da pessoa.

Além disso, foi realizada a conscientização da população por meio de cartilhas quanto às possíveis sequelas que a doença causa no indivíduo, focando, principalmente, nas alterações neurológicas.

Para um contato direto com os indivíduos que já adquiriram a doença em questão, foi criada a "Jornada da Avaliação Pós COVID-19", que aconteceu nas praças dos bairros Matosinhos, Bonfim, Centro e São Geraldo. Nestes eventos, foi aplicada uma ficha de avaliação funcional em 35 pacientes, para que os mesmos recebessem a cartilha e as orientações específicas para as sequelas apresentadas no momento das avaliações.

2.2 Relato de experiência

Ao transcorrer do projeto elaborado pela Liga Acadêmica de Neurociências na Saúde (LANCS) foram feitos folders, post e vídeos e uma foi uma forma excelente de se comunicar com os usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que devido à pandemia havia restrição do contato.

Além de passar a mensagem de forma clara e objetiva, permitiu a elaboração de lives com profissionais respeitando o decreto sanitário municipal. Embora a COVID-19 seja uma doença relativamente nova, os objetivos das lives foram mitigar as dúvidas e desinformações sobre a doença visando uma fonte confiável. Essas transmissões abordaram várias nuances da doença, desde a sua prevenção até os possíveis tratamentos.

Portanto, no dia 15 de julho de 2021, ocorreu a primeira live pelo Instagram para apresentar o projeto, bem como informações sobre a pandemia causada pela doença estudada e as possíveis sequelas. A segunda live, no dia 1º de outubro de 2021, em colaboração com uma farmacêutica e professora do UNIPTAN, discutiu o tratamento medicamentoso contra a COVID-19. E no dia primeiro de novembro, na terceira live prevista, obteve-se a participação de um neurologista, para falar sobre as alterações neurológicas pós COVID-19.

Ademais, foi concretizado também pela Liga, com o apoio dos ESFS da cidade de São João del-Rei, a "Jornada da Avaliação Pós COVID-19", realizada pelos ligantes por meio de fichas de avaliações e testes funcionais. Durante os eventos, foram dadas orientações aos adultos e idosos atendidos. Também foi possível avaliar os sinais vitais e aplicar questionários para analisar possíveis sequelas pós-infecção, demonstrando que dos 35 usuários das UBS, 19 eram mulheres (54%) e 16 homens (46%). As idades entre os avaliados do sexo feminino variaram de 19 a 82 anos (média de 51 anos). Ainda assim, a adesão dos usuários em diversos locais foi baixa devido à dificuldade de organizar os eventos, que foram vetados em alguns casos.

Estas avaliações em questão proporcionaram a elaboração de um artigo científico pelos pesquisadores. O conhecimento adquirido nesta experiência impulsiona os ligantes a prosseguirem e enfrentarem novos desafios.

3 CONCLUSÃO

Conclui-se que é preciso chamar a atenção para a importância da assistência dos profissionais da saúde na orientação de pessoas que tiveram a COVID-19, a fim de colaborar com a evolução deste indivíduo. Nesse sentido, os profissionais da saúde se tornam imprescindíveis no auxílio e no fornecimento de maiores instruções quando se trata do

progresso funcional e neurológico de tais pacientes.

Acredita-se, então, que os materiais e os eventos desenvolvidos puderam fornecer maior amparo à comunidade, auxiliando os pacientes a procurarem ajudas específicas para as suas sequelas pós COVID-19.

REFERÊNCIAS

ANAND, P.; ZHOU, L.; BHADELIA, N.; HAMER, D. H.; GREER, D. M.; CERVANTES-ARSLANIAN, A. M. Neurologic Findings Among Inpatients With COVID19 at a Safety-net US Hospital. **Neurology: Clinical Practice** **April**, v. 11, n. 2, p. 83-91, 2021.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Como é transmitido?** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

BRITO, Wallery Gleysianne Ferreira; DA SILVA, João Pedro Dantas Oliveira. Impactos neuropatológicos do COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 4227-4235, 2020.

COMOLI, E. **Sequelas em pacientes recuperados de Covid-19 podem persistir por longo período**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/07/24/sequelas-em-pacientes-recuperados-de-covid-19-podem-persistir-por-longo-periodo>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

NETO, B. R. S. **Comunicação Científica e Técnica em Medicina**. ed. 1. p. 31-7. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

WHITTAKER, A.; ANSON, M.; HARKY, A. Neurological Manifestations of COVID-19: A systematic review and current update. **Acta Neurologica Scandinavica**, 2020.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO: PRODUÇÃO DE BIOMASSA DE BANANA VERDE

Cleuma Cordeiro Moutinho¹
Nayara Resende Andrade¹
Michele Juliene Lucas de Fatima¹
Gustavo Henrique Alvim¹
Douglas Roberto Guimarães Silva²

1 INTRODUÇÃO

A banana é a fruta mais consumida no Brasil, ficando em torno de 25 quilos per capita/ano. De acordo com o IBGE, em 2020 foram produzidas 6,7 milhões de toneladas no país, em uma área de mais de 456 mil hectares. Destaque para os estados de SP, BA e MG, responsáveis por 40% da produção nacional.

A banana, principalmente quando verde e cozida, está inserida no grupo de alimentos funcionais do tipo prebióticos por possuir amido resistente, no qual é de grande interesse da indústria alimentícia, por apresentar nutrientes importantes para a saúde humana, tendo em visto que pode ser utilizado na elaboração de produtos com teores de lipídeos e açúcares reduzidos (FREITAS; TAVARES, 2012). A biomassa proveniente da banana verde possui benefícios diretos à saúde por conter em sua preparação potássio, fibras, sais minerais, vitaminas como B1 e B6, betacaroteno e vitamina C. O seu consumo regular acarreta em benefícios como a perda de peso, devido a baixas calorias e percentual de fibras que faz com que aumente a sensação de saciedade. Por possuir um componente denominado triptofano (aminoácido essencial responsável pela formação do hormônio e neurotransmissor serotonina) promove o aumento da sensação de bem-estar ao indivíduo que consome regularmente (TUA SAÚDE, 2022).

¹ Discente do curso de Nutrição do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Membro da Liga Acadêmica de Alimentos Funcionais do UNIPTAN.

² Doutor em Ciência dos Alimentos (UFLA). Docente dos cursos de Nutrição e Biomedicina do UNIPTAN. Coordenador da Liga Acadêmica de Alimentos Funcionais do UNIPTAN.

E-mail para contato: douglas.silva@uniptan.edu.br.

É um exemplo de fonte de carboidrato devido ao amido resistente, que possui um sabor neutro e capacidade de engrossar as preparações, se adaptando facilmente aos mais diferentes sabores. Além disso, o amido resistente possui propriedades que não são digeridas pelo intestino e o consumo de vários alimentos como pão (e outras massas), nhoque, patês e maionese feitos com biomassa, com elevada quantidade de fibras dietéticas solúveis e insolúveis e fruto-oligossacarídeos, tem ação de melhorar a função intestinal (SILVA, ARAÚJO, 2009).

A produção de alimentos a nível artesanal tem sido uma possibilidade de reforçar a renda de muitas famílias no Brasil e, apenas em Minas Gerais, foi observado nos últimos anos um aumento de 28,5% de empreendedores dedicados a culinária e produção de alimentos em pequena escala (CASTRO, 2016). Além da geração de renda, o processamento de alimentos pode contribuir para uma maior independência financeira de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A ONG denominada Núcleo de Ação Cultural – Talento, Alegria e Solidariedade (NacTales), é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que acolhe e estimula crianças, adolescentes e jovens da comunidade socialmente vulnerável localizada no bairro Colônia do Marçal na cidade de São João del Rei-MG, a fim de garantir melhores oportunidades e perspectivas de vida. A NacTales atua como parceira do PROTEC (Programa de Capacitação em Tecnologia de Alimentos), realizando atividades de extensão, como a produção de alimentos, e que é apoiado pela Liga Acadêmica de Alimentos Funcionais – LAAF.

Assim, o objetivo deste trabalho foi desenvolver um minicurso sobre processamento de biomassa de banana verde, a nível artesanal, com todo o rigor em higiene e segurança dos alimentos, possibilitando uma futura geração de trabalho e renda para os participantes, além de lhes serem informados sobre a importância da ingestão desse alimento funcional.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente minicurso foi realizado no mês de maio de 2022 na cidade de São João del Rei, por meio da parceria entre professores e alunos do curso de Nutrição do Uniptan, juntamente com a Ong Natclaes.

Foram selecionados 15 participantes para o desenvolvimento do minicurso.

2.1 Matéria prima

A ONG forneceu toda a matéria prima necessária para o desenvolvimento do minicurso,

Foram produzidos a biomassa de banana verde e esta foi usada como base para produção do nhoque. Além disso foi produzido um molho artesanal de tomate.

2.2 Produção de biomassa de banana verde

A biomassa de banana verde foi obtida a partir da metodologia proposta por Ranieri e Delani (2014). Para a obtenção da biomassa as bananas com as cascas foram lavadas com água e o uso de esponjas, em seguida foram cozidas imersas em água durante 20 minutos sob pressão. Após o cozimento as cascas foram retiradas e a polpa foi processada em liquidificador ainda quente até se formar uma pasta homogênea.

2.3 Produção de nhoque de biomassa de banana verde

Da biomassa de banana verde produzida, foi pesado 500 g, além dos outros ingredientes que foram 1 colher de sopa de azeite extra virgem, 2 colheres de sopa de queijo parmesão e 500g de amido de milho.

Depois de separados e pesados os ingredientes, estes foram misturados, sendo o amido de milho acrescentados aos poucos até a massa estar firme. Em seguida a massa foi colocada sobre a mesa e porcionada. De cada porção foram feitos rolinhos e estes foram cortados na diagonal. Em seguida os nhoques foram colocados em uma panela com a água fervente. Quando estes começaram a flutuar na água, foram retirados e colocados no escurridor.

2.4 Produção de molho de tomate

Na preparação do molho artesanal de tomate foram utilizados 2 kg de tomate maduro, 50 g de cebola, 30 g de alho amassado, 1 xícara de óleo, 1/2 colher (de sopa) de sal, 1 colher (de café) de orégano, 1 folha de louro, 1 maço de cheiro-verde e 10 cravos-da-índia.

Depois de selecionais e sanitizados, os tomates foram cortados e cozidos. Na sequencia forma batidos em liquidificados e passados em uma peneira. O suco obtido, foi levado ao fogo, até concentrar. Por fim, depois de refogado em alho e cebola, foram acrescentados o sal e orégano. O louro e os cravos forma colocados em num saquinho de tecido, acrescentados ao tomate e fervido por 15 minutos.

2.5 Apresentação sobre a importancia de alimentos funcionais na dieta

Durante o processamento, os participantes foram orientados sobre a importância da biomassa de banana verde em uma dieta e ainda, foram instruídos sobre o que são alimentos funcionais e exemplos de outros alimentos que contêm essa propriedade.

Ao final cada participante pode montar seu próprio prato e em seguida, o nhoque, pode ser consumido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, foi explicado sobre noções básicas de boas práticas de fabricação de alimentos e a conduta correta quando se trabalha com alimentos. Na sequência os participantes foram orientados sobre o que é a biomassa de banana verde e sua importância na alimentação. Em seguida fizeram o processamento da biomassa, conforme se observa nas figuras.

Figura 1 – Registro dos momentos iniciais do minicurso.



Figura 2 – Registro da produção do nhoque de biomassa de banana verde.



De acordo com as figuras é possível ver o processamento do nhoque de biomassa e a produção de molho artesanal. Durante essas etapas foram explicados o que são alimentos funcionais e a importância deles na alimentação.

Durante todo o processo de produção do produto, a participação dos inscritos no curso foi ativa e produtiva. Os participantes mostraram-se interessados não apenas na receita, mas também questionaram como melhorar sua qualidade de vida através da alimentação. Os alunos participantes do minicurso deram dicas práticas sobre substituições, modo de preparo, utilização de alimentos naturais e outras informações sobre vida saudável.

Na sua totalidade a produção do nhoque de biomassa de banana verde teve aceitabilidade pelos participantes/avaliadores, além de ser produzida com custos bem baixos, uma característica destacada por uma das participantes. E várias ideias de aplicação da biomassa em outros produtos foram geradas pelas próprios participantes.

4 CONCLUSÃO

A Universidade produz conhecimentos de grande impacto coletivo e econômico para a sociedade e que podem transformar vidas e isto foi constatado após a conclusão do minicurso de produção de biomassa de banana verde.

Notou-se que os participantes do minicurso puderam receber informações e capacitação, permitindo que estes pudessem reproduzir esse produto, como uma alternativa de maior saúde e com características sensoriais diferenciadas, além de uma possível geração de

renda.

REFERÊNCIAS

BIOMASSA de banana verde: benefícios e como fazer. **Tua Saúde**, 2022. Disponível em <https://www.tuasaude.com/biomassa-de-banana-verde>. Acesso em 25/05/2022

CASTRO, M. **Produção e comércio de alimentos de pequeno porte são opção em tempos de crise**. 2016. Estado de Minas. Online. Disponível em: <https://www.em.com.br/> Acessado em: 24 de maio de 2022.

FREITAS, M. C. J.; TAVARES, D. Q. Caracterização do grânulo de amido de bananas. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 25, n.02, p. 217-222, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cta/a/zb7PYBS7FLqJdZybybKfRqq/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 21/05/2022.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em 21/05/2022

RANIERI, L. M.; DELANI, T. C. D. O. **Banana verde (Musa spp): obtenção da biomassa e ações fisiológicas do amido resistente**. *Revista UNINGÁ Review*, v. 20, n. 3, p. 43-49, 2014.

SILVA, A. R.; ARAÚJO, D. G. **Suco tropical enriquecido com polpa de banana (Musa spp.) verde**. *Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial*. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 47-55, 2009. Disponível em <file:///C:/Users/Cleo/Downloads/404-1561-1-PB.pdf>. Acesso em 24/05/2022.

SEMANA TIRADENTES DA ODONTOLOGIA NACIONAL: PROMOÇÃO DE SAÚDE EM ESCOLARES

Danielle da Paixão Freitas¹
Lavínia Ferreira da Silva¹
Iane Resende Oliveira de Amorim²

1 INTRODUÇÃO

O projeto de Extensão de Escovação Supervisionada em Escolares de São João del Rei foi criado em 2017, a fim de proporcionar aos acadêmicos do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN – a primeira experiência prática no manejo odontológico.

Inicialmente as ações aconteciam na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São João del Rei. No ano de 2019 o programa foi ampliado para mais três instituições: Escola Estadual Iago Pimentel, Creche Casa Lar e Casa Assistencial Semente do Amanhã. Em 2021, devido a pandemia do COVID-19, houve o direcionamento para atividades de promoção de saúde devido às aulas remotas em algumas instituições. Ampliou-se os locais para ações pontuais em outras escolas estaduais de São João del Rei, UNIPTAN e nas praças de cidades vizinhas. Durante esses anos, os discentes do curso de Odontologia foram responsáveis pelo acompanhamento de prevenção e higienização bucal de acordo com as características clínicas de cada caso e faixa etária. Eles também foram responsáveis pela anamnese e exames clínicos, além de atividades lúdicas de promoção de saúde. Todo o trabalho foi supervisionado pelos professores coordenadores do projeto.

Em 2022, o projeto realizou parceria com o Conselho Regional de Odontologia de

¹ Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Voluntária do Programa Institucional de Voluntariado de Extensão Universitária do UNIPTAN.

² Mestre em Odontologia em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Curso de Odontologia do UNIPTAN. Orientadora do Programa Institucional de Voluntariado de Extensão Universitária do UNIPTAN.

E-mail para contato: iane.amorim@uniptan.edu.br.

Minas Gerais – CRO-MG – para realizar ações de promoção de saúde bucal nas creches e escolas municipais de Tiradentes – MG durante a “Semana Tiradentes de Odontologia Nacional”, congresso em que reuniu cirurgiões-dentistas de todo o país. A população-alvo das ações foram as crianças que estudam em todas as creches e escolas municipais de Tiradentes, incluindo escolas urbanas e rurais. Assim, houveram diversas contribuições para a população proporcionando educação odontológica especializada para as crianças e adolescentes das instituições participantes; economicamente com a distribuição de kits de higiene bucal para todos os escolares e funcionários das creches e escolas, sendo doação do CRO-MG; permitindo maior conhecimento sobre a promoção de saúde e os procedimentos adequados na prevenção da doença cárie; o que é de muita relevância para a melhora e manutenção da saúde bucal nestas comunidades, aumentando a qualidade de vida da população.

Em 5 de dezembro de 2007 foi criado o Programa Saúde na Escola (PSE), com o intuito de auxiliar a formação dos estudantes da educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (DE FARIA CAMPESTRINI *et al.*, 2019; ROSSI e GONÇALVES, 2022). A população de Tiradentes conta com serviço odontológico do Sistema Único de Saúde, mas não há trabalho educativo junto aos escolares do município nem aderiram ao programa federal PSE.

O objetivo é apresentar o relato de ação de extensão executada na cidade de Tiradentes, no período de 02 a 07 de maio de 2022 durante a “I Semana Tiradentes de Odontologia Nacional”.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Apresentando a ação

Foi realizada prestação de serviço à comunidade escolar da cidade de Tiradentes – MG, integrante do Projeto de Extensão de Escovação Supervisionada em Escolares de São João del Rei.

Os objetivos da ação foram: proporcionar aos escolares de Tiradentes ações supervisionadas de promoção de saúde e higienização bucal; proporcionar aos acadêmicos de Odontologia o conhecimento prático das técnicas de prevenção e higiene bucal, anamnese e exame clínico; e uma formação dos acadêmicos mais humanística e voltada para a promoção de saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu recomendações para melhorar a saúde

de crianças, profissionais, famílias e comunidades do entorno, enfatizando a importância do ambiente escolar na construção da saúde das gerações futuras (HORTA *et al.*, 2017). Os locais de execução foram todas as creches e escolas municipais urbanas e rurais do município de Tiradentes – MG, cidade escolhida para sediar o Congresso “I Semana Tiradentes de Odontologia Nacional”, congresso com participação de profissionais cirurgiões-dentistas e discentes de Odontologia de todo o Brasil.

As atividades foram executadas durante o congresso que teve visibilidade nacional, com início em 02 de maio de 2022 com as ações do projeto que foram até 05 de maio de 2022, nos períodos de manhã e tarde. Após as ações sociais, o congresso continuou com palestras e cursos para cirurgiões-dentistas, incluindo os participantes do projeto, nos dias 06 e 07 de maio de 2022.

As instituições envolvidas para desenvolvimento das ações foram os discentes do curso de Odontologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN dos seguintes períodos: quinto, sétimo e nono; e a docente do mesmo curso Iane Resende Oliveira de Amorim. Em parceria com o Conselho Regional de Odontologia – CRO-MG que disponibilizou escovódromos portáteis, van com consultório móvel, kits de higiene oral para distribuição, fantoches, palco, brinquedos educativos e inscrições gratuitas para os discentes e a docente no congresso; além da Prefeitura Municipal de Tiradentes – MG que forneceu o transporte para os discentes de Odontologia que solicitaram.

As ações desenvolvidas pelos discentes de Odontologia do UNIPTAN, sempre acompanhados pela docente, foram diversas atividades de forma divertida e interativa, como jogo da memória, teatro de fantoches explicando a importância da higiene bucal para as crianças, que usaram os escovódromos fazendo escovação supervisionada e receberam orientações adequadas. Durante a ação social foram distribuídos também kits de higiene bucal para todos os alunos e funcionários das escolas e creches.

O público-alvo foi em média 800 crianças que estudam em todas as escolas e creches municipais de Tiradentes, tanto urbanas quanto rurais.

Houve articulação com o ensino através da participação dos discentes e docentes do UNIPTAN nas palestras e cursos ministrados nos dois últimos dias da “I Semana Tiradentes de Odontologia Nacional”. Durante a preparação para as ações, houveram relações com o ensino, quando a docente e os discentes estudaram e programaram as atividades que desenvolveriam nas escolas.

2.2 Relato de experiência

Para a existência do ser humano, educação e saúde precisam andar de mãos dadas, para a consolidação de uma vida saudável. Dessa forma, a melhor fase para a orientação sobre a saúde bucal são os primeiros anos de vida, uma vez que, a criança está adepta a agir de forma receptiva e aprende facilmente. A escola é considerada um local favorável para a transmissão de conhecimento e mudanças de comportamentos em crianças (DE SOUSA PEREIRA *et al.*, 2018; HORTA *et al.*, 2017; ROSSI e GONÇALVES, 2022). Os resultados alcançados foram ações sociais de promoção de saúde bucal atendendo em média 800 crianças durante 4 dias de intenso trabalho dos discentes e da docente, desenvolvendo e melhorando a saúde bucal dos escolares do município de Tiradentes.

Após a conclusão das ações somaram-se mais dois dias assistindo palestras e cursos de abordagem nacional, onde a docente foi convidada ao palco durante a abertura para agradecimento ao UNIPTAN pelo Presidente do CRO-MG.

As principais dificuldades encontradas na execução da ação foram as grandes distancias percorridas para chegar em todas as escolas, principalmente as da zona rural.

A distribuição de kits de higiene oral e a utilização de matérias didáticos e lúdicos foram inovação nas ações em relação às práticas anteriores já desenvolvidas pelo Projeto de Extensão de Escovação Supervisionada em Escolares de São João del Rei.

De acordo com o planejamento previsto, foram realizadas as atividades de promoção de saúde bucal em todas as escolas e creches municipais de Tiradentes – MG. Na realidade desses escolares, as atividades tiveram um grande potencial transformador das ações de higiene oral das crianças, promovendo uma melhor saúde bucal e prevenindo as doenças bucais. As doenças orais possuem grande impacto na qualidade de vida, pois as mesmas levam ao desconforto, dor e até mesmo ausência do âmbito escolar. Ações de intervenções tem como objetivo, além de melhorar a saúde bucal desse público-alvo, contribuir para a saúde geral das crianças (DE SOUSA PEREIRA *et al.*, 2018).

As Diretrizes da Política Nacional da Saúde Bucal (PNSB) requerem que o projeto de atenção à saúde bucal na escola seja constituído de atividades envolvendo teatros, oficinas, palestras, cartazes, panfletos, dentre tantos outros meios de comunicação. Além desses, a escovação supervisionada e a aplicação tópica de flúor também podem ser realizadas, sendo que, os últimos são feitos apenas pelo profissional de saúde bucal. O uso de recursos lúdicos, inclusive estimulados pela Política Nacional da Saúde Bucal (PNSB), melhora os resultados de aprendizagem, pois permite que a criança entenda de forma simples e didática a importância dos cuidados com a saúde bucal (DE FARIA CAMPESTRINI *et al.*, 2019; DE SOUSA

PEREIRA *et al.*, 2018; ROSSI; GONÇALVES, 2022).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o ensino de graduação em Odontologia, instituídas em 2002, determinam que a formação do cirurgião-dentista deve conter de habilidades e competências para assistência odontológica a nível individual e coletivo; atuar em todos os níveis de atenção; reconhecer a saúde como direito; promover a saúde e prevenir doenças bucais; dentre outros (DE FARIA CAMPESTRINI *et al.*, 2019; FONSECA, 2012). Dessa maneira, a formação de profissionais aptos a promover saúde em âmbito escolar, aproxima as equipes de saúde da família e corpo docente da escola, além de integrar e articular as políticas de saúde e educação, estreitando laços necessários para que seja efetiva as ações desenvolvidas (DE FARIA CAMPESTRINI *et al.*, 2019).

Assim, cumpriu-se os objetivos do projeto e ainda foram construídas trocas de saberes entre a instituição responsável pela ação e os escolares envolvidos: com os discentes realizando técnicas de prevenção e higienização bucal de acordo com as características clínicas de cada caso e/ou escola. Além de realizarem anamnese e exames clínicos, quando necessário. Portanto, foi proporcionado aos escolares de Tiradentes ações de prevenção e higiene bucal e aos acadêmicos de Odontologia uma semana de intensa formação mais humanística e voltada para a promoção de saúde.

Foram gerados como produto um roteiro teatral, vídeos, fotos e publicações nas redes sociais a partir dos resultados dessas ações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto proporcionou ações odontológicas para as crianças e adolescentes de todas as escolas e creches municipais de Tiradentes – MG, permitindo maior conhecimento sobre a promoção de saúde e os procedimentos adequados na prevenção da doença cárie, o que é de muita relevância para a manutenção da saúde bucal nestas comunidades.

Logo, sugere-se novas parcerias entre o Projeto de Extensão de Escovação Supervisionada em Escolares e o Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais para possibilitar a expansão das ações do Projeto para outras comunidades ou cidades da região que também necessitem de ações de promoção de saúde para escolares.

Promover a saúde bucal através das ações sociais é o compromisso que o projeto tem de proporcionar o bem-estar de toda a população.

REFERÊNCIAS

DE FARIA CAMPESTRINI, Niliana Teixeira *et al.* Atividades educativas em saúde bucal desenvolvidas por cirurgiões-dentistas com escolares: uma revisão sistematizada da literatura. **Revista da ABENO**, v. 19, n. 4, p. 46-54, 2019.

DE SOUSA PEREIRA, Gethesemane *et al.* A promoção da saúde bucal no contexto escolar: uma revisão integrativa. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 2, n. 2, p. 09-16, 2018.

FONSECA, Emílio Prado. As Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do cirurgião-dentista brasileiro. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 3, n. 2, p. 158-178, 2012.

HORTA, Rogério Lessa *et al.* Promoção da saúde no ambiente escolar no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017.

ROSSI, Rebeca; GONÇALVES, Katiéli Fagundes. A importância das ações em saúde bucal no âmbito escolar. **Revista Fluminense de Odontologia**, v. 1, n. 57, p. 134-148, 2022.

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE A PRODUÇÃO DO LEITE: UMA ANÁLISE DE APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE EM RESENDE COSTA

Fabício Molica de Mendonça
Jonathan Geraldo da Silva
Matheus José Resende
Érika Loureiro Borba

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário nacional é um complexo orgânico formado pelos tributos instituídos em um país segundo princípios e normas específicas, cuja competência para cobrança e operacionalização é dividida entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Consequentemente, há uma gama de tributos incidindo sobre as diversas atividades econômicas.

Nesse contexto, o setor do agronegócio representa a base econômica de muitos estados e municípios brasileiros, contribuindo de maneira direta no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Isso ocorre porque o país é um dos líderes mundiais na produção e exportação de produtos agroindustriais e, ainda, na criação de novas tecnologias voltadas ao setor (NEVES, 2016). Dentro desse setor, a atividade leiteira ganha notoriedade em virtude de sua relevância no cenário nacional. No ano de 2020, por exemplo, as propriedades rurais produziram 845.7 milhões de litros de leite, apresentando um crescimento médio diário de 10,29% dos 100 maiores produtores (SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 2021).

Apesar da importância dessa atividade, os resultados obtidos nas propriedades rurais têm apresentado deficitários em virtude de os preços cobrados pelos produtos não serem suficientes para cobrirem os custos, os impostos incidentes e a infraestrutura requerida para que se possa garantir competitividade e sobrevivência desses produtores e da cadeia produtiva da qual estão inseridos (CAPOBIANGO; ABRANTES, 2011).

Na cidade de Resende Costa-MG, por exemplo, há uma parcela considerável de pequenas propriedades rurais que trabalha com a produção de leite como atividade principal para o seu sustento e de sua família. Essa condição acaba obrigando os produtores a se preocuparem com a composição dos custos operacionais de produção e com os gastos de pagamento de tributos que incidem na atividade. Porém, a separação dos elementos custos e

tributos se torna difícil porque tais tributos acabam surgindo em momentos distintos tanto na produção quanto na venda do leite, dificultando a análise. Então, a pergunta de pesquisa que norteará este estudo é: Como separar custos e tributos da produção leiteira dos pequenos produtores rurais do município de Resende Costa-MG?

Assim, este trabalho teve por finalidade levantar a relevância dos tributos na apuração dos custos de produção e comercialização do leite com foco nas atividades realizadas pelos produtores rurais do município de Resende /MG. Mais especificamente, pretendeu-se: a) Identificar os tributos que incidem sobre a atividade leiteira dos pequenos produtores rurais; b) Separar os tributos os custos de produção e da apuração da receita de vendas, de modo que o produtor consiga perceber o volume de tributos que está contido no seu preço de vendas; c) Identificar as principais dificuldades em interpretar as informações geradas com a separação entre tributos, custos e receitas de vendas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A tributação no segmento do agropecuário

O agronegócio tem grande representatividade na economia nacional, demonstrando avanços qualitativos e quantitativos, sendo capaz de contribuir para a geração de emprego e renda e no fomento das demais atividades industriais, comerciais e de serviços no país (CREPALDI, 2011).

O segmento agropecuário, assim como as empresas dos demais setores, está sujeito ao pagamento de tributos diretos e indiretos, por isso, é fundamental que se faça uma boa avaliação da tributação a ser aplicada visando compreender as peculiaridades de cada legislação, federal, estadual e municipal, e como elas afetam diretamente a produção e a comercialização de cada produto ofertado por este setor.

Uma das características apontadas por Crepaldi (2011) é que no agronegócio a produção advém de pessoas físicas, pequenos produtores, mas há predomínio maior de grandes indústrias, que acabam por dominar o mercado. Assim, a manutenção de uma correta gestão contábil das atividades empreendidas se torna alta para os produtores e, muitas vezes, não há mão de obra qualificada para ajudar nestas questões.

A falta de informação entre os produtores rurais aparece como um dificultador da boa gestão dos negócios e faz com que muitas deixem de ser beneficiados com créditos especiais, por exemplo. Esta é uma situação que, se resolvida, pode contribuir para a redução do

endividamento das famílias produtoras.

De acordo com a análise de Passos e Sticca (2006), tanto o governo federal quanto os governos estaduais buscam reduzir os tributos que incidem no setor agrícola para fomentar ainda mais o crescimento do setor. Mas, da mesma forma, é preciso considerar o impacto dos tributos na cadeia produtiva dos produtos agrícolas justamente para compreender seus impactos, positivos e negativos, e propor mudanças mais contundentes que beneficiem, principalmente, o pequeno produtor.

Muitos produtores desconhecem a possibilidade de planejamento tributário, além de não terem o controle pleno do que se vende e o que se compra. Sendo assim, é importante que seja demonstrado os benefícios deste planejamento e os ganhos que podem ser alcançados a partir dali.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada tem a abordagem qualitativa de cunho descritivo e analítico, tendo como objeto de análise os produtores de leite da cidade de Resende Costa-MG. O levantamento de dados será feito por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental, relacionada à movimentação de receita e custos e ao volume de tributos pagos pelos produtores.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Tributos que incidem sobre a atividade leiteira dos pequenos produtores rurais

Os principais tributos que os produtores rurais da região pagam como pessoa física são: Imposto Sobre Propriedade Rural (ITR); Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS); Imposto de Renda (IR); o FUNRURAL e outros.

a) Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

O ITR é um imposto federal anual, obrigatório para pessoas físicas e jurídicas proprietárias rurais, titulares de domínio útil e possuidoras de qualquer título de imóvel rural, inclusive posse por usucapião. Esse imposto, de caráter extrafiscal, varia em função da área total e do grau de utilização do imóvel. Essas duas variáveis tamanho e grau de utilização incidem de maneiras diferentes. Por um lado, quanto maior o tamanho do imóvel, maior o

imposto e, por outro lado, quanto maior o grau de utilização menor o imposto (PAULSEN, 2020).

Para a realização do cálculo, é necessário levar em consideração se há parcelas de terras com algum tipo de proteção ambiental e cobertas por florestas; se as propriedades podem ser consideradas glebas rurais (de até 30 hectares), desde que não tenham outro imóvel rural ou urbano; se as propriedades de instituições sem fins lucrativos de educação e assistência social e; ainda, se há terras improdutivas. Por isso, o valor do ITR varia de propriedade para propriedade. A tabela de cálculo dos percentuais para a apuração de cálculo do ITR, levando em consideração as variáveis volume de terras e grau de utilização é trazida na própria Lei nº9393/96 (Tabela 1)

Tabela 1 - Alíquotas do ITR por GU e área do imóvel

Área total do imóvel (em hectares)	GRAU DE UTILIZAÇÃO - GU (EM %)				
	Maior que 80	Maior que 65 até 80	Maior que 50 até 65	Maior que 30 até 50	Até 30
Até 50	0,03%	0,20%	0,40%	0,70%	1%
Maior que 50 até 200	0,07%	0,40%	0,80%	1,40%	2%
Maior que 200 até 500	0,10%	0,60%	1,30%	2,30%	3,30%
Maior que 500 até 1.000	0,15%	0,85%	1,90%	3,30%	4,70%
Maior que 1.000 até 5.000	0,30%	1,60%	3,40%	6%	8,60%
Acima de 5.000	0,45%	3%	6,40%	12%	20%

Fonte: Lei Nº 9.393/96.

b) Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O ICMS de competência estadual, incide sobre as operações relativas à circulação das mercadorias. Tanto o produtor rural pessoa física quanto jurídica são contribuintes do ICMS (ALEXANDRE, 2021). Em Minas Gerais, o ICMS é igual a 12% para a atividade leiteira.

c) Imposto de Renda Pessoa Física (IR)

Os produtores rurais podem ser tributados pelo imposto de renda como pessoa física, com alíquota que varia entre 7,5% e 27,5%, conforme o valor da receita. Entretanto, para fazer jus a essas alíquotas, é necessário que o livro caixa seja apurado com todas as receitas, despesas e investimentos (BRASIL, 1990). Caso não seja apresentado o livro caixa com todas as informações, será aplicada a alíquota de 20% sobre a Receita Bruta.

Bruta poderá inviabilizar o negócio, visto que, a opção por esse tipo de tributação, impossibilita a compensação de prejuízos.

d) FUNRURAL

O Funrural é a contribuição previdenciária da atividade rural, obrigatória para pessoa física e jurídica, calculada sobre a receita bruta da comercialização de produtos rurais (BRASIL, 1971). Para o produtor rural pessoa física, os percentuais são: 1,2% destinado para o INSS Patronal; 0,1% para o RAT (Riscos Ambientais do Trabalho); 0,2% para o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

4.2 Receita de vendas, custos e tributos na atividade leiteira

Para mostrar o impacto dos tributos sobre o produtor de leite, foi elaborado o exemplo ilustrativo, com base em informações reais levantadas junto aos produtores de Resende Costa, em que os dados foram inseridos na planilha criada no projeto de extensão com a finalidade de fazer a apuração do cálculo.

Suponha-se que em uma propriedade tenha sido vendido 4651 litros de leite ao preço pago pelo laticínio de R\$0,80. Além desse valor, o proprietário recebe um adicional de mercado, relacionada à qualidade e desempenho, apurado em forma de pontuação, em que o proprietário em questão alcançou R\$1,54 e, ainda, R\$0,025 de incentivo à produção leiteira. Considerando esses valores, o faturamento alcançado pela propriedade será igual a R\$ 11.162,29.

Desse valor, há gastos relacionados aos custos de produção e tributos que são deduzidos. Dentre eles, a tarifa cobrada pela EMBRAPA no valor de R\$10,00, o Funrural e o Funrural/RAT no valor de 145,11 (133,95+11,16) equivalente a 1,30%, taxa de sanidade animal (IMA), no valor de R\$1,16 (0,04%), SENAR, no valor de 22,32 (0,20%). Há também a incidência de 12% sobre a base de cálculo que envolve o valor pago relacionado ao leite *in natura* e o adicional de mercado. Dessa forma o valor do ICMS é igual a R\$1.317,98 (12% x R\$10.890,04).

Além desses, há os gastos com a produção contendo custos de alimentação, que no caso, foi igual a R\$ 4.328,53, gastos com mão de obra, que nos casos estudados, eram substituídos pela mão de obra familiar e, portanto, não recebem salários, outras despesas no valor de R\$1.837,14 e Custo de Capital e ITR no valor de R\$1.426,49. Para efeitos de ilustração, partiu-se do princípio de que a propriedade faz uso do livro caixa e, em virtude do valor apurado, o

percentual de IR é igual a 7,5%.

Por meio do lançamento de todos esses valores na planilha desenvolvida no projeto de extensão (Tabela 2), percebe-se que o lucro líquido apurado pelo proprietário rural é igual a R\$1.917,56 que equivale a 17% do faturamento.

No caso apresentado, houve sobra de R\$1.917,56 para o produtor em virtude de ele não ter contratado mão de obra de terceiros e nem ter se submetido a alíquota de 20% sobre o faturamento. Caso houvesse algum desses gastos o resultado da atividade apresentaria prejuízo. A carga tributária na atividade leiteira é relevante, representando 14,7% do faturamento.

Tabela 2 – Planilha de apuração de faturamento, custos e tributos dos proprietários de Resende Costa

Descrição	Quantidade	Unitário	Crédito	Débito
Leite in natura	4651	0,80	3.720,80	
Adicional de mercado	4651	1,5414	7.169,24	
Incentivo à produção leiteira	10890	0,025	272,25	
Subtotal 1			11.162,29	
Tarifa EMBRAPA				10,00
Funrural	11.162,30	1,20%		133,95
Taxa sanidade animal (IMA)	4.651,00	0,04%		1,67
SENAR		0,20%		22,32
Funrural/RAT		0,10%		11,16
Subtotal 2			11.162,29	179,10
Base Cálculo ICMS (in natura + Adicional de mercado)	10.890,04			
ICMS (12% x 10.890,04)				1.317,98
Líquido a receber descontando ICMS			9.665,21	
Custos alimentação rebanho				4.328,53
Outras despesas				1.837,14
Custo de Capital + ITR				1.426,49
Subtotal 3			9.665,21	7.592,16
Resultado antes do Imposto de renda			2.073,04	
Imposto de Renda (7,5%)		7,5%	155,48	
Resultado líquido			1.917,56	

Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por finalidade levantar a relevância dos tributos na apuração dos custos de produção e comercialização do leite com foco nas atividades realizadas pelos produtores rurais do município de Resende Costa/MG. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo e analítico, tendo a pesquisa bibliográfica e análise documental como estratégias de coleta de dados.

rurais são o ITR, ICMS, IR e o FUNRURAL. Tais tributos correspondem, em média, a 14,7% do faturamento da atividade leiteira.

Os custos e despesas da propriedade rural correspondem a 68,2% sobre o faturamento, considerando o uso apenas da mão de obra familiar. A contratação de uma mão de obra para trabalhar exclusivamente na atividade, considerando o valor médio de captação de leite dos proprietários, poderia inviabilizar a atividade. Além disso, há a necessidade de manter todas as informações relacionadas a receitas e gastos em um livro de caixa para que o imposto de renda não venha a incidir sobre o faturamento total da propriedade e colocar em risco a sua sobrevivência.

O controle sobre os gastos, receitas e tributos na propriedade rural tem apresentando como dificuldades por parte dos produtores, em razão disso, foi criada a planilha, apresentada na Tabela 2, como forma de auxiliá-los no processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário. Salvador: Juspodivm Editora, 2021.

BRASIL Lei Complementar n 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de mai 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm Acesso em: 20 de jul 2021.

BRASIL Lei 8.023, de 12 de abril de 1990. Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de abr de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8023.htm. Acesso em: 20 de jul 2021.

CAPOBIANGO, R, P; ABRANTES, L. A. Incidência tributária no custo de produção e comercialização do leite em Minas Gerais, Revistas Custos e agronegócio. V.7, nº 1. Jan-Abr,2011.

CREPALDI, S. Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisorial. 5ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, P. do C. Efeitos de políticas públicas sobre a cadeia produtiva do leite em pó. Cadeias produtivas no Brasil. Análise da Competitividade, Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2001, p.239-272.

MOREIRA, R. de L. *et al.* Impacto do ICMS no Custo de Produção do Leite: Um estudo na cadeia agroindustrial do estado de Minas Gerais. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 28, 2008, Rio de Janeiro. A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2008. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2021.

NEVES, Marcos Fava. Vai agronegócio! 25 anos cumprindo missão vitoriosa. São Paulo: Editora Canaoeste, 2016.

PASSOS, André Ricardo; STICCA, Ralph Melles. Tributação e Agronegócio. Produção e Comercialização Agropecuária. 2006. Disponível em: <http://www.psaa.com.br/upload/tributacao_e_agronegocio._producao_e_comercializacao_agropecuaria_092006.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, Grandes produtores de leite cresceram em 2020. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/grandes-produtores-de-leite-cresceram-em->

2020/#:~:text=Juntas%2C%20as%20empresas%20produziram%20845.7,Geografia%20a%20Estatística%20(IBGE). Acesso em: 20 de jul. de 2021.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO LINFEDEMA RELACIONADO AO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Carolina Ribeiro da Silva¹
Giovana Besamat de Oliveira Sant'Anna¹
Wagner Elias de Melo Moreira²

1 INTRODUÇÃO

O câncer de mama é considerado a neoplasia de maior incidência e mortalidade no sexo feminino a nível mundial (INCA, 2022). Nota-se um elevado impacto na saúde física e psicológica das mulheres, uma vez que, ao receber o diagnóstico da doença, são acometidas por angústias e tratamentos agressivos que provocam uma série de efeitos colaterais no organismo (SCHNEIDER, 2020).

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), estimam-se cerca de 66.280 novos casos no ano de 2022, apresentando uma incidência de 43,74 casos por 100 mil mulheres (INCA, 2022). Os tratamentos mais recomendados incluem: terapias locais (radioterapia e cirurgias - conservadoras e não conservadoras) e terapias sistêmicas (quimioterapia e hormonioterapia) (SCHNEIDER, 2020).

Tais situações afetam, principalmente, o sistema linfático e a principal queixa está relacionada ao linfedema secundário (LE) do braço; que acomete 30% das mulheres submetidas ao tratamento do câncer de mama (GRADALSKI, 2015). Tal fato ocorre devido à obstrução do fluxo da linfa, a partir do acúmulo intersticial de componentes do transporte deficiente desse líquido (FABRO, 2016).

A Fisioterapia possui atuação fundamental pré e pós-cirurgia relacionada ao câncer de mama, haja vista que a paciente pode apresentar dificuldade de mobilidade de membros

¹ Discente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Doutorando em Saúde (UFJF). Mestre em Ciências Aplicadas à Saúde (UNIVAS). Docente e Orientador do Curso de Fisioterapia do UNIPTAN.

E-mail para contato: giovanaboliveira@hotmail.com.

superiores, comprometimento do sistema respiratório, formação de edema e necessidade de cuidados com a cicatriz (COFFITO, 2014). A principal intervenção fisioterapêutica para este caso é a terapia linfática descongestiva complexa (CDT), que consiste em cuidados com a pele, drenagem linfática manual (DLM), exercícios de amplitude de movimento (ADM) e uso de bandagem de compressão em multicamadas (CB) (GRADALSKI, 2015).

Dentro dessa abordagem, observa-se que mais estudos são necessários para evidenciar a atuação do fisioterapeuta frente ao linfedema relacionado ao câncer de mama, sendo que esta intervenção proporciona que mais mulheres sejam amparadas e que tenham melhor qualidade de vida durante todo o tratamento. Assim, esta revisão de literatura possui como objetivo analisar e identificar a atuação fisioterapêutica em relação ao linfedema ocasionado por esta neoplasia.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, construída a partir da questão norteadora: como ocorre a atuação fisioterapêutica no linfedema relacionado ao câncer de mama? A elaboração da questão de pesquisa foi fundamentada na estratégia PICO (Alves & Aguiar, 2020), na qual “P” refere-se à população do estudo (mulheres com câncer de mama); “I” à intervenção estudada ou à variável de interesse (condutas fisioterapêuticas); “C” à comparação com outra intervenção (porém não foi objetivo deste estudo) ou à ausência da variável de interesse (condutas fisioterapêuticas); “O” refere-se ao desfecho de interesse (atuação no linfedema de câncer de mama). As buscas foram efetuadas nas bases de dados eletrônicas e buscadores do National Library of Medicine (Medline/Pubmed) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), concretizadas pela articulação das palavras-chave fisioterapia (D026761), linfedema (D008209) e drenagem linfática manual (D000073297), disponíveis no site dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS), com uso do operador booleano AND. Os critérios de inclusão aplicados consistiram em ensaios clínicos aleatorizados e estudos observacionais no idioma inglês, na limitação temporal de 2012 a 2022. Como critérios de exclusão, artigos de revisão, relato de casos, resumos, anais de eventos, livros, cartas, teses e dissertações.

3 RESULTADOS

Após a busca, 10 artigos foram selecionados conforme os critérios de seleção propostos. Os estudos foram distribuídos de forma igual em 2012, 2018, 2020 e 2022, com um artigo em cada ano e em 2013, 2015 e 2016, com dois artigos em cada.

A atuação da fisioterapia no linfedema relacionado ao câncer de mama citada nos estudos, encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1. Características dos estudos selecionados

Autor/Ano	Título	Resultados
OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2018	Long term effects of manual lymphatic drainage and active exercises on physical morbidities, lymphoscintigraphy parameters and lymphedema formation in patients operated due to breast cancer: A clinical trial	Em relação aos parâmetros da linfocintilografia, houve tendência convergente significativa entre o grau de captação inicial ($P=0,003$) e a velocidade de visualização dos linfonodos axilares ($P=0,001$) com formação de linfedema.
RIDNER <i>et al.</i> , 2013	A pilot randomized trial evaluating low-level laser therapy as an alternative treatment to manual lymphatic drainage for breast cancer-related lymphedema	Reduções significativas nos valores de bioimpedância elétrica (L-Dex) ocorreram em todos os grupos a partir de seus respectivos valores basais ($P<0,001$). A diferença na redução entre os grupos de estudo não foi significativa ($P=0,984$) com todos os tamanhos de efeito sendo essencialmente equivalentes.
GRADALSKI <i>et al.</i> , 2015	Complex Decongestive Lymphatic Therapy With or Without Vodder II Manual Lymph Drainage in More Severe Chronic Postmastectomy Upper Limb Lymphedema: A Randomized Noninferiority Prospective Study	Ocorreu uma diminuição do volume do membro, volume do edema e alteração do volume relacionado ao membro durante a fase intensiva ($P<0,001$). A melhora permaneceu constante em ambos os grupos após seis meses de terapia de manutenção. A qualidade de vida relacionada à saúde apresentou melhora nos grupos, com alto nível de satisfação com o tratamento ($P<0,001$).
BELMONTE <i>et al.</i> , 2012	Efficacy of low-frequency low-intensity electrotherapy in the treatment of breast cancer-related lymphoedema: a cross-over randomized trial	A eletroterapia de baixa frequência e baixa intensidade não reduziu o volume do linfedema ($P=0,36$), mas foram observadas reduções significativas na dor, peso e aperto e os resumos FACT-B+4 melhoraram significativamente ($P=0,015$).
SMYKLA <i>et al.</i> , 2013	Effect of Kinesiology Taping on breast cancer-related lymphedema: a randomized single-blind controlled pilot study	Dos pacientes que apresentavam estágio II e estágio III de linfedema secundário de membro superior, o volume médio das extremidades afetadas nas mulheres diminuiu ($P=0,002$).

MELAM <i>et al.</i> , 2016	Effect of complete decongestive therapy and home program on health-related quality of life in post mastectomy lymphedema patients	Houve diferença significativa de dor nos três momentos, ($P < 0,01$) e diferenças significativas entre os grupos ($P < 0,01$) na EVA. Também houve interação significativa entre tempo e grupo ($P < 0,01$).
BASHA <i>et al.</i> , 2022	Effect of exercise mode on physical function and quality of life in breast cancer-related lymphedema: a randomized trial	Diferenças estatisticamente significativas foram registradas na VAS (intensidade da dor), DASH, ADM do ombro ($P < 0,001$), dor corporal ($P = 0,002$), estado geral de saúde ($P < 0,001$) e vitalidade ($P = 0,006$). Houve diferenças significativas na força de flexão de ombro ($P = 0,002$), força de rotação externa ($P = 0,004$) e força de abdução e força de preensão manual ($P < 0,001$) em favor do grupo exercício resistido.
LACOMBA <i>et al.</i> , 2020	Effectiveness of four types of bandages and kinesio-tape for treating breast-cancer-related lymphoedema: a randomized, single-blind, clinical trial	Observou-se diferenças significativas entre os grupos de curativos no valor absoluto do excesso de volume ($P < 0,001$). As mais eficazes foram as multicamadas simplificadas (59,5%, IQR = 28,7) e as bandagens coesivas (46,3%, IQR = 39). Os cinco grupos apresentaram diminuição significativa dos sintomas após as intervenções ($P < 0,001$).
CHO <i>et al.</i> , 2016	Effects of a physical therapy program combined with manual lymphatic drainage on shoulder function, quality of life, lymphedema incidence, and pain in breast cancer patients with axillary web syndrome following axillary dissection	Qualidade de vida, incluindo aspectos funcionais e de sintomas, força de flexores do ombro, DASH e escores NRS foram significativamente melhorados em ambos os grupos após a intervenção de 4 semanas ($P < 0,05$).
EZZO <i>et al.</i> , 2015	Manual lymphatic drainage for lymphedema following breast cancer treatment	DLM + bandagem de compressão versus bandagem de compressão mostraram redução de volume significativa ($P = 0,06$). Quanto a MLD + terapia de compressão versus tratamento sem MLD + terapia de compressão, a redução percentual foi significativa no limite ($P = 0,07$).

Fonte: Autores.

4 CONCLUSÃO

A partir do exposto neste estudo, fica evidente que a atuação da fisioterapia apresenta efeitos positivos no tratamento do linfedema relacionado ao câncer de mama, uma vez que oferece uma abordagem ampla, de modo a promover diminuição do edema, melhora na dor e restauração da ADM, além de prevenir possíveis intercorrências.

REFERÊNCIAS

BASHA, M. A. *et al.* Effect of exercise mode on physical function and quality of life in breast cancer-related lymphedema: a randomized trial. **Support Care Cancer**, v. 30, n. 3, p. 2101-2110, 2022.

BELMONTE, R. *et al.* Efficacy of low-frequency low-intensity electrotherapy in the treatment of breast cancer-related lymphoedema: a cross-over randomized trial. **Clin Rehabil**, v. 26, n. 7, p. 607-618, 2012.

CHO, Y. *et al.* Effects of a physical therapy program combined with manual lymphatic drainage on shoulder function, quality of life, lymphedema incidence, and pain in breast cancer patients with axillary web syndrome following axillary dissection. **Support Care Cancer**, v. 24, n. 5, p. 2047-2057, 2016.

COFFITO. Conselho Federal De Fisioterapia E Terapia Ocupacional. **Veja os papéis da fisioterapia antes e depois da cirurgia de câncer de mama**. Brasília: COFFITO, 2014. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2488>. Acesso em: 19 mai. 2022.

EZZO, J. *et al.* Manual lymphatic drainage for lymphedema following breast cancer treatment. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 5, p. 1-52, 2015.

FABRO, E. A. N. *et al.* Care physical therapy in control secondary lymphedema treatment of breast cancer: routine Cancer Hospital III/National Cancer Institute. **Rev Bras Mastologia**, v. 26, n. 1, p. 4-8, 2016.

GRADALSKI, T. *et al.* Complex Decongestive Lymphatic Therapy With or Without Vodder II Manual Lymph Drainage in More Severe Chronic Postmastectomy Upper Limb Lymphedema: A Randomized Noninferiority Prospective Study. **J Pain Symptom Manage**, v. 50, n. 6, p. 750-757, 2015.

INCA. Instituto Nacional De Câncer. **Câncer de mama**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/assuntos/cancer-de-mama>. Acesso em: 19 mai. 2022.

INCA. Instituto Nacional De Câncer. **Incidência**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/controlado-cancer-de-mama/dados-e-numeros/incidencia>. Acesso em: 19 mai. 2022.

LACOMBA, M. T. *et al.* Effectiveness of four types of bandages and kinesio-tape for treating breast-cancer-related lymphoedema: a randomized, single-blind, clinical trial. **Clin Rehabil**, v. 34, n. 9, p. 1230-1241, 2020.

MELAM, G. R. *et al.* Effect of complete decongestive therapy and home program on health-related quality of life in post mastectomy lymphedema patients. **BMC Women's Health**, v. 23, n. 16, p. 1-9, 2016.

OLIVEIRA, M. M. F. *et al.* Long term effects of manual lymphatic drainage and active exercises on physical morbidities, lymphoscintigraphy parameters and lymphedema formation in patients operated due to breast cancer: clinical trial. **PLoS One**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2018.

RIDNER, S. H. *et al.* A pilot randomized trial evaluating low-level laser therapy as an alternative treatment to manual lymphatic drainage for breast cancer-related lymphedema. **Oncol Nurs Forum**, v. 40, n. 4, p. 383-393, 2013.

SCHNEIDER, T. *et al.* Os impactos do câncer de mama na autoimagem da mulher. **ModaPalavra**, v. 13, n. 30, p.183-206, 2020.

SMYKLA, A. *et al.* Effect of Kinesiology Taping on breast cancer-related lymphedema: a randomized single-blind controlled pilot study. **BioMed Res Int**, v. 2013, p. 1-7, 2013.

MINICURSO DE PRODUÇÃO DE LINGUIÇA ARTESANAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM PROGRAMA DE EXTENSÃO

Gustavo Henrique Alvim¹
Nayara Resende Andrade¹
Michele Juliene Lucas de Fatima¹
Cleuma Cordeiro Moutinho¹
Douglas Roberto Guimarães Silva²

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por Linguiça o produto cárneo industrializado, obtido de carnes de animais de açougue, adicionados ou não de tecidos adiposos, ingredientes, embutido em envoltório natural ou artificial, e submetido ao processo tecnológico adequado (BRASIL, 2000).

A linguiça artesanal, que é um produto de origem animal, possui alto valor biológico, por ser rico em proteínas, que auxilia na preservação da massa muscular sendo rica em aminoácidos essenciais (MUNDO FEMININO, 2021).

A preparação de um produto artesanal, utiliza-se de fontes mais naturais e de carnes selecionadas, acarretando em maior sabor e qualidade ao produto. Aliado a esse cenário, verifica-se o aumento da demanda por alimentação fora do lar a nível artesanal, sendo esta uma possibilidade de reforçar a renda de muitas famílias no Brasil (CASTRO, 2016).

Porém, uma grande parte de produtores de alimentos em escala artesanal, muitas vezes não possui conhecimento técnico e capacitação para atuar na área de processamento e comercialização de alimentos. Assim, as universidades têm como uma de suas funções promover atividades de extensão que podem contribuir diretamente para esse público,

¹ Discente do curso de Nutrição do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Membro da Liga Acadêmica de Alimentos Funcionais do UNIPTAN.

² Doutor em Ciência dos Alimentos (UFLA). Docente dos cursos de Nutrição e Biomedicina do UNIPTAN. Coordenador da Liga Acadêmica de Alimentos Funcionais do UNIPTAN.

E-mail para contato: douglas.silva@uniptan.edu.br.

possibilitando uma produção segura e dentro dos padrões técnicos e higiênicos adequados (NOGUEIRA, 2013), além de permitir que outras pessoas sejam capacitadas para poder produzir esses produtos e gerar renda.

Na cidade de São João del Rei- MG, existe a ONG denominada Núcleo de Ação Cultural – Talento, Alegria e Solidariedade (NacTales), é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que acolhe e estimulacrianças, adolescentes e jovens da comunidade socialmente vulnerável da Colônia do Marçal, a fim de garantir melhores oportunidades e perspectivas de vida.

Essa ONG que atua como parceira do PROTEC (Programa de Capacitação em Tecnologia de Alimentos), realizando atividades de extensão, que está fundamentado em estratégias de ensino à produção de alimentos, apoiado pela Liga Academica de Alimentos Funcionais – LAAF, oferecendo oportunidades de capacitação à esse público, possibilitando uma futura geração de trabalho e renda para as participantes.

O objetivo do minicurso de linguiça artesanal foi proporcionar, além de uma experiência aos participantes, novas perspectivas de empreender, informando à população sobre produtos artesanais – em especial aqui, a linguiça –, incluindo seu preparo, padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar, e modo de finalização, seja cozimento ou fritura.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O minicurso foi realizado no mês de abril na cidade de São João delRei, por meio da parceria entre professore alunos do curso de Nutrição do Uniptan,juntamente com a Ong Natclaes.

Foram selecionados 15 participantes para o desenvolvimento do minicurso.

2.1 Matéria prima

A ONG forneceu toda a matéria prima necessária para o desenvolvimento do minicurso, além de utensílios e espaço.

Foram produzidosquatro tipos de linguiças artesanais, todos utilizando os mesmos ingredientes básicos e condimentos (Tabela1),variando-se apenas alguns ingredientes, que denominam os diferentes tipos:jiló, queijo mussarela, bacon, e alho e cebola.

Tabela 1– Diferentes linguiças preparadas.

Ingredientes	LJ (%)	LB	LM	LAC
Paleta suína moída	65	65	60	69
Toucinho suíno	20	10	20	20
Creme de cebola	1	1	1	-
Jiló	7.5	-	-	-
Bacon	-	15	-	-
Mussarela	-	-	15	-
Alho	-	-	-	2.5
Cebola	-	-	-	2
Sal	1.5	1	1.5	1.5
Água	5	9	8.5	5

LJ: Linguiça de jiló; LB: Linguiça de bacon; LM: Linguiça de Mussarela; LAC: Linguiça de alho e cebola

Os ingredientes foram pesados e foram, então, separadas as respectivas porções, para a fabricação de cada um dos tipos de linguiça. Em todas as massas, primeiro adiconou-se a paleta, em seguida o toucinho e os demais ingredientes, respeitando cada um dos tipos de linguiças. Depois de misturadas, as linguiças foram embutidas em tripas suínas, utilizando-se de garrafas pets para tal etapa.

Por fim, todas as linguiças produzidas foram submetidas à fritura por imersão em óleo de soja por cerca de 15 minutos. Imediatamente, as linguiças foram fatiadas e servidas aos participantes com pão francês.

A documentação dos resultados deste minicurso foi realizada por meio de registros fotográficos, vídeos e relatos dos participantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento do minicurso, foi explicado sobre noções básicas de boas praticas de fabricação de alimentos e a conduta correta quando se trabalha com alimentos. Em seguida, foi explanado aos participantes o modo de preparo da base das linguiças artesanais (Figura 1). Na sequência, os participantes foram divididos em grupos para que cada grupo ficasse encarregado do processamento dos ingredientes específicos dos quatro tipos de linguiças (Figura 2).

Figura 1 – Registro dos momentos iniciais do minicurso.



Fonte: Autores (2022).

Figura 2 – Registro fotográfico da divisão em grupos para processamento dos ingredientes específicos.



Fonte: Autores (2022).

Ao final do processamento dos ingredientes específicos, os integrantes dos grupos também receberam o direcionamento necessário para encher as linguiças (Figura 3), sendo a apresentado a garrafa pet como alternativa para o embutimento.

Figura 3 – Registro fotográfico do momento em que um dos grupos se encarregava de encher uma linguiça.



Fonte: Autores (2022).

Também foram registrados os momentos de fritura por imersão (Figura 4) e do produto finalizado, pronto para consumo (Figura 5).

Figura 4 – Registro fotográfico da fritura por imersão de uma das linguiças artesanais.



Fonte: Autores (2022).

Figura 5 – Registro fotográfico de uma linguiça artesanal pronta para consumo.



Fonte: Autores (2022).

Algumas dicas a respeito da preparação e temperos foram apresentadas para que os

circundam os alimentos presentes e disponibilizados.

Alguns participantes se dispuseram a contar de sua experiência com o minicurso, que foram registrados em vídeos, de posse dos autores, e que podem ser disponibilizados de acordo com a demanda. Nos relatos, os participantes demonstraram, em geral, grande contetamento, curiosidade e afirmaram ter adquirido novas habilidades.

Dessa maneira, a população conseguiu de uma forma apetitosa aprender uma nova forma de empreender, gerando possível renda complementar por meio de uma formulação de linguças artesanais com relação custo-benefício vantajosa.

4 CONCLUSÃO

Após a conclusão do minicurso foi possível notar uma contribuição significativa na capacitação das pessoas envolvidas, permitindo a produção artesanal das linguças, atendendo as boas práticas de fabricação e as demandas atuais dos consumidores por produtos mais saudáveis e com características sensoriais diferenciadas.

Por fim, a Universidade produz conhecimentos de grande impacto coletivo e econômico para a sociedade e que podem transformar vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. **Instrução normativa nº 4 do regulamento técnico de identidade e qualidade de lingüiça**. D.O.U - Diário Oficial da União; Poder executivo, de 31 de março de 2000.

CASTRO, M. **Produção e comércio de alimentos de pequeno porte são opção em tempos de crise**. 2016. Estado de Minas. Online. Disponível em: <https://www.em.com.br/> Acessado em: 24 de maio de 2022.

MUNDO FEMININO. **Curso de linguça artesanal: aprenda como fazer linguça**. Atualizado em 1 de julho de 2021. Disponível em: mundofemenino.com.br/curso-de-linguica-artesanal/>. Acesso em: 21 maio de 2022.

NOGUEIRA, M., D., P.; editor. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM; 2013.

PRIMEIRA LIGA ACADÊMICA DO CURSO DE ENFERMAGEM EM TRAUMA E EMERGÊNCIA DURANTE A PANDEMIA

Paula Trindade Ferreira¹
Hewerton Côrtes de Castro¹
Fernanda Nayra Teixeira Da Silva¹
Maria Helena de Almeida Silva¹
Marcele Pereira Silvestre Gotardelo²

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho capitalista contemporâneo, tem sido bastante exigente quanto a profissionais competentes, com poder de e base científica. Essa exigência, acarreta melhora e um novo método na formação de alunos do ensino superior, tornando-os capazes de responder a essas demandas. Uma das propostas de melhoria é a criação de Ligas Acadêmicas, que são consideradas projetos de extensão que articulam os saberes e podem ser implementadas pelas instituições, trazendo um fortalecimento entre os alunos e a comunidade, já que em conjunto eles buscam soluções e planejamentos que supram necessidades existentes (SILVA, CAPELLINE, SILVA, 2020).

Tais fatores trazem para o aluno uma motivação para a integração junto a liga, já que é uma oportunidade em que o estudante possa utilizar como complementação de sua formação, através dessas oportunidades as ligas proporcionam aos estudantes espaços em que os mesmos consigam exercer o trabalho em equipe, a liderança e contribuições para o meio acadêmico, sendo elas realização de eventos, seminários onde são debatidas no meio acadêmico (SILVA et

¹ Discente do curso de Enfermagem pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Voluntário da liga acadêmica de Enfermagem em Trauma e Emergência – LENTRE. Voluntário de Extensão Universitária do UNIPTAN.

² Mestra em Ensino em Ciências e Saúde. Docente do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves. Coordenadora da liga acadêmica de Enfermagem em Trauma e Emergência – LENTRE e coordenadora de Extensão Universitária do UNIPTAN.

E-mail para contato: marcele.gotardelo@uniptan.edu.br

al. 2021). Torna-se evidente a aproximação da prática como um grande momento para a reflexão do estudante sobre o reconhecimento pessoal e profissional com a tentativa de uma solidificação da autoestima, adquirida durante as atividades produzindo um benefício a esse estudante (BENDELAQUE *et al.* 2019).

As áreas de ensino e pesquisa que abordam o tema de ligas acadêmicas mostram que é possível um meio transformador e também uma maior evolução do ensino promovendo um maior envolvimento entre os alunos, a formação de profissionais da saúde sofreu diversas mudanças no últimos anos, buscando a integração do processo de ensino-aprendizagem com a casa de saúde, onde se faz o uso de metodologias ativas com o principal fundamento de integrar a teoria com a prática formando profissionais crítico-reflexivo (VASCONCELOS *et al.* 2020).

A pandemia do COVID-19 colocou desafios significativos para as instituições de ensino e alunos, principalmente devido ao adiamento das atividades práticas e à migração para o ensino remoto. Ao se apropriar desses recursos, os alunos encontram formas de continuar ou iniciar atividades extracurriculares (LEAL *et al.* 2021).

Diante disso, o objetivo do estudo é relatar a experiência durante o processo de criação da primeira Liga Acadêmica de Enfermagem na área de Trauma e Emergência do curso de enfermagem de uma Universidade em São João del Rei, MG.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Criação da Liga Acadêmica

Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, realizado por discentes do curso de enfermagem, sobre a criação da primeira liga acadêmica. Os estudantes se reuniram e pensaram na criação da liga e no tema Trauma e Emergência. Um grupo de alunos, do 6º período do curso de Enfermagem, se reuniram, após reuniões e a busca da parte administrativa, se idealizou em 2021 a criação da mesma, onde duas professoras foram convidadas a serem as coordenadoras e dar início ao processo de seleção. A liga Acadêmica é composta por 15 integrantes no total.

A Liga Acadêmica de Enfermagem em Trauma e Emergência (LENTRE) foi fundada em março de 2021, durante a pandemia, foi criada com o intuito de levar o conhecimento sobre ações dentro do tema aos alunos e à população. Foi um grande desafio a implantação da primeira liga do curso e ocorreram atividades que permitiram a integração dos alunos com a comunidade.

Foram realizadas capacitações com equipes de 04 Estratégias de Saúde da Família (ESF), capacitação para os colaboradores do UNIPTAN na Semana de Prevenção de Acidentes (CIPA) e capacitação com motoristas e funcionários da Secretaria Municipal da cidade de Tiradentes. Além de 5 trabalhos aceitos em congresso nacional e internacional, com publicações em Anais e 1 trabalho publicado em revista científica. Ocorreram também organização de eventos e palestras como a 16º (online) e 17º (presencial) Semana de Enfermagem do UNIPTAN no ano de 2021 e 2022 respectivamente.

As ações desenvolvidas pela LENTRE trazem aos acadêmicos de Enfermagem oportunidades durante a graduação e uma contribuição significativa para a aprendizagem e desenvolvimento do conhecimento. A liga está conquistando espaço importante dentro do curso e em toda a universidade e proporcionando discussões na área. As mídias sociais foram muito utilizadas para a divulgação da Liga, levando assim um grande reconhecimento e tornando a LENTRE uma referência para a criação de novas Ligas Acadêmicas no curso de Enfermagem.

Nessa perspectiva, foi idealizado um projeto de extensão sobre primeiros socorros e a capacitação dos profissionais das Estratégia da Saúde da Família.

2.2 Projeto de extensão

O projeto de extensão **“Capacitação em primeiros socorros para Agentes Comunitários de Saúde por meio de metodologias ativas de aprendizagem”** foi pensado para ampliar o conhecimento e promover experiências aos ligantes. Foi idealizado com profissionais da equipe da ESF, pois esses profissionais lidam com a população de forma direta, realizam visitas domiciliares e estão diretamente com a população. A abordagem desse tema nas unidades de saúde é necessária, pois a equipe, como um todo, é considerada agentes detentores e disseminadores de conhecimentos das técnicas corretas em situações de emergência.

Durante a realização da capacitação os alunos fazem uma breve exposição sobre os temas Suporte básico de Vida, Obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE), convulsão e desmaio. Após a parte teórica a equipe da ESF é convidada a treinar nos simuladores e em outros materiais disponibilizados. Posteriormente os profissionais relatam suas experiências sobre situações que precisaram realizar os primeiros socorros no dia-a-dia de trabalho. Percebemos que alguns profissionais possuíam informações sobre o tema, porém, outros passaram por situações complicadas e não sabiam como realizar o socorro necessário.

Com isso foi possível identificar como a capacitação pode ser favorável para esse público.

Essa capacitação é de extrema importância para a diminuição da taxa de morbimortalidade do país. Com base nisso podemos afirmar que a difusão de tais conhecimentos dentro da UBS devem ser disponibilizada em todos os municípios para que assim todos possam, caso necessário, salvar uma vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da primeira liga acadêmica do curso de Enfermagem vem trazendo aos alunos uma nova visão sobre as oportunidades oferecidas durante a graduação, tornando uma oportunidade de novos conhecimentos e enriquecer o currículo. É de extrema importância para os alunos o envolvimento em organizações estudantis, pois através dessa experiência os graduandos participam de estudos de extensão e pesquisa, oferecendo assim uma maior segurança para a prática após a graduação. Essas experiências ajudam a desenvolver profissionais motivados e maduros, promover boas práticas de trabalho social e proporcionar uma experiência valiosa.

REFERÊNCIAS

- BENDELAQUE, D. F. R.; *et al.* Contribuição da liga acadêmica na formação e produção de conhecimento em saúde do idoso. *Brazilian Journal of Health Review*. v. 2, n. 4, p. 3774-3781, 2019. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/2718>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.
- LEAL, G. C. *et al.* A criação da Liga Acadêmica Interprofissional em Atenção à Saúde durante a pandemia e o seu impacto na formação de universitários. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. v. 13, n. 11, p. 1-6. 2021. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9307/5670>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.
- SILVA, D. A.; ALMEIDA, C. L.; CAPELLINI, V. K.; SILVA, R. G. Educação em enfermagem: criação de uma liga acadêmica para o ensino de urgência e emergência. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 3, e159932656. 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2656>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.
- SILVA, J. V. S. *et al.* Liga Acadêmica interdisciplinar de Saúde Mental: ampliando a formação e as práticas no campo da atenção psicossocial. *Medicina (Ribeirão Preto)*, v. 54, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/174130>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.
- VASCONCELOS, A. B. S. *et al.* Relato de experiência da liga acadêmica de pediatria de uma instituição de ensino superior pública do estado de Mato Grosso. *Revista Ciência e Estudos Acadêmicos de Medicina*. v. 1, n. 12, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/revistamedicina/article/view/4234>>. Acesso em: 25 maio. 2022.

O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO

Andressa Dela Costa¹
Juliana Aparecida Heitor de Carvalho¹
Maria Beatriz Santos Silva¹
Mariana Resende Pitt¹
Patrícia de Lima Ribeiro¹
Vanessa Brito Dias¹

1 INTRODUÇÃO

A cada dia as mulheres reconhecem seu espaço e seus direitos na dinâmica social, com isso é necessário que os direitos a informação e recursos sejam válidos a todos, independentemente da sua realidade. Entre tantas lutas hoje desenvolvidas, muitas ainda parecem utopias de uma sociedade desejosa (COSTA *et al.*, 2017).

É o caso das mulheres do campo, que além da dificuldade da sua vivência diária e trabalhista têm os desafios com sua sexualidade e feminilidade. Essas mulheres não têm acesso a informação sobre políticas de saúde, recursos sociais que lhes promove a proteção no espaço, as divisões familiares e sociais sustentadas nos gêneros e culturas diferentes (COSTA *et al.*, 2017).

As reflexões acerca do fenômeno das violências contra as mulheres rurais são de extrema relevância, uma vez que as taxas de violência contra as mulheres crescem assustadoramente e a invisibilidade dessa problemática, fora dos grandes centros populacionais, são alvo de incipientes estratégias de visibilização e intervenção, em particular do poder público (COSTA *et al.*, 2017).

O relatório Conflitos no Campo Brasil de 2018 (CTP) mostrou que de 2009 a 2018,

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.
e-mail para contato: andressad_vni@hotmail.com.

1.409 mulheres notificaram algum tipo de violência no meio rural, mas esse número, segundo a CPT, pode ser bem maior devido à subnotificação. Nesse período, 38 mulheres foram assassinadas, 409 receberam ameaças de morte, 22 morreram em consequência de conflitos, 111 foram presas e 37 foram estupradas (RIEG *et al.*, 2019).

O enfermeiro, membro da equipe de saúde, possui um papel essencial para realizar um atendimento humanizado e integral, contemplando a complexidade da situação e as múltiplas consequências impostas às mulheres vítimas de violência (CACHOEIRA *et al.*, 2018).

Nesse contexto, torna-se imperiosa a incorporação da prática clínica do enfermeiro no cotidiano dos profissionais que atendem as mulheres do campo expostas às violências, cenário cada vez mais presente nos serviços de saúde.

Este estudo baseou-se na seguinte questão: Quais ações o enfermeiro pode realizar para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo? O propósito é explicitar a importância da atuação do enfermeiro nesses cenários. Nesse constructo, o estudo tem como objetivo identificar o papel do enfermeiro frente as violências contra as mulheres rurais.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa utilizando a base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), utilizando os seguintes descritores: população rural AND violência sexual AND saúde da mulher, foram encontrados 118 artigos. Após utilização dos filtros texto completo, idioma português e os últimos cinco anos foram encontrados cinco artigos que respondia o objetivo da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que a violência tem aumentado cada vez mais e se manifesta nas relações entre casais, aonde existe a desigualdade de gênero. De fato, a violência é uma situação que vem aterrorizando a sociedade, principalmente a violência contra as mulheres que segundo a Organização Mundial da Saúde 30% das mulheres já sofreram algum tipo de violência doméstica (COSTA *et al.*, 2017).

Tendo em vista que a maioria das violências acontecem de forma psicológica ou pelo menos inicia-se assim, o público acometido que são as mulheres rurais principalmente por estar afastadas de pontos importantes para promover o cuidado e se sentirem seguras para buscar ajuda. A falta de informação é um dos pontos no cenário rural, já que pela cultura de hierarquia

de poder a mulher acaba sendo minimizada.

Segundo Costa *et al.* (2017), existe uma comparação feita entre a mulher urbana e rural, sendo que a mulher da cidade tem mais acesso à informação e serviços de saúde. Essa falta de informações se deve à falta de disponibilização de meios de comunicação (TV, internet), de políticas e programas municipais educativos. A falta de conhecimento é insuficiente para torná-las independentes e autônomas, isso reforça a necessidade de maior investimento das autoridades públicas.

De acordo com Costa *et al.* (2017) a ausência de informação das mulheres do campo se evidencia com a falta de disponibilização dos meios de comunicação como por correio público, linhas telefônicas, internet, canais de TV e a falta de políticas e programas municipais educativos para promover conhecimento e desenvolvimento da cidadania e autonomia dessas mulheres.

Essa falta de conhecimento das mulheres rurais está relacionada com as políticas sociais e trabalhos insuficientes para que as tornem independentes e autônomas. Diante deste contexto, se torna necessário investimentos por parte das autoridades públicas para que a mulher se torne conhecedora dos seus direitos e tenha liberdade para realizá-los incluindo suas escolhas, a fim de alcançar o conhecimento através da humanização integral e com auxílio da Política Nacional de atenção Integral à Saúde da Mulher, trazendo a garantia e luta pelos direitos de uma saúde qualificada (COSTA *et al.*, 2017).

Sabe-se que as políticas sociais não são satisfatórias para atender essas mulheres estimulando e auxiliando na sua liberdade e autonomia, para auxiliar, a enfermagem pode assumir ainda mais seu papel na atenção primária, intensificando o primeiro contato com uma escuta ativa em seu acolhimento, propagando a orientação, inserção de grupos para remodelar esta realidade fragmentada incentivando partilhas sociais na comunidade tendo como objetivo de sanar dúvidas e estimular as ações educativas em vários âmbitos do conhecimento e com isso saber lidar com adversidades ao combate de violência e limitações do gênero. O conhecimento adquirido deve ser um valor inegociável para as conquistas femininas (RIEG *et al.*, 2019).

Percebe-se que a falta de preparo por parte dos profissionais responsáveis por lidar com as mulheres em situação de violência ainda é muito presente, segundo os autores Gomes *et al.* (2012) e Costa *et al.* (2017), os profissionais atuam cada um em sua área e encaminham a mulher em situação de violência a outros locais, sem haver uma integração entre eles, o que fragiliza a eficiência da política no enfrentamento da violência. Nem sempre os profissionais de saúde estão preparados para prestar assistência às mulheres vítimas de violência sexual, bem como alguns serviços de saúde não estão equipados para diagnosticar, tratar e contribuir para a

prevenção de sua ocorrência.

A criação de um vínculo pelo profissional que atende a essas vítimas é de fundamental importância à fim de proporcionar um atendimento humanizado e individualizado a realidade que mesma está inserida.

A enfermagem deve apresentar as políticas de garantia de direitos das mulheres, as normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência, promovendo assim, o empoderamento das mulheres, o acesso à justiça e a o resgate das mulheres como sujeito de direitos.

Além de propor ações educativas, culturais que disseminem atitudes igualitárias e valores éticos respeitando às diversidades de gênero, raça e da valorização da paz, através de campanhas que visibilizem as diferentes expressões de violência de gênero sofridas pelas mulheres e que rompam com a tolerância da sociedade frente ao fenômeno. No tocante à violência doméstica, a prevenção deverá focar a mudança de valores, em especial no que tange à cultura do silêncio quanto à violência contra as mulheres no espaço doméstico e à banalização do problema pela sociedade (CACHOEIRA *et al.*, 2018).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que os estudos acadêmicos pouco têm focado a violência contra mulheres rurais, justificando o pouco conhecimento a respeito dessa problemática, o acesso às informações como limitadores, além das denúncias dos movimentos de mulheres de luta pela terra e território serem fragmentados na sua abrangência temporal e territorial.

Considerando que o enfermeiro é o primeiro contato da vítima com a unidade de saúde, é premente a ampla qualificação para o efetivo enfrentamento da violência sexual, reforçando a necessidade da capacitação de profissionais para atendimento e investigação da violência sexual.

REFERÊNCIAS

CACHOEIRA, D. B. C. *et al.* Enfermagem forense: contexto histórico, atuação do enfermeiro, contribuições para saúde e segurança pública. Maceió: Centro Universitário Tiradentes - UNIT/AL, 2018.

COSTA, M. C. *et al.* Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. *Gaucha Enferm.* v. 38, n. 2, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.59553>.

GOMES, N. P. *et al.* Percepção dos profissionais da rede de serviços sobre o enfrentamento da violência contra a mulher. *Rev Enferm UERJ.* v. 20, n. 2, p. 173-8, 2012.

RIEG, C. *et al.* Violência contra as mulheres do campo a partir do município de Anitápolis-SC: uma história silenciada. In: Grazielly Alessandra Baggenstoss (*et al.*) (orgs.). Não há lugar seguro: estudos e práticas sobre violências contra as mulheres à luz da multidisciplinariedade. 1ª ed. Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), v. 2, p. 300-318, 2019.

